

LOGOS

— COMUNICAÇÃO & UNIVERSIDADE —

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UERJ

Ano 9 - n.º 16 - 1.º Semestre/2002 ISSN 0104-9933

Jornalismo e os processos de comunicação

Imaginário social, ética, liberdade de expressão,
desinformação, teoria do jornalismo

16

LOGOS

16

Jornalismo e os processos de comunicação

**Imaginário social, ética, liberdade de expressão,
desinformação, teoria do jornalismo**

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UERJ

Sumário

Editorial

Ricardo Ferreira Freitas 05

Artigos

Imaginário da objetividade: ensaio sobre algumas práticas jornalísticas 07

Luiz Felipe Baêta Neves

Liberdade e modernidade: entre o individual e o coletivo 15

Francisca Ester de Sá Marques

Produção, audiência e tecnologia: quem comanda o espetáculo na TV? 28

Jacques A. Wainberg

Casos de desinformação: emblemas de uma era 45

Vitor Iorio

Imprensa e sociedade 51

Cléia Schiavo Weyrauch

Avaliação ergonômica de produção de curta-metragem 55

Júlio Carlos de Souza van der Linden e Flávia Seligman

O paradigma da notícia como construção social 63

Carlos Alexandre de Carvalho Moreno

Editorial

O jornalismo contemporâneo tem gerado severas críticas na sociedade devido à excessiva espetacularização da notícia, fenômeno observado em todos os tipos de mídia. Ao mesmo tempo, discussões teóricas sobre as novas tecnologias se proliferam, deixando um legado acadêmico amplo, porém pouco preciso, à área de jornalismo nos dias de hoje. Este número da Logos discute essas questões à luz da recente proposta da teoria do jornalismo e a da já conhecida teoria da comunicação. Conjugando conceitos de diferentes origens metodológicas, esta edição reúne um grupo seletivo de autores conhecidos da academia e do mercado.

Entre os artigos, destaca-se a contribuição de pesquisadores e profissionais de cidades diferentes como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Lisboa. Pontos de vista que englobam ética, subjetividade e opinião pública com aparatos teóricos próprios. Este é o grande mérito desta publicação. Oferece estudos que fortalecem a importância da pesquisa do jornalismo na contemporaneidade, sem deixar de considerar variantes científicas que compõem algumas instigantes compreensões da construção da comunicação no cotidiano.

A Revista Logos apresenta ainda outras novidades. Neste número, continuamos as reformulações editoriais e gráficas iniciadas na Logos 14, que objetivam à facilidade da leitura e também às exigências estabelecidas às publicações científicas. A Logos ganha, assim, novo formato e um conselho editorial composto por pesquisadores de outras instituições e países.

Ricardo Ferreira Freitas
Presidente do Conselho Editorial

Imaginário da objetividade: ensaio sobre algumas práticas jornalísticas

Luiz Felipe Baêta Neves*

RESUMO

O artigo analisa algumas das formações ideológicas preponderantes na concepção – e feitura – de jornais diários. São, igualmente, observados modos de articulação de tais formações ao imaginário cultural e possíveis resultados prático – históricos dessas articulações, frequentemente complexas – e de gênese obscura. Palavras-chave: teoria da comunicação; imaginário social; história contemporânea.

SUMMARY

The article analyzes some of the preponderant ideological formations in the conception - and making - of daily newspapers. Some manners of articulation are equally observed as such formations to the cultural imagery and possible practical results – in the historical context of those articulations, frequently complex, and obscure genesis.

Key words: theory of the communication; imaginary social; contemporary history.

RESUMEN

El artículo analiza algunas de las formaciones ideológicas preponderantes en la concepción – y en la producción – en los periódicos diarios. Son, también, observados modos de articulación de tales formaciones al imaginario cultural y posibles resultados prácticos –históricos de esas articulaciones, frecuentemente complejas – y de génesis oscura.

Palabras claves: teoría de la comunicación; imaginário social; historia contemporânea.

O ensaio que se segue é um esforço de compreender melhor certa relação que se estabelece entre uma determinada ideologia sobre o jornalismo e seus pressupostos teóricos e epistemológicos. Busca, assim, mostrar de que modo uma noção que se supõe “científica” e “racionalista”, porque “fria”, “equânime”, “objetiva” e “imparcial”, se alia, inconscientemente ou não, pouco importa à visão ideológica que traz consigo um feixe de noções empiricistas e uma teoria da história curiosamente a-histórica.

O imaginário aqui descrito articula-se à ideologia mencionada e é tão mais relevante quanto mais quotidianos e rotinizados são os hábitos de leitura de jornais a que nos habituamos. É como se estivéssemos habituados a não pensar que nossas práticas mais repetidas são, também, analisáveis. E que, ainda uma vez, só pudéssemos “suspeitar” analiticamente de diferenças ou quanto a sociedades muito distantes ou face a problemas cruciais para o “destino do homem na terra”. Este ensaio é, pois, uma tentativa de intervenção teórica antropológica em um dos mais repetidos gestos do Ocidente contemporâneo: a leitura de um jornal diário. E não trata apenas da leitura mas, também, de algumas regras possíveis de sua produção ideológica.

É um primeiro movimento no sentido de estranhar, de desnaturalizar, de distanciar (e aproximar); de transformar em objeto de conhecimento teórico um bem cultural considerado decisivo para a formação disso que, do século XIX a nossos dias, passamos a chamar de “opinião pública”. É uma tentativa de mostrar o jornal como produto histórico cultural, como agente (e não só paciente, “receptáculo isento”, como tantos querem) social.

O “jornal” que analisamos não existe, provavelmente, como materialidade “concretamente tocável” (o que é “concretamente tocável”?). Ele é um jornal, contudo, “realmente possível” porque seria o resultado de um feixe de aspirações tão bem intencionadas quanto carregadas de perniciosidade e esquivos compromissos sociais. O mito do jornalismo objetivo que aqui analisamos, o mais vigoroso quer entre os profissionais, quer entre seu público “médio” no Brasil, propicia oportunidade estrategicamente muito significativa de discutir, a partir de uma articulação entre antropologia, história e epistemologia, conceitos como formação cultural, ideologia e mudança (ou permanência social), tempo e espaço, em uma sociedade complexa.

A dificuldade maior encontrada é a raridade do modo de constituir conceitualmente o tema na literatura corrente, não só na literatura especializada de cada disciplina, mas, também (e pior), em esforços multidisciplinares como este. O que apresentamos, portanto, não pode ser um quadro rigoroso e completo do assunto; são linhas gerais de investigação, até aqui aparentemente pouco desenvolvidas por outros autores. E que propomos à observação pela forma de ensaio de outros pesquisadores interessados em iluminar os desvãos da sociedade em que vivemos.

Os cortes

Os cortes temporais – Nesta formação ideológica e imaginária, o primeiro corte temporal que o jornalismo se propõe cumprir é o que se subordinaria ao (corte) oriundo do evento. O jornal seria, desta ótica, algo como um grande veiculador dos “fatos” que seriam a substância mesma da história humana. “Substância” que não é uma trivialidade consensual; é um pilar do essencialismo metafísico (anti-histórico, pois...). O jornal cumpriria, em relação ao “fato”, uma inter-

venção tríplice. A primeira face de tal intervenção seria a do registro: o jornal mencionaria acontecimentos notórios, simplesmente. A segunda face seria, por sua vez, dupla: o jornal “descobriria” o fato e, em o veiculando, este se tornaria público. A terceira face seria a da hierarquização de fatos notórios ou descobertos segundo critérios de importância, urgência ou excepcionalidade. A “ideologia do evento” expressa, na realidade, um feixe ideológico peculiar. Em primeiro lugar, tal ideologia propõe uma divisão da história extremamente rígida e previsível sob um véu de flexibilidade e inesperabilidade. A rigidez e a previsibilidade se originam de uma suposição única: a história humana se constitui por uma sucessão de “fatos”, que são uma alteração de um estado anterior. Assim, a história seria uma infinita sucessão de descontinuidades, de novidades sem fim (sem começo), de alterações quotidianas. Ora, uma “infinita sucessão de descontinuidade” acaba por construir seu contrário: uma concepção linear, sem misturas ou descontinuidades, da história.

A história poderia ser narrada como se narra uma história ficcional, onde uma sucessão de acontecimentos parece exibir uma lógica auto suficiente. Auto suficiência que é outra linha de força básica para a ideologia da história (do jornal) na medida em que a notícia, a sucessão das notícias, se remete a si mesma, supondo que a lógica da história seja a lógica do encadeamento lógico dos acontecimentos, sem que haja necessidade de conhecimentos “anteriores” ou “externos”. A história “factual” dos jornais oculta uma ambigüidade: ela se quer voltada para fora, para o mundo, captando o e devolvendo lhe especularmente sua verdade. Afirma uma abertura máxima porque nega que o seu mundo é o mundo construído pelo amálgama de forças históricas de que o jornal é expressão. Esta ideologia do jornal é a de um

espelho, porque é a teoria de uma ausência de deformidade, de uma presença que não é nada em si mesma, já que sua importância vem daquilo que reflete e reflete sem interferir na “produção” daquilo que surge em sua superfície.

O espelho/jornal imagina uma presença ausente: está no mundo, na história, mas nela não interfere; está fora do mundo e da história. O esforço está em mostrar que a história se produz sem a presença do observador (tanto o jornalista quanto o leitor). O jornal como “observador” supõe uma atitude extremamente arrogante e pretensiosa quando se afirma “não ingerente nos negócios do mundo”; na realidade, afirma, sem o dizer, que seu objetivo precípua é, humildemente, contar uma história alheia.

O que tal ideologia da informação não pode ver é o profundo paradoxo que recobre sua teoria da escansão histórica. O evento jornalístico é, na verdade, suposto como uma exceção, de maior ou menor grau de excentricidade. Percorrer a história seria percorrer a sucessão de novidades que o jornal estampa. Esta visão da história como interminável novelo de alterações simplesmente não mostra que tais “fatos” são alterações, sendo palmar que só se altera um estado anterior. É como se lêssemos (?) um texto (?) absurdo que não teria texto... apenas pontos de exclamação, vírgulas, pontos finais. A história seria, desta ótica, uma estranhíssima sucessão de cortes que cortariam a si mesmos e de alterações que alterariam alterações. Este absurdo texto feito de pontos esquece que esconde, assim, a produção (construída) do texto real; a monótona constatação de novidades banaliza a noção de transformação histórica diluindo-a na reiteração e no cotidiano e descobrindo a em toda parte.

A idéia de que o jornal é o “veículo das novidades” guarda um perigo político (entre outros) relevante: o mundo parece estar mudando a cada dia, a vida continua, a humanidade

não estagnou, o novo é o progresso. A extrema lentidão, a permanência, as reiterações, os ritmos quase imperceptíveis da história aqui não aparecem, como se fossem temidos sinônimos do nada, do vácuo, da morte. Há uma cadeia ideológica: identifica-se a novidade jornalística com alterações históricas, estas com a própria história, a história com o “necessário progresso unilinear da humanidade”.

A “ideologia da novidade” (da “nova” jornalística) é duplamente conservadora: o leitor supõe que ele (como o jornal) não precisa fazer coisa alguma para que a humanidade “progrida”; a novidade é visível e onipresente no corpo do jornal porque, mesmo que esteja ausente de uma área, opera em outras e pode, por definição, irromper, a qualquer momento, em qualquer área.

Se tomarmos o fenômeno historicamente recente do aumento da violência e/ou do crescimento da corrupção – ou o do retorno da beligerância imperial, talvez se possa vislumbrar uma “novidade” desta “ideologia da novidade”. Assim, os leitores poderiam esperar – ou mesmo demandar – que a novidade seja repetida, apareça novamente o mesmo. O imaginário da excepcionalidade sofreria, agora, uma torsão peculiar: passa a mostrar diferentes aspectos de um mesmo objeto; “o mundo, na verdade, é sempre o mesmo, apenas varia, mas a essência é a mesma”, pensaria este nosso hipotético leitor (consciente ou não da coincidência de sua posição com a de tantos pessimismos pós-modernos). É como se dissesse como o integrante de determinada sociedade tribal, ao ver o sol nascer: “O ontem amanheceu de novo”.

A isto se poderia somar a sedução ideológica que pode conquistar sem dificuldade o leitor; a de que ele de tudo está participando, independente de qualquer conotação que a palavra “participação” possa ter no vocabulário político.

Creio que hipótese tão plausível quando pouco explorada – e que aguça o fenômeno – é aquela em que o leitor se imagina (co)autor do fato. Hipótese estimulante que não caberia, aqui, desenvolver.

* * *

Esta “teoria” do “corte” como “teoria da história” tem uma sólida base material. Que é a periodicidade mesma do jornal: ele é diário, é comercializado a partir de determinadas horas do dia (matutino, vespertino). Como se os ritmos históricos fossem tão metodicamente recortados e a continuidade do mundo se desse pela continuidade/contigüidade das edições. Mesmo as seções fixas, as colunas de crítica, os cadernos classificados, especiais ou de serviço, se não têm uma frequência diária, conhecem um aparecimento regular predeterminado. A história passa a ter um suporte material temporal na moldura fixa das rotinas dos diários. Moldura permanente longa, “infinita”, de duração temporal e, ao mesmo tempo, quotidianamente reiterada. Magnífico suporte para uma ideologia empiricista irmã do senso comum que quer ver a história como alguma coisa da ordem do visível, do tangível, do imediatamente constatável, do concretamente vivido... alguma coisa que não precisa ter recortes temporais obscuros, ritmos conflitantes entre seus setores constitutivos, acelerações, retardos, recuperações. Não (afinal para que complicar); os recortes reais da história são os recortes reais da cronologia de qualquer calendário, das datas impressas ao alto de cada folha de jornal. Não se precisa discutir, abrir manchetes, para a precipitação de fatos no tempo; o jornal tudo é capaz de encaixar porque, se não pode discutir o tempo, é porque ele piamente acredita que o tempo histórico é algo já dado e não um constructo que os grupos sociais produzem de modo diferenciado e muitas vezes antagônico, e que

freqüentemente desconhece qualquer relação isomórfica com escansões da ordem do senso comum... ou da percepção vulgar de uma escansão singular de uma ciência singular (de uma teoria construída), que se desdobra no tempo da história como qualquer outra que é a astronomia. Esta apropriação ideológica, que supõe uma simbiose entre a cronologia da história teoricamente elaborada e a cronologia quotidiana, envolve também um ideal de neutralidade, de ascético distanciamento do mundo: o jornal obedece a leis “naturais”; ele não tem nenhum comprometimento com a história imprecisa e tumultuada dos homens; sua periodicidade é uma forma oca e capaz de manter a isenção e a inalterabilidade todo o tempo.

O caráter empiricista deste Reino da Reificação Absoluta fica ainda mais evidente se percebermos que a novidade, a notícia, é alguma coisa de “concreta” e que imagina encerrar toda a (sua) verdade em si mesma. Ela é o que é; desconhece qualquer outra articulação não “visível”; encerra em si mesma todo seu poder heurístico. É algo neutro e indiscutível: o repórter viu (descobriu), o próprio repórter (ou um redator) redigiu, o jornal publicou, o leitor leu. Toda esta série de operações é vista como uma sucessão de opacidades, ou seja, supõe-se que o leitor toma conhecimento de forma direta da situação narrada pela notícia. O que vale dizer que não só o repórter é “neutro” mas, ainda, que todos os demais envolvidos no processo também o são e, mais do que isso, todas as coações de linguagem (para não se falar em outras coações socialmente determinadas) não alteram o fato jornalístico e nem a impressão ou a leitura podem fazê-lo. Do fato ao leitor não há nada que possa maculá-lo; o jornal não deve passar de uma espécie de suporte materialmente específico do “fato” mídia sem qualquer mediação...

O fato histórico nesta ideologia jornalística do tempo requer certas regras temporais de

leitura: o jornal deve ser lido no dia de sua publicação e, de preferência, assim que sai às ruas. Aquele leitor que assim procede estaria melhor informado, porque mais próximo temporalmente dos eventos relatados; o outro lado dessa suposição ideológica é a versão de que os acontecimentos sofrem um rápido processo de perecimento assim que deixam de ser nutridos pelas notícias.

Neste sentido, é como se a memória social dos homens fosse um imenso acervo de mensagens rotineira e infinitamente escritas e apagadas. Suposta está uma lousa, um quadro-negro mítico, anterior e permanente, em que tudo (ou mais exatamente: tudo que o equilíbrio desigual do controle social permitisse) poderia ser escrito. Lousa/quadro-negro que é uma “contradição-em-si”: sendo permanente (eterno...) acolhe a inscrição do efêmero; sendo uma forma (absoluta...) permite a escrita de inumeráveis conteúdos.

Como se fatos históricos envelhecessem e morressem se não fossem registrados; como se sua eficácia se devesse irretorquivelmente à sua veiculação pública; como se a memória social se constituísse apenas de um modo e segundo determinadas regras. Curiosa ideologia da memória que lembra aos homens que não devem preservá-la por mais que um dia para que no dia seguinte possam reativá-la. Além do que, reifica-se a teoria da ideologia “personalizando-a”: a memória social não é estrutura, pois se compõe da soma das memórias dos indivíduos leitores. Psicologiza-se uma estrutura (ou se passa a considerar tal soma uma estrutura, posição que tem defensores) e, assim, reitera-se a ilusão de que é o indivíduo o grande ator da história.

Esta individualização é patente na ideologia do noticiário não só pela quase absoluta regência dos fatos por atores humanos individuais mas, também, pela atomização e descontextualização de eventos não-humanos. Tudo

tende a aparecer como produto em si mesmo explicável de unidades; não há massas, estruturas ou sistemas de impossível visibilidade, no sentido mais corriqueiro do termo. Há uma espécie de ideologia espetacular no sentido de espetáculo cênico no noticiário jornalístico: há atores, que dizem seu texto, em um espaço material determinado. O que tem, como duplo, uma ideologia do leitor que seria, então, um espectador, absolutamente “individualizado”, que tomaria conhecimento da encenação do suceder infindo de peças dos seus isomorfos atores indivíduos. Para este tipo de proposta, são necessariamente obscurecidas a direção, a produção, a iluminação do espetáculo; são esquecidos estes e todos os outros elementos ausentes do palco (bastidores, camarins, corredores, coxias), como se a sua invisibilidade fosse sinônimo de sua irrelevância. O que os olhos do empiricismo não vêem seu coração não sente...

Retoma-se, então, a teoria da linguagem como imaculada/ausente suporte do fato. A fala dos atores é a mesma dos redatores: ambos teriam a mesma concepção da linguagem como algo que repete perfeitamente o fato. Para tanto, não é preciso nenhum esforço teórico maior; basta que se aja de maneira tecnicamente perfeita. A linguagem será tão mais neutra quanto mais legível pelo maior número de leitores, sua neutralidade poderia ser aferida pela facilidade de leitura por parte de, idealmente, todos os leitores. Esta “ideologia do estilo jornalístico” se imagina humilde e facilmente consumível. Na verdade, não se trata apenas do estilo escrito mas, também, do que poderíamos chamar de estilo do jornalista, que veria também de maneira equilibrada e distanciada os acontecimentos. Esta transparência ótica e textual visa a uma teoria do “eco perfeito”: a mensagem chega ao leitor tal como foi emitida. O que tal ideologia esconde é, em primeiro lugar, a plena vigência do jargão jornalístico, de

hábitos, cacoes, tradições internas e peculiares à prática jornalística cultural e historicamente determinada e que são veiculadas, inocentemente, como de domínio público. Em segundo lugar, todo esse exercício de isenção e bom senso escamoteia inteiramente a história porque imagina acontecimentos – jornais, jornalistas e leitores não como diferenciadíssimos produtos de conjunturas e estruturas históricas concretas, mutáveis e interagentes mas, sim, como peças fixas, iguais entre si, de lugares marcados e imutáveis e cujas relações são reguladas e resolvidas tecnicamente. Basta conhecer a técnica de definição, aqui, obviamente superlativa da percepção e comunicação humanas e tudo estará equacionado.

A mitologia da neutralidade ou, talvez melhor, a mitologia da ausência jornalística tem sua expressão mais flagrante na autodefinição do jornal como anônimo.

Os cortes espaciais – Sugiro alguns itens de reflexão quanto ao aspecto “físico” dessa ideologia empiricista vigente no jornalismo.

O primeiro, em evidência, dos cortes espaciais é o da primeira página. A primeira página é uma espécie de “rosto paradigmático” do jornal. Paradigmático na medida em que é uma súpula idealizada “a nível absoluto” do que o jornal conteria em seu interior. Ou, mais do que isto: a súpula perfeita do que “é” o jornal: um repertório de informações recentes, abrangendo os mais diversos setores da vida humana. Um espelho da história onde seria possível se ver tudo o que “aconteceu” no mundo de relevante de forma franca, objetiva, sintética nas vinte e quatro horas que antecederam a saída do jornal.

A primeira página seria um prosaíco do espetáculo humano, centro magnético de atração do leitor (do possível comprador), curiosíssima metonímia da vida, orgulhoso censor do que deve ou não chocar os homens, do que pode ou não

merecer o registro e a memória, que sofrerão alterações, lentamente, em geral, de temáticas amplas (como a da violência), mas que não alteram o símbolo da primeira página.

Subordina não só sua estrutura “própria” como a mais importante das páginas do jornal, mas, também, uma série de páginas internas que acolhem a seqüência, ou o desdobramento em matérias conexas, das manchetes segundo sua relevância (e dos dados disponíveis quando do “fechamento” da edição). Exibição patente da vassalagem que, à síntese, deve prestar a enunciação longa, o possível comentário. E esta síntese jornalística de que a primeira página seria o paradigma supõe-se absoluta, porque acredita em si como resumo perfeito do “fato” ou, não menos pretensiosamente, como capaz de pinçar no “fato” sua importância máxima (sua máxima excepcionalidade) ao escolher aquilo que o qualificaria como notável desenvolvimento discursivo.

Transposta a ‘solenidade’ da primeira página, sua espetaculosidade e o fascínio de seu mito de tentadora chave de segredos do que “oculta” (o “miolo” do jornal, o restante de suas páginas), o jornal imaginário mas tão plausível que “lemos” teoricamente aqui – conhece uma divisão material em “cadernos”. Como nas divisões “temporais”, o que se vê aqui é uma “razão” assim suposta: não fomos nós que escolhemos tal divisão; apenas a aceitamos como óbvio imperativo que reflete a vida, a natureza, a sociedade que a “razão” jornalística apenas enquadraria. Cumprido o ritual de isenção pela escolha dos cortes (ou melhor: pela aceitação acolhida dos cortes impostos pelo exterior), a ideologia jornalística se encontra solidamente fincada no solo do empiricismo e do naturalismo que lhe é caro e familiar.

Por que não agrupar a “vida”, a “natureza” e a “sociedade” senão em três grandes blocos (cadernos) de informação: o primeiro caderno,

o segundo, e o de “anúncios classificados”. Este primeiro grande agrupamento em conjuntos espacialmente distintos parece se reger (e esconder) por uma ética da sisudez: no primeiro caderno se reuniram os assuntos “sérios”; no segundo, os “frívolos”; nos classificados, os “mercantis”. Pelo menos em relação ao primeiro e segundo cadernos, parece haver uma contra-posição quase antagônica. O que, por exclusão, fica claro se percebemos a ideologia tão vitoriosa quanto historicamente recente, dos segundos cadernos: tratam do movimento artístico, acolhem as colunas sociais, os cronistas, a moda, as mudanças de “comportamento”. Tudo aquilo que é considerado passageiro, leve, desfrutável, inconseqüente; tudo aquilo que não se considera decisivo para a vida social ... porque não é produtivo, não resulta do trabalho e não o afeta. É a imagem refletida do que a versão produtivista desta ideologia jornalística veria (em plácidos espelhos d’água) como o “sorriso da sociedade”. O “trabalho” é sério; a “cultura” é uma “ilustração”, um “presente”, uma “recompensa”, melhor dizendo, das purificadoras, salvadoras agruras do esteio da vida: o poder, a produção, a seriedade/sisudez que, portanto, merecem o primeiro lugar (o primeiro caderno). No segundo, como na vida, o lazer “sucede” o trabalho; o leitor “descansa”. (De poucos decênios para cá, a “suja e irracional violência” passa a conviver com os “graves e decentes”, o que é tema estimulante para outro ensaio).

O modo de dividir o primeiro caderno veio aos poucos se cristalizando e pode ser, hoje, considerado quase uniforme na chamada “grande imprensa” diária no Brasil. Há páginas ou seqüências de páginas relativas à Política, Cidade, Nacional, Internacional, Estado, Esportes. Mais do que me deter na explicação individualizada de cada um de tais blocos, apontarei dois problemas gerais da divisão. O

primeiro seria o de reafirmar o caráter “autárquico” de tal divisão: a ideologia jornalística considera-os “dados”, “naturais” e, portanto, sem necessidade de explicação externa ou, *tout court*, de explicação. Visto de outro ângulo, a ideologia jornalística instaura um corte entre o seu conhecimento da realidade e o conhecimento produzido pelas disciplinas teóricas (de qualquer corrente) que tratam da mesma realidade, já que nenhuma de tais disciplinas ou correntes reconheceria como sua tal divisão. E, em paradoxo apenas aparente: tal ideologia jornalística também não assumiria a paternidade, porque está teoricamente impedida de fazê-lo: o jornal não seria apenas reflexo? Os reflexos não são centros; o jornal não é autor de nada.

* * *

O segundo problema geral se refere à atomização de cada um desses grandes blocos internos. Como, de fato, organizá-los? Como dar um sentido e um significado a estes agrupamentos supostamente temáticos? Como escapar da incrível ambigüidade deste objeto cultural que, se é uno, não admite leitura única, seqüenciada, articulada, entre seus diversos segmentos? De que centro, ou local de atribuição de organicidade, virá a possibilidade de que, deste esfacelamento aparente, surja um texto? Ou, melhor dizendo: em que texto inserir este texto desconectado e que parece candidamente destinado apenas à leitura parcial, infensa a intenções de totalidade? Ou: a leitura e a escrita do jornal não são um convite à compreensão setorializada do mundo, como se o jornal não passasse do canudo de um peculiar caleidoscópio de figuras – supostamente picadas e irrepetíveis?

* * *

A ideologia/apologia da neutralidade jornalística leva a outro modo de separação: o

que distingue graficamente notícias de análises. A separação/singularização mais evidente seria a dos editoriais que ora se encerram em páginas específicas, ora se distinguem pela família gráfica usada (negritos, itálicos, corpo diferente do resto do jornal), ora por se cercarem de linhas (em *boxes*, por exemplo, no jargão de jornal). O mesmo acontece com comentários não assinados que se seguem a notícias. Neste caso, é freqüente o aparecimento da indicação de que o que se segue é do “Departamento de Pesquisa” do jornal. E, então, o que se lê em geral é uma espécie de “resumo histórico” que marcaria os “antecedentes” do evento noticiado. Se pode ser de louvar a boa intenção de “melhor informar” o leitor com tal procedimento, creio ser mais relevante apontar algo menos imaculado e mais obscuro: o jornal, com a assinatura que concede ao “Departamento de Pesquisa” acaba por manter a “sua” anonimidade. “Concede” uma assinatura interna a si, mas distinta do que é o perfil do jornal; tão distinta que não se chama: “Editoria”; tão distinta que é bem rara, sublinhando apenas “eventos muito marcantes”. Situação muito semelhante seria a dos artigos assinados que embora “acolhidos” em um dado jornal se distinguem dele não só por sua “pessoalidade” mas, também, porque: 1) corroboram o jornal emprestando-lhe o prestígio do nome, na maioria dos casos consagrado, dos autores; 2) tem uma liberdade temático-cronológica maior do que a do restante do jornal, não havendo obrigação estrita e universal de que os articulistas tratem dos “assuntos do dia”.

Nos “segundos cadernos” a questão da autoria se flexiona um pouco. Há uma concentração maior de matérias assinadas, reunindo-se neles a “crítica de cultura” do jornal (artes plásticas, cinema, teatro, televisão etc.). É, ainda, muito maior o número de matérias assinadas em geral. O que parece apontar para um curioso e sutil traço

ideológico: o jornal tenta duplicar a autoria que vê nos artistas, que em grande maioria são os “temas” de entrevistas, que são algo muito mais “individual” e reforçador da mitologia do artista como indivíduo irrepetível, excêntrico, peculiar, cínico e criador solitário da beleza.

* * *

Há toda uma outra região temática a ser pesquisada, que seria o da articulação da “materialidade” do jornal com a “materialidade” do leitor. No seguinte sentido: sabe-se, até por meras pesquisas de mercado, que há uma tendência do leitor a “privilegiar” as páginas ímpares e ler do alto para baixo as folhas. Isto sabido, resta uma pesquisa de caráter histórico para se determinar não só as razões não apenas “ópticas” (naturais) para que o leitor assim proceda, mas para tentar compreender as razões culturais (ideológicas etc.) para que assim aja. E mais: de que modo o jornal induz uma relação determinada com o leitor através de um dado equilíbrio na distribuição das matérias na folha do jornal. Relação que, não sem motivos, é sabida mas não informada ao distinto público leitor.

Todos esses procedimentos favoreceriam uma presença menos “técnica” da semiologia, suserana hoje de tantos vassalos teóricos, em nome de uma visão histórico-cultural do problema. Isto, é evidente, sem que se tornasse a cair no engodo beletrista de se analisar somente as formas nobres, os conteúdos, os “significados profundos” dos objetos culturais; o desprezo pela materialidade, pela fisicalidade, não passa de um exercício de afetação intelectual flácida e inconseqüente, que tenta fazer perdurar a dicotomia Espírito/Matéria de todas as metafísicas.

*Luiz Felipe Baêta Neves é doutor em Antropologia, professor adjunto do Instituto de Psicologia da UERJ e autor, entre outros livros, de *Vieira e a imaginação social jesuítica* – Maranhão e Grão-Pará. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

Liberdade e modernidade: entre o individual e o coletivo

Francisca Ester de Sá Marques*

RESUMO

O texto pretende relacionar a análise da liberdade, a partir da idéia de autonomia de Kant, tendo como base a dimensão real e circunstancial da liberdade, em geral, e da liberdade de imprensa, em particular. A intenção é reenquadrar a discussão do conceito de liberdade, articulando-o ao conceito de liberdade de imprensa, fundamentada na relação comunicativa e no livre-arbítrio. Palavras-chave: ética; jornalismo; liberdade de expressão; liberdade de imprensa

SUMMARY

The text intends to relate the analysis of the freedom, based on the idea of autonomy of Kant, related with real and circumstantial dimension of the freedom and, in a particular way the freedom of press. The intention is to propose a new discussion of the concept of freedom, articulating it to the concept of freedom of press, based in the communicative relationship and in the free will. Key-words: ethics; journalism; freedom of expression; freedom of press

RESUMEN

El texto busca relacionar el análisis de la libertad, a partir de la idea de autonomía de Kant, teniendo como base la dimensión real y circunstancial de la libertad en general y de la libertad de la prensa en particular. La intención es reencuadrar la discusión del concepto de libertad, articulándolo al concepto de libertad de prensa, fundamentada en la relación comunicativa y en el libre albedrío. Palabras claves: ética; periodismo; libertad de expresión; libertad de prensa.

A liberdade está em crise como princípio ético universal da modernidade. Nunca, na história da humanidade, o homem teve tantas opções de escolha como nos últimos dois séculos e, no entanto, está vazio de liberdade. Porque a liberdade se transformou numa ilusão ideológica de qualquer projeto político instrumental contemporâneo, porque não se consolidou enquanto projeto utópico de emancipação da razão ou, ainda, porque teve o seu valor ético esvaziado do seu conteúdo universal. Pensada, no século XVIII, como o princípio universal da razão e da vontade, assim como valor ético de autonomia e de autodeterminação individual, a modernidade emancipou o homem da tradição e da tirania coletiva das sociedades tradicionais, a tal ponto que, na visão de Sartre, o homem viu-se obrigado a ser livre.¹

Na modernidade, o homem tornou-se senhor de si mesmo ao emancipar-se do misticismo comunitário e do obscurantismo religioso. Passou a pensar apenas baseado na sua razão e na sua capacidade de julgamento e crítica, mas utilizou essa liberdade de vontade não só para participar na constituição de projetos democráticos de emancipação de uma razão crítica, mas também para justificar todos os tipos de tiranias e totalitarismos feitos em nome dessa mesma razão. Os dois termos – razão e liberdade –, conjugados por Kant para resultarem na autonomia, acabariam por se ir dissociando, à medida que a história moderna se ia objetivando em projetos concretos como a organização do Estado-Nação, do Capitalismo Ocidental, da Sociedade Civil, do Espaço Público, assim como em utilizações democráticas instrumentais das idéias de

Progresso, Ciência e Técnica. O sujeito histórico da Razão Prática de Kant, caracterizado pelo sentimento moral e pela lei do dever, tornou-se um sujeito de poder. A vontade levou-o a um niilismo descrente do sentido da vida, “esse desejo de nada por parte do homem contemporâneo, essa incorporação de um desalento vital, como se o único e o melhor que restasse fosse ir sobrevivendo”. (Marques, 1997, p. 8)

Portanto, o cerne da crise do conceito de liberdade reside na própria gênese da noção na modernidade, bem como nas heranças deixadas pelas morais greco-cristã, medieval e protestante – conseqüentemente, encontra-se, também, nas derivações e formalizações do conceito para atender às inúmeras exigências sociais, políticas e econômicas que modificaram, ao longo do tempo, a sua substância ética inicial. A liberdade pensada pela modernidade é um conceito eivado de intenções morais com um longo percurso histórico. Já não é a liberdade interior pensada como virtude, desejo ou ausência de desejo, ligada à introspecção do homem na sua relação com Deus e comum à moral greco-cristã; nem a liberdade de consciência proposta pela reforma protestante – entendida como uma primeira possibilidade de relação do homem consigo mesmo. Menos ainda, a liberdade como possibilidade ou potência, pensada pela filosofia política de Hobbes e Espinosa, ou a liberdade como base dos direitos naturais da teoria de John Locke.

A liberdade herdada pela modernidade é a utopia gerada por uma liberdade exterior voltada para o mundo, como um valor supremo, o mais precioso de todos os valores fundamentais da moral. Não é à toa que Tocqueville justifica o seu respeito pela liberdade, dando-lhe um estatuto superior pelo fato de ela possuir um valor em si, independente mesmo de outros bens ou benefícios que possa garantir: “Também não acredito que o verdadeiro amor

da liberdade tenha algum dia nascido apenas da contemplação dos bens materiais que proporciona; porque esta visão freqüentemente se obscurece (...) O que em todos os tempos, à liberdade prendeu tão fortemente o coração de certos homens são os seus próprios atrativos, o seu próprio encanto, independentemente dos seus benefícios; foi o prazer de poder falar, agir, respirar sem constrangimento, sob o único governo de Deus e das leis. Quem procura na liberdade outra coisa para além dela própria foi feito para servir (...) Não são os bens materiais que ela lhes dá que eles nela amam então; consideram-na a ela mesma como um bem precioso e tão necessário que nenhum outro poderia consolá-los da sua perda, consolando-se eles de tudo ao saboreá-la”. (Tocqueville, 1989, p. 148)

A natureza moderna da liberdade é permanentemente lembrada por Benjamin Constant na sua análise sobre a autonomia política dos liberais: “assim, enquanto a liberdade antiga consiste no exercício coletivo e direto da soberania, sem qualquer preocupação explícita com os direitos individuais, portanto, compatível com a submissão do indivíduo ao poder da comunidade, a liberdade moderna é pensada como o direito que todos os homens possuem de estarem sujeitos exclusivamente à lei, de não serem molestados, presos, julgados ou executados, o direito de influenciarem na administração do Estado, quer pela designação de uma ou várias de suas autoridades, quer por seus conselhos, exigências e petições”. (Constant, [19—], p.5-7)

Deste modo, a modernidade projeta a liberdade como um princípio ético derivativo e recorrente de onde todos os outros valores deveriam sair e para onde todos deveriam voltar, para recompor sua substância moral. O que diferencia o conteúdo desta liberdade, em relação aos outros tipos de liberdade até então existentes, é o seu valor ético irrevogável, dado

a priori, segundo uma vontade racionalmente legislada por uma lei universal que funciona como um imperativo categórico – “age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal”. (Kant, 1989) Não existe saber a respeito da liberdade fora da consciência desta lei fundamental que, para o autor, aparece como um princípio formal fundado sobre a liberdade na relação exterior com outra lei: “age de tal modo que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na do outro como um fim e não como um meio”. (Kant, 1989, p. 42) A consciência moral só atingiria o seu sentido pleno, regida por esses dois imperativos que aparecem, ao mesmo tempo, como princípios básicos de uma ética do dever e de uma ética da atitude.

Autonomia e liberdade em Kant

Kant é o autor que, em sua *Crítica da Razão Prática*, leva mais longe a análise da relação entre a liberdade arbitrária e a liberdade sensata. A sua intenção é verificar as condições de possibilidade da vontade boa, conjugadas na relação entre liberdade e lei. Ser livre já não é, apenas, ser independente em relação aos desejos, mas ser capaz de subordinar a ação à lei do dever. A liberdade kantiana é efetiva e fundamenta a nova forma de ser e de estar do homem no mundo: já não um homem isolado por um *cosmos* divino ou por uma moral coletiva, mas um homem capaz de agir conscientemente à interrogação moral – “o que devo fazer?” – a cada vez que precise escolher entre várias alternativas.

Kant funda, com esta lei, uma filosofia da liberdade que se pauta, ao mesmo tempo, por uma liberdade moral como autonomia – isto é, a capacidade de o homem agir de acordo com a lei – e por uma liberdade social ou política, que se traduz numa vontade, numa realização da ação livre. Deste modo, autonomia

significa, na perspectiva kantiana, a capacidade e a tarefa que caracterizam o homem como homem, ou seja, a capacidade de o homem se autodeterminar e se autoconstruir de acordo com as regras de sua própria razão, o que o torna distinto dos outros seres da natureza. A grandeza do homem não está na sua capacidade de se impor ao mundo, mas na possibilidade de se autodeterminar a partir da liberdade, isto é, de descobrir em si mesmo os fundamentos da ação: “o sujeito autônomo, nesta perspectiva, seria aquele indivíduo que se apresenta com o mais elevado grau de maturidade psicológica – um perfeito conhecedor das suas próprias necessidades, bem como de todo o significado das suas ações comportamentais e de linguagem, através das quais se deveria poder processar a plena satisfação das necessidades”.² (Esteves, 2002, p.98)

Nesta ligação decisiva, a liberdade constitui a *ratio essendi* da lei e a lei, a *ratio cognoscendi* da liberdade: “a liberdade é um eu, que se constitui a si mesmo enquanto sujeito livre e autoconsciente e, enquanto tal, é digno de um respeito incondicional, precisamente como autor da lei a que se submete”. (Oliveira, 1996, p. 121) Kant parte do princípio de que só a espécie humana pode alcançar a ilustração plena, depois de ultrapassar o estado natural de brutalidade, mas, ao mesmo tempo, ressalta que o homem só pode sair das trevas para as luzes se pensar por si próprio, se puder servir-se do seu próprio entendimento, se puder sair da comodidade e da preguiça para usar a razão livre, para superar os preconceitos e as superstições deixadas com a religião. A fórmula *sapere aude* (ousa saber), com que Kant define a liberdade intelectual, é o princípio máximo da Ilustração projetado como uma ampliação do saber e da ciência em todos os níveis do conhecimento.

Assim, Kant considera que a liberdade só pode ser pensada em comunhão com os outros, numa relação intersubjetiva permanente, em

contraposição à coação civil e à tirania. Segundo o filósofo, “(...) o poder exterior, que arrebatava aos homens a liberdade de comunicar publicamente os seus pensamentos, lhes rouba também a liberdade de pensar: o único tesouro que, apesar de todos os encargos civis, ainda nos resta e pelo qual apenas se pode criar um meio contra todos os males desta situação”. (Kant, 1995, p. 52) A liberdade de pensamento significa que a razão não se submete a nenhuma outra lei a não ser àquela que ela a si própria se dá. Mas, para que a razão apenas se submeta à lei que a si própria se dá, é preciso que o público a si próprio se esclareça, o que só é possível se para tal lhe for dada liberdade, isto é, se fizer uso público da sua razão ou o uso que qualquer uma dela faz perante o mundo ao expor suas idéias. Kant acredita que, debaixo do duro invólucro da natureza, é possível desenvolver a tendência e a vocação para o pensamento livre, de tal forma que ela possa atuar sobre o modo de sentir do povo – pelo que este se torna cada vez mais capaz de agir segundo a liberdade – e, por fim, até mesmo sobre os princípios do governo.

A dimensão ética da liberdade para Kant aparece como um ato fundador, o acabamento da reflexão ética, uma “deôntica” como instância crítica, pois somente através de uma Ilustração continuada, o começo converte-se na fundação de um modo de pensar que, com o tempo, pode mudar a grosseira disposição natural em diferenciação moral relativa a princípios práticos determinados. Esclarece Kant que “para espalhar as luzes, nada mais se exige para além da liberdade, e na verdade, a mais inofensiva de todas as manifestações que podem usar esse nome, a saber, a de fazer um uso público da sua razão em todos os domínios”. (1995, p.13)

O rigor da análise de Kant não consegue, porém, superar a antinomia que uma tal vinculação provoca entre a liberdade, produto da experiência humana ordinária, e uma lei

formal vazia - representada pela idéia de uma vontade objetiva racional, idêntica à razão prática, inteiramente contida na relação necessária da espontaneidade da liberdade com a legalidade do dever. O sentido da liberdade, nesta perspectiva, oscila entre a vontade objetiva, inteiramente determinada pela sua relação com a lei e com o dever, e a vontade arbitrária, que se revela na experiência humana do quotidiano, do mal, do bem, do que é possível e do que não é possível.

Ao dissociar a experiência viva da vontade segundo a lei e a noção de liberdade pela lei que lhe corresponde, Kant depura a experiência humana dos seus traços empíricos: “de um lado, a esfera do dever e da vontade objetiva determinada pela lei, de outro, a esfera do desejo e da vontade subjetiva, dilacerada entre ela própria e o desejo”. (Ricoeur, 1976, p. 982) A liberdade perspectivada sob o rigor do dever deixa ao desejo e ao livre arbítrio um espaço aparente de complementaridade que se limita ao usufruto de uma razão sem capacidade de transgressão. A liberdade é, assim, despojada de uma subjetividade imanente, intuitiva, mas enquadra-se numa perspectiva formal em permanente construção - um jogo entre o uso regulativo e constitutivo da liberdade, capaz de ser dedutível, objetivamente, como autonomia. A formalidade do conceito não retira, no entanto, a sua condição de poder ser permanentemente construído por sujeitos espontâneos em espaços concretos, como na constituição do contrato social, na organização da justiça ou da própria sociedade.

Neste sentido, a liberdade kantiana é retomada, na contemporaneidade, como a representação das possibilidades fundamentais contidas num espaço concorrencial de sujeitos autônomos. Assim propõe John Rawls quando diz: “os cidadãos na vida quotidiana se pensam a si mesmos de uma certa maneira, afirmam e

atuam a partir dos primeiros princípios de justiça em que terão de acordar”. (Marques, 1992, p. 91) Para o autor da *Teoria da Justiça*, o fato de tomar parte na vida pública ou política não torna o indivíduo senhor de si próprio, mas dá-lhe uma voz igual a dos outros, para que com eles decida como é que as condições sociais básicas devem ser organizadas através da vontade pública, das convicções e fundamentos que formam o *ethos* da cultura política. O efeito comum dessa autonomia, quando o cidadão vir o seu justo valor reconhecido, é o aumento da sua autoconsideração e do seu sentido de competência. (Rawls, 1981, p. 182)

Liberalismo e comunitarismo

Apesar das aporias da filosofia da liberdade de Kant – prosseguidas, na modernidade, por Hegel, Marx e Nietzsche e, mais recentemente, por John Rawls –, a sua contribuição é incontestável para a fundamentação das teorias políticas que deram suporte filosófico à liberdade como direito individual e coletivo. A herança deixada pela filosofia kantiana para a efetivação da modernidade como um projeto universal da razão e da vontade, do espaço público e da opinião pública, para a institucionalização das liberdades sociais e políticas e, principalmente, para a regulamentação da liberdade de imprensa, fundamentou a discussão posterior entre liberais e comunitaristas.

A riqueza da proposta de Kant, para além do seu indispensável formalismo, foi pensar a liberdade como o princípio básico de constituição da própria sociedade moderna, sem a qual qualquer projeto político seria destituído de valor, isto é, da capacidade de os homens prosseguirem os seus fins dentro da estrutura definida pelo sistema ético. É assim que, no século XVIII, a liberdade, como princípio básico filosófico, legitima as demais liberdades políticas e sociais modernas,

preconizadas pela filosofia dos direitos humanos, como em Habermas (1984, p. 103) – liberdade pessoal, de pensamento e de opinião, de reunião e de associação, de voto, de religião, de propriedade e de imprensa, que são consolidadas como direitos individuais numa esfera protegida do controle do poder público, independentemente das fontes e origens desse controle.

A garantia dos direitos individuais, em detrimento do exercício coletivo da liberdade, é o pressuposto dos liberais iluministas contra todas as formas de tirania vigentes: do feudalismo ao Estado absoluto, do poder religioso ao poder secular monárquico. A teoria liberal centra o seu esforço na garantia da autonomia individual contra tudo aquilo que a possa ameaçar, limitando o poder do soberano ou do poder público, sob o argumento de que nada poderia sobrepor-se ao homem. Há, nesta exigência, o privilégio da liberdade negativa, isto é, da liberdade como ausência de coerção, consagrada pelo conjunto das liberdades cívicas e dos direitos individuais que se opõem aos abusos da autoridade (Libois, 1995, p. 2), em detrimento da liberdade coletiva, ou seja, uma liberdade que consagra a capacidade de cada um ser senhor de si próprio, já não numa concepção puramente individualista, mas que, a partir da capacidade de autogoverno de cada um, procura fundar uma base sólida da democracia política. (Esteves, 1998, p. 306)

O excessivo centramento da liberdade, como um direito individual proposto pelos liberais, é retomado pelos comunitaristas, sob o pressuposto de que qualquer concepção do indivíduo deve levar em consideração a mediação da sociedade como o espaço onde ocorre o processo de socialização – “os seres humanos são indivíduos sociais, pois o seu processo de socialização ocorre no âmbito da vida coletiva e assume a forma de uma prática intersubjetiva, pela qual cada um recebe (e é

levado a participar) numa cultura, tradições e instituições”. (Esteves, 1998, p. 305)

Deste ponto de vista, a liberdade comunitária, segundo Wellmer, é uma liberdade que – por meio das instituições e das práticas de uma sociedade, pelas concepções que os seus cidadãos têm em si próprios, através das preocupações e de seus costumes – se tornou um objetivo comum. Wellmer explica que “a liberdade negativa muda de caráter, desde o momento em que se torna uma preocupação comum. É que então já não é nossa própria liberdade que queremos, mas um máximo de autodeterminação para cada indivíduo e para cada coletivo”. (1989, p. 535) De acordo com esta concepção, a liberdade já não é encarada do ponto de vista do indivíduo perante outros indivíduos, mas, antes, do ponto de vista da comunidade que eles formam em conjunto – uma comunidade, cujas determinações estruturais, culturais e institucionais autorizam, favorecem ou, ao contrário, excluem certas possibilidades de realização, segundo interpretação de Jean-Marc Ferry (1992).

O debate que então se instala transforma-se numa aporia que se arrasta até hoje no confronto entre liberais e comunitaristas.³ O conceito de liberdade é criticado, por um lado, pelas teorias neoliberais, que o consideram insuficiente por não ter conseguido estabelecer uma relação interativa entre a liberdade individual e a liberdade coletiva, e, por outro lado, pelas teorias comunitárias, por ser incompleto, uma vez que não conseguiu, ao longo dos últimos três séculos, consolidar a relação entre o princípio da igualdade entre os homens e o princípio do bem comum entre as comunidades ou nações. Para algumas teorias, a dificuldade está no fato de a liberdade continuar a ser um projecto *a posteriori* teórico, de natureza teleológica, que o progresso, a própria razão e o capitalismo não conseguiram

realizar plenamente. Outra dificuldade está no fato de a liberdade continuar, hoje, a ser perspectivada numa dimensão determinista, como um conceito *a priori*, capaz de a tudo responder a partir de uma causa anterior, onde o livre arbítrio e a escolha de opções são apenas argumentos instrumentais postos à disposição dos homens.

Em termos teóricos, este impasse continua insolúvel, mas, em relação à prática quotidiana, a discussão se mostra reveladora quanto à complementaridade entre as duas naturezas da liberdade. Nem a liberdade individual deseja eliminar a liberdade coletiva, nem a liberdade coletiva dispensa a liberdade individual. Conforme Libois, “nenhuma liberdade comunitária no mundo moderno é concebível se não for fundamentada na institucionalização de uma liberdade negativa igual para todos. A liberdade negativa conseguiu emancipar os indivíduos porque rompeu as antigas formas de solidariedade. Uma vez adquirida, esta liberdade negativa deve, no entanto, articular-se com a liberdade positiva a fim de encontrar o imperativo categórico das sociedades modernas: a solidariedade poderá então se reconstruir sobre novas bases universalistas e democráticas”. (1995, p. 2)

O redirecionamento da discussão e a possibilidade de complementaridade da análise sobre a liberdade em geral – e sobre a liberdade de imprensa, em particular – passam, necessariamente, pela renegociação dos conceitos, baseada na dimensão real e circunstancial da liberdade. Como princípio ético, a liberdade é capaz de situar o homem, na sua dimensão universal, a cada escolha que faz, de acordo com os princípios de escolha individual e de responsabilidade coletiva. Instalada no seio da sociedade contemporânea, a crise de liberdade – ocasionada pela sua ausência intercompreensiva ou por seu excesso formal – só poderá

ser resolvida, caso o conceito seja pensado em novas bases comunicativas.

O direito individual e coletivo da liberdade de imprensa

O alargamento da noção kantiana de autonomia e a evolução da filosofia dos direitos naturais para a filosofia dos direitos do homem transpõem do espaço privado para o espaço público a discussão sobre o livre pensamento. É o conceito de liberdade de pensamento que determina a autonomia da liberdade de expressão e de imprensa, que se estabelece, no século XVIII, como um direito individual dos cidadãos esclarecidos do Iluminismo, ao mesmo tempo em que a sociedade civil se constitui como uma esfera autônoma de decisões em relação ao Estado e a burguesia assume o papel de ajuizadora das opiniões no espaço público.

Fruto dessa exigência, a liberdade de expressão e de imprensa surge, explicitamente, como um direito individual privado - garantia fundamental da liberdade de expressão do cidadão, do pleno respeito pelos direitos individuais, num momento em que os jornais tentam instituir um espaço de publicidade permanente de circulação de informações e de idéias. As liberdades de expressão e de imprensa representam, para os revolucionários americanos e franceses, a busca da verdade e do controle do poder, como uma ética de limitação desse poder. Na América revolucionária de 1776, é o estado da Virgínia que instala a liberdade de imprensa na sociedade civil, como garantia das liberdades contra a influência do Estado: “a liberdade de imprensa é um dos mais fortes baluartes da liberdade. Nunca poderá ser limitada, a não ser por um governo despótico”. (Cornu, 1994, p. 1153) Já a França absolutista tem que esperar pela Revolução Francesa para fazer, em 1789, o mesmo percurso e incluir, na

Declaração Universal dos Direitos do Homem, um artigo sobre liberdade de expressão.

Mas, ao mesmo tempo, a liberdade de imprensa é também implicitamente pensada na sua origem, como uma função pública, uma liberdade positiva, resultado mais efetivo de um direito político específico, cujas responsabilidades sociais particulares permitiram fundar e desenvolver a esfera política como um espaço deliberativo: “um espaço público que, estruturado pelo princípio de uma tematização pública das questões políticas, não estava nem incluído na esfera privada da Sociedade Civil, nem integrado na esfera pública do Estado”. (Habermas, 1984, p. 44-45) A responsabilidade dada à liberdade de imprensa pelos iluministas reflete a importância que os jornais passam a ter no estabelecimento de um Estado constitucional burguês, conforme explica Habermas. A imprensa não podia deixar de se comprometer politicamente com a institucionalização da liberdade de opinião e pela publicidade enquanto princípio, porque disso dependia a evolução de sua dimensão econômica (liberdade de empresa), vista inicialmente como fundamental para a sua independência financeira e legal, e garantia de sua dimensão cultural (liberdade de expressão e de informação).

Os cidadãos esclarecidos da nova esfera pública consideram a liberdade de expressão e de informação um direito inalienável, anterior a qualquer outro direito, a que todos deveriam ter acesso, como uma das condições para alcançar a liberdade civil, a autonomia política e, portanto, a Ilustração – uma luta efetivada inclusive por Kant, para quem a liberdade de imprensa era a verdadeira garantia, o paladino da liberdade como princípio. Os jornais transformam-se no espaço da opinião pública européia, nos cafés, clubes e sociedades que proliferam, sobretudo, na Inglaterra, na França e na Alemanha, onde todas as questões

anteriormente relegadas ao estatuto de “privadas” e protegidas pelo “segredo de Estado” tornam-se de domínio público e passam a ser analisadas e julgadas criticamente por cada cidadão, tornando possível um estatuto legal e estável para a esfera pública.⁴

A luta pela liberdade de imprensa encobre, no entanto, todos os perigos subjacentes a esse processo: a contínua e permanente relação de dependência mantida entre os jornais e o Estado, a transformação da imprensa opinativa e crítica dos primeiros tempos em uma imprensa comercial (com o predomínio crescente da dimensão econômica em relação à dimensão cultural) e o caráter de empresa industrial adotado no século XIX. As consequências dessas mudanças são também evidentes: quebra da simetria do processo comunicativo entre produção e recepção que, antes, permitia aos cidadãos terem acesso direto aos jornais, através da confecção destes produtos, da troca de correspondências e agendamento de questões, conforme sua ressonância no espaço público; distinção entre opinião e informação; entre jornal como instituição e jornal como empresa; entre editor e jornalista e a instituição de uma dimensão autônoma da informação em relação à dimensão comunicativa.

Todos os abusos cometidos pela imprensa contra a liberdade são considerados de menor importância pelos liberais iluministas, que vêem os excessos como males menores em relação ao perigo do controle por parte do Estado. É verdade que os excessos sempre estiveram presentes como referências negativas desde que os primeiros jornais foram publicados, no século XVII, na França e na Inglaterra. Muitas vezes, esses excessos foram tolerados pelo público como um contrapeso necessário à legitimação da liberdade de imprensa, que ainda estava a ser consolidada na Europa como uma instância de crítica e

publicidade. Tocqueville, que correlaciona a soberania do povo e a liberdade de expressão como os dois princípios básicos da democracia, acha preferível ter de suportar os abusos dos jornais a ver-se privado de qualquer liberdade de expressão: “confesso que não tenho pela liberdade de imprensa aquele amor completo e imediato que se dedica às coisas soberanamente boas pela sua própria natureza. Amo-a porque tenho em conta os males que ela evita, muito mais do que os benefícios que proporciona”. A preferência pelo mal menor (os abusos) por uma total liberdade de expressão é justificada por Tocqueville como o contraponto entre a servidão e o abuso: “para colher os bens inestimáveis que a liberdade de imprensa garante, é necessário aceitarmos os inconvenientes inevitáveis que acarreta”. (2001, p. 228)

A defesa de Tocqueville coincide, no século XIX, com o aparecimento, nos Estados Unidos, da imprensa de massa (*penny press*) e com os efeitos que passam a predominar no modelo atual dos *media*, em função do critério de racionalidade econômico: “as lutas de audiências, os cuidados redobrados na forma de apresentação das publicações, a reconfiguração da estrutura de mercado do setor – concentração empresarial, investimentos de capital crescentes, expansão de tiragens, redução do número de títulos publicados”.⁵ A liberdade de imprensa iluminista perde ou vê reduzido, então, o seu valor ético, em função da subsunção da liberdade de expressão pela liberdade de informação e da defesa desta por uma deontologia profissional, como resultado mais óbvio da distinção entre ética e moral. O estilhaçamento ético do conceito coincide, deste modo, com as variações que daí advêm: por um lado, liberdade de expressão do jornalista, liberdade de informação e liberdade de empresa; por outro lado, liberdade de opinião do cidadão, liberdade de expressão e liberdade de comunicação.

A crise que acompanha, ao longo dos séculos, o desvirtuamento da razão - efeito da sua utilização instrumental por todo tipo de totalitarismos, absolutismos e guerras, ou mesmo para a consolidação de um capitalismo selvagem e de uma sociedade classista - assume seu ápice com a perda da dimensão comunicativa da liberdade, que ainda alimentava a utopia da liberdade de imprensa. A implantação, na década de 80, de satélites geostacionários de telecomunicações de transmissão direta, formando redes de informação planetárias, consoma o processo de globalização tecnológica da informação midiática. As características⁶ destas redes colocam em causa a soberania dos Estados e de qualquer regulação institucional, completando o quadro de crise. Diante desse quadro, como falar de liberdade de imprensa, quando o Estado já não aparece como um poder arbitrário contra os cidadãos no espaço público? Como falar de liberdade de imprensa com a autonomização cada vez maior da informação, apenas gerida pelo *medium* poder/dinheiro? Será que ainda é possível falar de liberdade de imprensa, quando é cada vez mais distinta a diferença entre uma ética da informação e uma ética da comunicação? Será que ainda é possível recompor o conteúdo ético da liberdade, pelo menos no que se refere à comunicação simbólica da vida quotidiana?

Essas dificuldades, acrescidas de outras não menos importantes, tais como o papel da opinião pública e dos públicos, o gerenciamento do espaço público contemporâneo e a desterritorialização dos média, tornam extremamente difícil a configuração de um espaço de atuação privilegiado para a liberdade de imprensa - que é, assim, perspectivada atualmente como uma ideia fluida e transitória, sem o estatuto particular que a caracterizou ao longo dos séculos e sem a exigência original do Iluminismo do século XVIII. A liberdade de imprensa surge, nos

termos deste debate, como um conceito marcado por incoerências internas e externas entre o que foi pensado originariamente e o que foi posto em prática posteriormente.

Concluindo...

Uma das possibilidades de ultrapassar esses impasses é pensar a liberdade em termos de recomposição do político como espaço de possibilidades de ação entre sujeitos. Para tanto, é importante retomar não somente o conceito kantiano de autonomia construtivista, mas também o conceito de liberdade de Hannah Arendt. Segundo Arendt, a liberdade só pode ser exercida mediante a recuperação e a reafirmação do mundo público - garantia da identidade individual através da palavra viva e da ação vivida, no contexto de uma comunidade política criativa e criadora. E isso só é possível por meio da recuperação da noção de ação *medium* da liberdade, única atividade que se exerce entre os homens diretamente, sem a mediação das coisas ou da matéria.

A ação, para Arendt, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens - e não o homem - vivem na terra e habitam o mundo, condição de toda a vida política. A pluralidade, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo caráter de igualdade e de diferença: "se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender". (Arendt, 1999, p. 188)

O domínio do político é, assim, recuperado pela autora, quando afirma que a pluralidade exige um estar sempre ligado aos outros. Portanto, a liberdade a ser recuperada não pode

ser mais a liberdade negativa da não-interferência, mas, sim, a liberdade pública da participação democrática num espaço público da palavra e da ação, isto é, num espaço permanente de comunicação.⁷ Hannah Arendt mostra como a ação, a palavra e a liberdade não são coisas dadas, mas requerem, para surgirem, a construção e a manutenção do espaço público. Assim, embora a ação humana possua, inicialmente, um carácter moral em termos virtuais, ela só atinge plenamente esse estatuto, quando as possibilidades éticas se transformam em orientações morais concretas.

É, portanto, através da competência moral efetiva que o sujeito se constitui na apresentação pública de si mesmo – num espaço de aparência –, que nasce, onde quer que os homens se reúnam, na modalidade do discurso e da ação. Um espaço que possui um sentido ético fundador, que precede e anuncia qualquer constituição formal do domínio público, bem como as várias formas de governo, isto é, as várias formas segundo as quais o domínio público pode ser organizado. Celso Laffer completa: “daí, para Hannah Arendt, a importância do *nós*, do agir conjunto, que se dá entre os homens e do qual nasce o poder, entendido como um recurso gerado pela capacidade dos membros de uma comunidade política de concordarem com um curso comum da acção”. (Lafer, prefácio, 1999, p. 351)

Em Hannah Arendt, a possibilidade de ligação do conceito de ação ao conceito kantiano de autonomia pode ser pensada a partir da noção de responsabilidade⁸ – própria ao comportamento moral, embora diferentemente presente nas duas filosofias, tendo como base a idéia de liberdade. A responsabilidade, pensada nestes termos, já não é a obrigação de reparar o dano que se causou pela sua falta ou pela obrigação de suportar o castigo, no sentido jurídico clássico do termo, nem o sentido moderno de responsabilidade como

domínio, posse ou solidariedade, mas iniciativa e intervenção. Para Kant, o que torna uma ação moral é a capacidade do agente social responder por ela e de poder justificá-la por meio de razões, segundo o pressuposto do livre arbítrio como condição de possibilidade. A ação moral é, assim, um ato de vontade posto a julgamento perante o qual cada um pode tomar posição, mas que possui, já na sua origem, um sentido ético de responsabilidade com o outro, que está incluído na relação. Nesta perspectiva, a responsabilidade adquire um carácter intersubjetivo e dialógico porque a ação que a representa é sempre assumida pelos outros, tendo em conta os seus pontos de vista, interpelando-os à procura de reconhecimento e de consenso racional: como abertura e resposta ao outro e, ao mesmo tempo, como retorno a si mesmo.

O sentido da responsabilidade, na perspectiva de Arendt, é dado na própria ação efetivada num espaço de liberdade, em que os homens interagem uns com os outros naquilo que designa por teia de relações humanas. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente e nela imprimem suas conseqüências imediatas. Neste ato, os sujeitos, juntos, iniciam um novo processo, que mais tarde emerge como a história singular do recém-chegado, que afeta de modo singular a história de vida de todos aqueles com quem ele entra em contato. A responsabilidade, neste sentido, possui uma incontornável inscrição histórica, cultural, social e política que exige o reconhecimento da liberdade como autonomia, como competência e efetivação de ação num espaço público, através da palavra, da comunicação.

Sendo assim, se tomarmos em consideração as propostas de Kant e Arendt, podemos, de novo, apelar para a gênese iluminista da liberdade em geral e da liberdade de imprensa, de modo a

repensarmos e ultrapassarmos o impasse moral e ético em que estes conceitos se encontram. Repensar a comunicação pública e os média como agentes morais e, portanto, responsáveis por seus atos e pelos efeitos da sua ação – dentre estes, pelos danos causados por estes efeitos. Isto significa que a responsabilidade já não se reduz ao juízo efetuado sobre a relação entre o autor da ação e os efeitos desta no mundo, mas estende-se à relação entre o agente e o paciente. É-se responsável pelo dano porque, antes de mais, se é responsável pelo outro. Pensar o conceito de responsabilidade como intervenção e iniciativa possibilita, também, ampliar a interação comunicativa e recompor – mesmo que a espaços irregulares – a simetria entre a produção e a recepção da informação, tendo em vista as inúmeras possibilidades de intervenção dos sujeitos receptores no espaço público. A ação humana que configura o suporte simbólico, tanto da comunicação cotidiana como dos *media*, passa pela exteriorização e pela eticidade da noção de vontade. Como explica Ricoeur, “a ação humana só é possível sob a condição de uma arbitragem concreta entre a visão, a curto prazo, de uma responsabilidade limitada aos efeitos previsíveis e controláveis de uma ação e a visão, a longo prazo, de uma responsabilidade ilimitada”. (1995, p. 41)

Entre a singularidade da ação e o risco partilhado, impõe-se a idéia de precaução como recomposição da responsabilidade, como uma espécie de virtude da prudência. A este respeito, Ricoeur acrescenta: “mas já não se trata então da prudência no sentido fraco de prevenção, mas de *prudencia*, herdeira da virtude grega de *phronêsis*, no sentido de juízo moral circunscrito. Com efeito, é para esta prudência que é remetida a tarefa de reconhecer, de entre as conseqüências inumeráveis da ação, aquelas por que podemos ser legitimamente responsáveis, em nome de uma moral da medida”. (Ricoeur,

1995, p. 60) É neste ponto que nos encontramos, atualmente, enquanto não conseguimos elaborar um novo projeto iluminista à medida dos desafios da experiência contemporânea.

Notas

¹Contrapondo-se ao existencialismo cristão de Kierkegaard, Sartre formula a sua teoria do existencialismo humanista, de fundamentação atéia, a partir do princípio da liberdade. Como para ele Deus não existe, o homem é livre para exercer a sua subjetividade, cabendo-lhe a escolha dos princípios e dos valores que fundamentam a sua ação e, portanto, a responsabilidade dos seus atos. Diferente dos objetos, o homem é um ser para si e essa condição permite que projete sua ação e, portanto, suas conseqüências, a partir da plena liberdade, isto é, da liberdade de escolha. VERGEZ, André & HUISMAN, Denis. *História dos filósofos ilustrada pelos textos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, p. 414.

²Os dois critérios contidos nesta proposta – transparência das necessidades e intencionalidade do sentido – tornaram-se alvo de inúmeras críticas por pressuporem um sujeito absolutamente transparente e pleno soberano dos seus próprios atos; críticas tanto da psicologia como da linguística, mas que não cabe aqui avaliar. Cf. ESTEVES, João Pissarra. *Comunicação, Processos de Sentido e Identidades Sociais*. Lisboa: mimeo, 2002.

³Quem repõe este debate na contemporaneidade é Charles Taylor, ao identificar, segundo Esteves, duas tradições da filosofia política. Segundo Taylor, teríamos “de um lado, as teorias individualistas (atomistas) que concebem a sociedade atomizada, formada por indivíduos isolados com determinados direitos naturais. Consideram que cada um tem ou deve ter garantida à partida a possibilidade de fazer aquilo que quer, sendo o direito de todos garantido por uma lei geral: uma lei positiva, administrada por uma autoridade política que garante a repressão das violações. Por outro lado, as teorias sociais (anti-atomistas) que rejeitam qualquer concepção do indivíduo que não tenha em conta a mediação da sociedade” (Taylor *apud* Esteves, 1998, p. 304-305).

⁴A nova esfera pública impunha algumas condições de acessibilidade às discussões: 1) igualdade na discussão e autoridade do argumento apresentado; 2) problematização das questões e obras que até então não eram consideradas questionáveis; e 3) a discussão era acessível a todos os leitores, ouvintes e espectadores com posses e formação científica. Cf. Habermas, 1984, p. 51-53.

⁵Estes fatores somam-se a outros, na contemporaneidade, com a simplificação e especialização do discurso jornalístico na busca incessante dos públicos por parte do mercado, com o aparecimento dos *media*

eletrônicos e com as inúmeras tentativas de controle por parte do Estado, levando à criação, nos anos 20, da filosofia do serviço público, graças à contribuição pioneira do presidente da BBC, John Reith. ESTEVES, João Pissarra Nunes. *Ética da comunicação: mídia e linguagem*. Lisboa: 1996, p. 8-9.

⁶As redes são concebidas para não serem controladas por nenhum território e são caracterizadas pela transnacionalidade, a exorbitância de suas operações e a capacidade instantânea de produção da informação em escala planetária. Ao aumento da visibilidade, da mundialização, da aceleração dos processos, da transmissão e da recepção direta da informação e da sua conseqüente transparência corresponde, também, a exacerbação da concorrência entre as empresas e a queda das barreiras ideológicas e culturais que até então delimitavam as fronteiras entre os povos, causando profundas transformações nos diferentes domínios da experiência. RODRIGUES, Adriano Duarte. *Algumas questões da ética da informação*. Lisboa: 1998, p. 4-5.

⁷Numa outra vertente de análise, Karl-Otto Apel fala da necessidade de constituição de uma macroética que regule, a nível planetário, a experiência humana do mundo, a partir da constituição de uma ética da comunicação. Para este autor, a consumação do processo global de informação tornou urgente a necessidade de uma ética universal obrigatória para a sociedade humana em sua totalidade, em decorrência da unificação tecnológica da ciência a nível planetário. Apel propõe uma ética de formação da vontade democrática, pontuada entre uma "comunidade real de comunicação" (em que cada membro é incluído no processo de socialização) e uma "comunidade ideal de comunicação" (que daria sentido aos argumentos produzidos e ajuizaria definitivamente a verdade). Em vez da consciência individual, a ética universal sugere que cada pensamento solitário deve pressupor que o seu argumento depende de uma discussão real e, ao mesmo tempo, supor que ele mesmo e os seus interlocutores pertencem à comunidade real de comunicação configurada histórico-socialmente e que possuam competência para alcançar uma comunidade ideal de comunicação. APEL, Karl-Otto. "El a priori de la comunidad de comunicación y los fundamentos de la ética", in *La Transformación de la Filosofía*. Madrid: Taurus, 1985, p. 341-413.

⁸O carácter intersubjetivo da responsabilidade é adquirido no decurso do processo de socialização permanente do sujeito, desde o seu nascimento que, para Arendt, representa o momento fundador de toda a ação, prolongando-se pela vida como uma evidência da experiência singular de cada um. Na socialização, o sujeito assume progressivamente a sua subjetividade, à qual está associado um caráter ético irrevogável, na relação com os outros num universo simbolicamente partilhado por representações, rotinas, hábitos e costumes, comuns a qualquer experiência quotidiana.

É no universo simbólico que a responsabilidade concretiza-se sob a forma de um investimento simbólico, através do qual os sujeitos afirmam a sua identidade pela palavra e pela ação. ESTEVES, João Pissarra Nunes. *Prolegómenos sociológicos para uma Ética da Comunicação*. Lisboa: s/d, p. 3-5.

Bibliografia

- APEL, Karl-Otto. *El a priori de la comunidad de comunicación y los fundamentos de la ética*. In: *La Transformación de la filosofía*. Madrid: Taurus, 1985.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1981.
- CONSTANT, Benjamin. *A liberdade dos antigos comparada à liberdade dos modernos*. Coimbra: edições Tenacitas, Col. Itinerários, [19—].
- CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- ESTEVES, João Pissarra. *Comunicação, processos de sentido e identidades sociais*. Lisboa: 2002 (mimeo).
- _____. *A ética da comunicação e os medias modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: FCT/FCG, 1998.
- FERRY, Jean-Marc. *Une philosophie de la communauté*. In: *Discussion sur l'Europe*, Paris: Calmann-Lévy, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Ed. 70, 1989.
- KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Ed. 70, 1995.
- LAFER, Celso. *Prefácio à obra condição humana de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1999.
- LIBOIS, Boris. *Vers une approche 'communautaire' de la liberté de la presse*. In: LIBOIS, Boris & HAARSCHER, Guy. *Les medias entre droit et pouvoir: redéfinir la liberté de la presse*. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1995.
- MARQUES, António. *Prefácio a Nietzsche. Genealogia da moral*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.
- MARQUES, António. *A autonomia kantiana revisitada: notas sobre o conceito de construtivismo*. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Cosmos, 1992.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A globalização e a problemática do terceiro mundo*. In: *Revista da AEC*, nº 100, Brasília, 1996.
- RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. Brasília: EdUnB, 1981.
- RICOEUR, Paul. *Liberté*. In: *Encyclopaedia. Universalis*. Vol. 9, 1976.
- RICOEUR, Paul. *O Justo ou a essência da Justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Lisboa: Principia, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime e a revolução*. Lisboa: Fragmentos, 1989.

VERGEZ, André & HUISMAN, Denis. *História dos filósofos ilustrada pelos textos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 3ª ed., [19—].

WELLMER, A. Modèles de la Liberté dans le Monde Moderne. In: *Critique*, Junho/Julho 1989, vol. XLV, nº 505-506.

* Francisca Ester de Sá Marques é professora assistente da Universidade Federal do Maranhão. É mestre em Comunicação e Cultura pela UnB e doutoranda da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Publicou o livro *Mídia e experiência estética na cultura popular*.

Produção, audiência e tecnologia: quem comanda o espetáculo na TV?

Jacques A. Wainberg*

RESUMO

Este estudo faz uma revisão crítica das principais tendências teóricas sobre recepção, considerando em especial a era da audiência televisiva e o forte impacto que o novo meio causou nas sociabilidade e subjetividade humanas. As contribuições latino-americanas e brasileiras são consideradas.

Palavras-chave: subjetividade; culturalismo; tecnologia

SUMMARY

This study makes a critical revision of the main theoretical tendencies about reception, especially considering the era of the audience of TV and the fort impact that the new mean caused in the socialibility and human subjectivity. The Latin-American and Brazilian contributions are considered.

Key-words: subjectivity; culturalism; technology

RESUMEN

Este estudio hace una revisión crítica de las principales tendencias teóricas sobre recepción, considerando en especial la era de la audiencia televisiva y el fuerte impacto que el nuevo medio ha causado en la sociabilidad y subjetividad humanas. Las contribuciones latinoamericanas y brasileñas son consideradas.

Palabras claves: subjetividad; culturalismo; tecnología.

De acordo com a tradição da ilha de Fáanakkar, no Pacífico, uma pessoa que se revele incapaz de dizer os nomes, as características marcantes e a história pessoal de seus antepassados será considerada imediatamente um estrangeiro.

Espera-se de alguém vivendo naquela sociedade conhecer minimamente os espíritos locais. Algo semelhante ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. A fim de descobrir espíões, uma das perguntas feitas pelo serviço secreto dos Estados Unidos a pessoas de fala inglesa sob investigação era: “quem joga no time de beisebol Philadelphia Phillies?”; o que em versão brasileira poderia ser: “qual o atacante mais popular do Santos de todos os tempos?” (cabe lembrar, a resposta é Pelé!).

O que se vê, na verdade, é que todas as sociedades têm lá seus espíritos e deuses. Para integrar e se sentir partícipe de uma certa comunidade, o domínio de tal Olimpo é condição *sine qua non* a qualquer um de seus membros. Enquanto no passado, nas antigas tradições orais, a família e a própria comunidade encontravam fórmulas de interação social capazes de disseminar as crenças comuns e assim incluir as novas gerações no imaginário do grupo, hoje em dia, em grande medida, são os veículos de comunicação de massa que nos ensinam algo sobre esses ídolos e costumes. O papel que a televisão exerce neste particular chama, há algum tempo, a atenção dos observadores. Da mesma forma impressiona sua difusão, criando uma rede de artefatos cujo poder de persuasão e influência superou em muito as experiências do jornal, do cinema e do rádio.¹

Não se deve esquecer o fato de que estamos falando de gente que gasta mais e mais tempo em frente ao aparelho

receptor. Nos Estados Unidos, por exemplo, já na metade dos anos 80, percebia-se um aumento de 27% no número de horas de audiência da TV. (Power, 1985, p. 30) Isso significava metade do tempo livre das pessoas. Mas por que estão as pessoas escolhendo ver mais e mais TV?²

**Olhar aplicado:
conquistar e vender atenção**

Considerando que a audiência do público é o fator decisivo para esta indústria que vende a atenção dos telespectadores aos anunciantes, o exame de tais índices tornou-se o tópico central de muitos estudos que há muito tentam responder questões simples, mas decisivas a tal propósito mercantil: o que o público pensa da TV; o que as pessoas gostam e odeiam no veículo; e como a TV é recebida na rotina diária das populações.

Alguns afirmam que elas querem rir e escapar da realidade. Outros dizem o contrário: o que as pessoas querem na verdade é estar bem informadas. Nos últimos 20 anos o mundo mudou radicalmente e, por consequência, podemos também supor uma modificação no uso e na gratificação obtida pelo público à TV. De acordo com alguns estudos (Power, 1985, p.16), e ainda considerando o caso norte-americano, houve de fato mudanças nesta relação entre o telespectador e o veículo, mas o caráter de diversão da televisão permaneceu forte.³

Portanto, procede a afirmação de senso comum de que a TV caracterizou-se ao longo deste tempo como um veículo de entretenimento, apesar do interesse crescente por informação jornalística.⁴

Como se vê, em 1960, a TV era, em grande parte, um refúgio à realidade, mas já se observava à época, paradoxalmente, um certo mal-estar, pois dois terços da audiência afirmavam criticamente que os programas educacionais eram escassos. A mesma crítica pode ser observada em 1980, de acordo com Power (1985). Naquele período, entre 1960 e 1980, os

produtores de TV dos Estados Unidos perceberam esta mudança ocorrida no uso que o público fazia da TV e nas gratificações que ele obtinha com o veículo. Por consequência, aumentaram o número de horas de transmissão de notícias e programas de informação (passando de 13%, em 1960, para 27%, em 1980). Os programadores sabiam que as pessoas consideravam a TV como um meio ágil para prover uma cobertura mais ampla e inteligente dos eventos públicos. (Power, p.16) Eles sabiam também que, enquanto em 1960 o momento mais lembrado pelos telespectadores estava relacionado a programas de entretenimento (24% contra 15% de temas relacionados a notícias e programas de informação em geral), em 1980, somente 5% estava relacionado ao lazer e divertimento, contra 24% à notícia.⁵

Mas continuam os telespectadores norte-americanos gostando da TV? Aparentemente, este não é o caso. Em duas décadas, a proporção de telespectadores que escolhiam a TV como a única coisa que eles não poderiam abrir mão para viver permaneceu constante em 5% (Power, p. 15), bem atrás do refrigerador e do automóvel. De acordo com esta pesquisa, a TV tornou-se menos relaxante, menos interessante, menos importante e menos excitante. As atitudes favoráveis à TV declinaram entre 1960 e 1980. De todos os grupos estudados, os mais bem-educados preferem menos a TV e gostam de um pequeno número de programas. As mulheres parecem assistir mais à TV do que os homens; os pobres e menos educados vêem mais TV do que os ricos, os mais educados e os negros (mesmo os mais educados) assistem à TV mais do que os brancos, assim como as pessoas acima de 50 anos, especialmente as mulheres. Sabe-se também que, quanto menor o número de pessoas vivendo numa casa, maior é a audiência.

O público mais educado tem atitudes muito mais favoráveis à televisão educativa. Os mais

cosmopolitas e os que buscam mais intensamente informação (Frank e Greenberg, 1982, p. 101) igualmente aprovam a programação cultural e jornalística. No entanto, o número de telespectadores da maioria dos programas das emissoras públicas tem sido tão pequeno que uma TV comercial não os manteria no ar por muito tempo.⁶ Na Inglaterra, dados coletados também na década de 80 revelaram, surpreendentemente, que os diferentes grupos sociais faziam uma combinação similar de audiência (Barwise e Ehrenberg, 1988; Goodhart et alii, 1987), muito embora as pessoas das classes C2, D e E gastassem mais horas em frente ao aparelho do que as pessoas rotuladas como pertencentes às classes A, B e C1 (30 contra 23 horas semanais). Estas variações de tempo de audiência ocorriam também entre subgrupos sociais como homens e mulheres, jovens e idosos.

No caso brasileiro, percebe-se algum esforço em dotar o sistema de teledifusão com um aparato mais sofisticado e melhor preparado de produção de programas culturais e educativos, contrastando com a popularização crescente da programação das emissoras comerciais. Exemplos de tais iniciativas são as duas redes educativas – a Cultura, liderada pela Fundação Padre Anchieta de São Paulo, e a TVE-Rede Brasil, liderada pela Fundação Roquete Pinto do Rio de Janeiro. Elas estão agora acompanhadas por duas emissoras educativas privadas, a TV Senac (mantida pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo) e o Canal Futura (uma associação de 14 grupos econômicos, entre eles a Globo, RBS e CNN Learning Channel), além do crescente número de canais universitários.⁷

A incongruência vista de fora

Vale perguntar também: há na audiência, de fato, uma relação adequada entre sua atitude em relação ao veículo e seu padrão de audiência? A resposta é não. As informações coletadas por Power, Ehrenberg e Bogart nos anos 70 mos-

travam já naquele tempo que há pouca relação entre o que as pessoas dizem que querem e o que elas realmente vêem. Por decorrência, chegam tais autores à conclusão de que nem a educação, nem os dados sobre o *background* dos telespectadores, nem as atitudes em relação aos tipos de programas fazem boas previsões do que as pessoas de fato verão.

Outros fatores, além das características pessoais, parecem afetar os programas escolhidos. Power chama isso de “audiência de oportunidade”. Esta idéia foi elaborada pelo pesquisador de comunicação Leo Bogart (1972), que descreve a audiência à TV como um “passatempo”, algo que as pessoas fazem sem um propósito muito definido. O telespectador, nesse sentido, é um sonâmbulo desperto.

Andrew Ehrenberg também vai nesta direção. Sua Lei da Duplicação afirma que a audiência para um novo programa depende do número de pessoas disponíveis para lhe assistirem naquele horário de transmissão. Esse número é possível de ser avaliado analisando ao que, de fato, as pessoas estão assistindo naquele mesmo horário. Em outras palavras, quem deseja ver o que não é o que conta. Os dados coletados por Power sugerem o mesmo, isto é, que não há “grande motivação para ver mais ou menos TV, ou qualquer dose de atenção especial para selecionar-se um programa devido ao seu conteúdo específico” (Power, p. 93). Ele lembra, no entanto, que a televisão pública norte-americana é uma exceção. O que ocorre, na verdade, é que nos Estados Unidos pessoas mais educadas assistem mais à televisão educativa, e este fato expressa o sentimento desta audiência em relação aos programas da rede PBS (Public Broadcasting System).

Este mesmo fenômeno observado por estes autores foi também salientado por Berelson (1949), referindo-se a jornais antes da era da televisão. Estudos feitos sobre a greve dos diários

de 1945, em Nova York, mostraram que os leitores estavam sentindo falta de algo para segurarem enquanto se dirigiam ao trabalho no metrô, algo em que pudessem dar uma olhadela, algo para focar a atenção. Berelson chamou esta necessidade de “ato cerimonioso e ritualístico quase compulsivo”. Segundo ele, para aquelas pessoas, o ato de leitura era mais importante do que o que elas de fato liam.

Algo semelhante é a visão apresentada por Paul Klein, programador da NBC por muitos anos. Ele descreveu sua forma de decidir o que ia ao ar, como a Teoria do Programa Menos Rejeitável (PMR). Ele desconsiderava “a importância da lealdade da audiência a programas específicos”. Para ele, o espectador “não liga o aparelho para ver este ou aquele programa, mas simplesmente para preencher a necessidade de ver televisão”. (Marc, 1987, p.351) Portanto, os produtores devem prover o menos ruim, o menos embaçador, ou ainda o menos rejeitável.

Por fim, cabe assinalar que, de uma forma geral, nos Estados Unidos, o entusiasmo para com a televisão vem declinando. A razão para o tempo gasto vendo televisão parece ser mais mecânica do que lógica, e não é tão dirigida a satisfazer um objetivo como inicialmente se supôs. A única exceção é a TV pública, onde a elite mais educada mantém-se como uma audiência leal ao veículo e reconhece o esforço que a rede PBS faz para satisfazer suas necessidades.

O popular e o grotesco

No caso brasileiro, mais recente, a aparente vitória do mau gosto dos programas de entretenimento constitui-se na queixa mais comum dos telespectadores. Não são poucas as declarações contrárias às opções dos programadores da TV brasileira. O *Jornal do Brasil* resumiria tal mal-estar com a matéria “O vale-tudo pela audiência na TV” (4 de novembro de 2001). Segundo Marcia Tondato “após várias experiências de diversificação,

as emissoras de sinal aberto chegam à conclusão de que o caminho é o entretenimento, seja ele na forma de humorismo, telenovela ou programas de auditório, numa mistura de jornalismo com entretenimento, muitas vezes em forma de sensacionalismo. No humorismo, a técnica é o sexo explorado de maneira grosseira”. (Tondato, 1999)

Há quem diga que para responder à crescente demanda por qualidade por parte do público seria necessário transferir programas educativos para o horário nobre. Ismar de Oliveira Soares, coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação da USP, diz que isso provocaria uma mudança no hábito de audiência. “As produções educativas deveriam conviver no horário nobre com o entretenimento e o noticiário” (Programa educativo está em horário errado. *O Estado de São Paulo*, 12 de agosto de 2001).

Laurindo Leal, da ONG Tver, chega a afirmar que “cada vez mais a TV aberta é igual. O discurso dos executivos das emissoras é que elas dão o que o povo quer. Isso é preconceito puro. Na verdade, o público não tem o que escolher. É como se participasse de uma eleição em que há apenas um candidato” (*Jornal do Brasil*, 11 de novembro de 2001).

Mas a verdade é que mesmo nos domicílios com TV por assinatura os canais de TV aberta continuam sendo os preferidos. Entre o público adulto (18 anos ou mais) percebe-se, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, um consumo segmentado maior de programas jornalísticos, muito embora o consumo de programas de entretenimento continue maior.⁸ O tempo médio de audiência, no período pesquisado, era de 40 minutos no canal NHK, que estava em primeiro lugar; quase o dobro da Globo News que estava em quarto, com 23 minutos. O Band News estava na 12ª posição, com 17 minutos.

Há na verdade uma longa e profícua história de sucesso de programas de apelo popular na

televisão brasileira. Destacam-se, entre eles, programas de auditório como Noite de Gala (TV-Rio); 8 ou 800 (TV Globo); O Céu é o Limite (TV Tupi); Programa Flávio Cavalcanti; Almoço com as Estrelas (TV Tupi); Discoteca do Chacrinha (TV Globo); A Noite se Improvisa (TV Tupi), entre inúmeros outros. O apelo sexual e a erotização da programação tornou-se a marca crescente deste tipo de programação, à medida que a disputa pela atenção do público aumentou e o controle ao vivo desta audiência tornou-se possível. Usa-se para isso a tecnologia do *peplemeter*, um controle eletrônico dos canais. Na Inglaterra, tal tecnologia foi introduzida em 1991, e o número de residências que compunham a amostra nacional era de 4500.

Esta queixa de embrutecimento da televisão parece se alastrar pelo mundo. Em Portugal, o jornal O Público lamentava-se que os três canais de maior audiência transmitissem programas de humor popular “ao nível mais básico”.⁹ Mesma lamúria tem sido feita no México. Em novembro de 2001, um movimento inédito reuniu os 44 maiores anunciantes do país (orçamento anual de US\$ 2,4 bilhões em publicidade) exigindo, na imprensa, melhoria na qualidade da programação.

Ver os que vêm TV

Esta intensa e crescente relação do público com o veículo, e o surpreendente papel que a TV passou a exercer na sociedade moderna, renovou um velho e persistente debate sobre o seu poder persuasivo e seu impacto na rotina do público. De uma certa forma, renasceu revigorada a desconfiança de que os veículos em geral, e a TV em particular, exercem domínio sobre as pessoas e, por decorrência, atuam na sua escala de valores e no imaginário do público. Tal desconfiança, que já existia com as revistas em quadrinhos no final do século

XIX, cresceu com o cinema nos anos 20 e 30, avançou com o rádio nos anos 40, tornando-se, na era da televisão, a partir dos anos 50 e especialmente nas décadas de 60 e 70, no cerne da argumentação de certas correntes críticas, especialmente as influenciadas pelo marxismo.

No exame do papel que a televisão exerce no processo de recepção das mensagens concorrem duas visões: a do predomínio do texto, onde reina o emissor (grandes conglomerados articulados econômica e politicamente, preocupados em controlar ideologicamente a opinião pública), e a visão oposta, a da polissemia da interpretação da mensagem, onde predomina o leitor e sua subjetividade.

A primeira tem larga tradição e amparo. A tradicional fórmula hipodérmica da comunicação humana (Shannon e Weaver), embora contestada desde sua divulgação por suas limitações conceituais, continua, na verdade, viva entre os defensores do texto. Restringe-se a uma formulação do processo de comunicação como um fenômeno de transmissão da mensagem desde uma fonte a um destino, com a evocação de manipulação do público pelo produtor, num impacto direto e premeditado deste sobre a audiência.

A segunda, ao contrário, rebelando-se, buscou o apoio dos estudos etnográficos e dos referenciais psicanalíticos para afirmar que o público possui vida subjetiva ativa. Nesta visão, a mente do receptor não é presa fácil de quem fala, nem vítima das articulações dos produtores culturais, jornalistas e publicistas em geral. Em outras palavras, o autor, embora deseje, não consegue controlar verdadeiramente a recepção das mensagens. A relação de causa e efeito entre autoria e leitura é mediada pela subjetividade das pessoas, o que assegura ao receptor graus de liberdade na interpretação diferenciada das mensagens.

A audiência como objeto de estudo e observação tem sido, como se vê, tema caro

não só aos estudos aplicados desta indústria, mas também, e em especial, a estudiosos de áreas variadas, interessados em avaliar o núcleo do fenômeno – a natureza deste processo de interação da audiência com a produção televisiva.

Como se verá a seguir, são inúmeras e variadas as tentativas empíricas que os estudos sobre recepção apresentam. O interesse que as ciências sociais e humanas revelaram ao longo do tempo sobre o tema afasta-se radicalmente da dimensão publicitária e quantitativa que a abordagem econômica e comercial tem dado ao assunto. Para os estudiosos, os índices de percepção não são índices de recepção. Confunde-se atenção com cognição.

Em outras palavras, considera-se a audiência como dotada de competência interpretativa, graças aos recursos simbólicos que dispõe, seja em decorrência de experiência vivida acumulada, seja por aprendizado de mensagens mediadas relevantes e por isso acolhidas. (Tulloch, p. 97)

Este enfoque está presente igualmente nos estudos de autores rotulados de pessimistas (Tulloch, p. 134) e que se mostram preocupados em salvar, em especial, a infância, dos males da TV, principalmente da erotização e da violência de seus programas. Predomina aqui mais o enfoque positivo do desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças e menos a abordagem clínica dos efeitos negativos da TV sobre seu desenvolvimento. Fala-se, pois, e em decorrência, também de alfabetização midiática.¹⁰

Nos estudos da recepção é dada uma forte e destoante guinada da usual prática dos estudos aplicados de mercado que focam sua análise na atenção do público, uma dimensão superficial e pouco reveladora do complexo fenômeno cognitivo humano. As duas correntes antagônicas que examinaram o processo comunicativo – a do texto e a do leitor – desejam algo mais. Estão interessadas em entender o processamento das mensagens, ou seja, o ativismo simbólico que

caracteriza ora a emissão ora a recepção, assim como seus efeitos na formulação das crenças, na consolidação das atitudes e no comportamento humano decorrente.

Cabe lembrar que, já nos anos 40, o “modelo de efeitos limitados”, sumariado por Joseph Klapper, polemizava contra o argumento de que os comunicadores podem tudo. Estes estudos empíricos listavam processos psicológicos da audiência (exposição, seleção, atenção, compreensão e retenção seletivas das mensagens), reagindo assim à crítica radical dos veículos do discurso marxista. Naquela década, já se afirmava que membros de subculturas de uma audiência interpretam diferentemente as representações veiculadas na mídia. Hoje em dia, com “a nova pesquisa da audiência”, rotulada ironicamente de “revisonismo” por James Curran, acontece o mesmo.

Trata-se agora, na visão deste autor, de uma reação por parte de tais revisionistas e pós-modernos às visões neomarxistas emergentes na literatura sobre televisão, que reutilizam temas caros a esta corrente de pensamento, entre eles o de hegemonia cultural e a visão do poder persuasivo dos media interessados no controle ideológico do público. James Curran (1990) evoca o antigo argumento de que os media podem interpelar a audiência com uma leitura preferencial da mensagem da qual todos os leitores, em certa medida, não podem escapar. “Os que lêem o não dito produzem resultados aberrantes”, diz ele. Não lhe agrada a afirmativa herdada dos anos 40 de que ver televisão é mais um fenômeno de ativismo psicológico por parte do público, e menos o resultado de uma ação que busca um efeito calculado e premeditado por um autor.

Na segunda corrente, a subjetivista, aparece autores como John Fiske, David Morley, Ien Ang, Janice Radway, Elihu Katz e Stuart Hall. Segundo esta interpretação, prevalece a

capacidade da audiência em divergir do significado original pretendido pelo autor. A recepção torna-se assim variável, relativamente incontrolável, multifacetada, dependente de fatores afetivos do leitor, assim como de fatores contextuais intervenientes.

Como exemplo do primeiro argumento, o do poder do emissor, está a produção cinematográfica, que busca uma narrativa fechada, e que interpreta a ansiedade do espectador como um desafio a ser superado com a resolução da trama. Já a TV funciona mais como uma extensão do olho, que busca ver o mundo em sua complexidade e variedade plena de ambigüidades. A TV serve, pois, aos fins da corrente subjetivista.

Entre os dois pontos de vista há ainda uma terceira visão, moderna e conciliadora. Sonia Livingstone (1990) argumenta que deve se evitar a radicalização e a exclusão mútua. Ela afirma que a audiência à televisão é um fenômeno interpretativo no qual atuam ora fatores dados do texto, ora fatores subjetivos do leitor que autorizam leituras singulares. Entre uns e outros, diz ela, o poder é repartido. Preserva-se aqui o papel manipulador do texto, enquanto se mantém também a natureza social da resposta.

O leitor

Segundo John Fiske (1986), a televisão, para ser um produto de consumo massivo, necessita atingir os diversos grupos da audiência e para ser escolhido por eles, precisa produzir um texto aberto. (Eco, 1979) Tal flexibilidade permite que emergjam diferentes interpretações geradas por subculturas de um certo meio, interpretações estas compatíveis com as identidades e necessidades destes grupos humanos. Tal visão é compatível com a de uma sociedade constituída de um centro hegemônico em relação ao qual os subgrupos disputam não só o poder, mas igualmente sentidos e significados. Fiske afirma, implicitamente, que

um texto contém leituras simultaneamente contraditórias. Ao se admitir o surgimento de interpretações aberrantes admite-se, de certa forma, o surgimento do inesperado, do contraditório, do novo espírito que inflama o velho. Diz ele, assim como os textos não podem ser dominados totalmente pela ideologia hegemônica, as subjetividades não podem, igualmente, ser produzidas por tais visões, “caso contrário a mudança social seria impossível”.

Em suma, para Fiske o que a televisão proporciona é uma experiência semiótica caracterizada pela polissemia. A recepção não é um exercício de “faça você mesmo”, ou, como afirma, uma espécie de estande que dispõe ao consumo significados pré-moldados à venda. Embora sofra limitações circunstanciais há margem de liberdade para se fugir dos controles impostos, assim como para modificá-los. É o caso do uso que muitas mulheres fazem das telenovelas. Algumas a recebem relativizando, fazendo uma crítica ao papel tradicional com que são geralmente descritas e apresentadas. Outras, ao contrário, acolhem e têm prazer em tal estereotipia.

Nesta abordagem tornou-se referência a contribuição de Stuart Hall (1973), ampliando o entendimento de Parkin (1971). Diz ele que há três formas de recepção de um texto. A primeira é a leitura referencial na qual a decodificação se dá nos limites do código dominante, ou seja, dentro da estrutura denotativa e conotativa que os autores do texto tencionavam enquadrar a compreensão. No segundo tipo há um certo grau de negociação na decodificação do código dominante. No terceiro tipo emerge uma leitura rebelde do texto. Ele a denomina de opositora, pois, enquadra o significado do texto num novo e inesperado quadro alternativo de referências.

Os estudos empíricos de Morley (1980) sobre a recepção de duas edições do programa

Nationwide na Inglaterra, constituíram-se num dos primeiros esforços de decodificação das mensagens com o objetivo de avaliar os *insights* que Hall desenvolvera anos antes. Morley desejava saber como as pessoas de diferentes grupos sociais interpretavam um mesmo texto. Assim, uma edição daquele programa jornalístico foi mostrada a um grupo de operários, de estudantes negros e a um grupo de executivos de um banco. Observou-se que cada grupo reagiu diferentemente. Ele qualificou de dominante, negociada e opositora as reações observadas ao programa apresentado. O grupo dominante utilizou os valores vigentes na sociedade, no exame de seu conteúdo. Os polemistas do grupo opositor contestaram tal forma de pensar. O terceiro grupo disposto à negociação revelou ponderação, muito embora não perdesse sua capacidade crítica interpretativa.

Os dados coletados revelaram que as diferenças culturais existentes na estrutura da sociedade constituem fatores determinantes na leitura (recepção) de programas de TV. Portanto, além do texto, o contexto social no qual ele é lido é relevante na dinâmica do processo de recepção. Em outras palavras, as leituras individuais de textos estão enquadradas em formações culturais partilhadas e preexistentes ao próprio leitor.

Generalizando, pode-se afirmar que estudos culturais deste tipo afastaram-se da abordagem redutora que enquadra os fenômenos no contexto da luta de classes. Novas abordagens buscam observar nas formas da recepção, a maneira como as pessoas consomem verdadeiramente os produtos televisivos. Decorrem daí novas e ricas formulações que conectam o prazer derivado do vídeo com as identidades humanas.¹¹

Os estudos culturais ingleses afastam-se igualmente das abordagens tradicionais do

marxismo e das ênfases ideológicas de suas análises. Focalizando a atenção no ambiente e nas condições de recepção, destacam a importância das articulações que se realizam entre o desejo de prazer, desfrute do tempo livre e as identidades subjetivas.

Com o mesmo espírito inovador, mas com pitadas adicionais de rebeldia dos *constructos* marxistas, estão os filósofos pós-modernos. Baudrillard, entre outros, coloca em dúvida os modelos sociológicos de reprodução da ordem social. Para este autor, a sociedade é um sistema aberto e nele a ação individual não está regulada nem por leis nem pela racionalidade, mas por fluxos informativos que funcionam como estímulos. O aumento na circulação de tais sinais, dos produtos midiáticos, e de uma variedade adicional de sistemas de representação, provocou um colapso do real, no último século.

O autor

James Curran rebela-se contra a idéia de “autonomia da audiência”, tal como manifestada por Morley e Fiske, dizendo que há exagero não só no grau de liberdade interpretativa que os subgrupos sociais teriam, como também na resistência que eles fariam ao discurso hegemônico. Argumenta Curran que mesmo acolhendo a idéia de que os textos possuem uma variedade de significados, existe sempre uma leitura preferencial, e ela limita o que os leitores podem fazer.

Para Curran, se os textos não determinam uma interpretação da audiência, então os produtores não se sentem responsáveis pelos mesmos? “Se os media não são poderosos, por que tanta preocupação? Se os textos podem gerar uma infinidade de leituras, então precisam os produtores preocuparem-se com o repertório limitado de textos produzidos massivamente?”

Curran critica a mudança de foco “da estética política para a estética popular” dos

autores por ele denominados de revisionistas. A pauta passou a ser menos se a ação dos media avançava ou retardava a luta política e cultural e mais por que os *mass media* tornaram-se populares. Em outras palavras, na mudança de foco, deixa-se a sociologia e a ciência política e acolhe-se a etnografia e sua missão de desvendar as raízes do prazer, de por que as pessoas gostam de ver TV. Nesta empreitada estão unidos os especialistas do cotidiano, os revisionistas e os teóricos da gratificação. Curran não está só nas críticas. Graham Murdock diz que Fiske tende a exagerar o grau de liberdade interpretativa que o leitor tem. Exagera, também, na sua capacidade de resistência e acaba imaginando não mais uma audiência ativa, mas “hiperativa”, como sugere Peter Dahlgren (Dickson, p. 298-310). Este autor, antes ainda das manifestações “populistas” de Fiske, já denunciava o crescente subjetivismo nos estudos sobre recepção. Temia, em outras palavras, que se consolidasse – como se consolidou naqueles círculos – o argumento de cancelamento de qualquer impacto da estrutura social porque “tais estruturas não podiam ser incorporadas no horizonte subjetivo das pessoas” (idem).

Autores desta linha de pensamento dizem que mesmo que haja recepção ativa e reativa ao texto, não há mudança no significado proposto, inserido na fala. Não há qualquer subversão ao discurso original.

Comunidade interpretativa

Nesta formulação, o que interessa não é exclusivamente a autoria, nem os processos dedutivos e inferenciais do leitor, mas a relação entre ambos, entre a produção e a recepção de uma mensagem. Esse entendimento supera o clássico modelo que classifica os telespectadores como seres meramente reativos a estímulos audiovisuais. É mais adequada a metáfora de que

os programas são textos que demandam leitura. Tal ênfase na interface admite que as emissões demandam interpretação e compreensão (decodificação e produção de sentido) – aceita o argumento antes afirmado de que não há, por decorrência, uma significação única e rígida do texto pelo leitor. Esta interpretação, no entanto, está mais interessada no encontro que se dá entre tal estrutura cognitiva da pessoa, condição que é anterior à recepção, e o programa que é concebido de certa forma e com certo propósito. Aceita também as ponderações antes referidas de que, na verdade, existem leituras aberrantes.

Nesta direção, posicionou-se Lewis (1991). Seu argumento é de que há, efetivamente, uma supervalorização da leitura. De uma forma geral, afirma ele, os leitores concordam sobre a natureza da trama, mas discordam sobre seu significado. Compreendem a narrativa, mas a interpretam diferentemente. Assim, a compreensão refere-se ao processo de decodificação da mensagem. Segue-se a este nível denotativo o conotativo, através dos processos de implicação ou associação. Por fim, a resposta a esses significados decodificados depende das circunstâncias pessoais e contextuais do leitor.

A contribuição brasileira e latino-americana

Os estudos de recepção no continente latino-americano refletem em certa medida este embate travado entre as correntes marxistas e culturalistas. Há, no hemisfério, um volume ainda discreto de trabalhos empíricos sobre o processamento cognitivo das mensagens pela audiência. Permanecem, ainda, como preferência continental, os fatores sociais, culturais e políticos coadjuvantes a este fenômeno biológico mental. Predominam os ensaios especulativos e os estudos sociológicos e históricos de contexto. A dispersão epistemológica inclui também aportes da teoria literária, psicanálise

e lingüística. Entre as abordagens de campo destacam-se os estudos antropológicos e etnográficos. Ao contrário destas ênfases acadêmicas, os estudos de mercado patrocinados pela indústria têm privilegiado *surveys* e levantamentos estatísticos que visam a dimensionar o comportamento do público. O estudo *Televisão e Audiência*, organizado por Pedro Gilberto Gomes, é uma rara exceção no ambiente universitário brasileiro.

Cabe assinalar que o interesse pelo tema da recepção aumentou não só com a inauguração da era televisiva, a partir dos anos 50, mas também à medida que se alastrou na América Latina o gosto e o encantamento pelas técnicas do marketing e o interesse pela psicologia aplicada, especialmente seus estudos sobre o comportamento dos consumidores. Neste contexto de interesse pelas leis do mercado, tais levantamentos tentam monitorar os usos e os costumes dos telespectadores (além deles, também o dos leitores e radiouvintes). Da mesma forma, a democracia renascida no hemisfério a partir dos anos 80 estimulou os estudos sobre os processos que estruturam e modificam a opinião pública. Eleições periódicas tornaram a política e o imaginário social objetos de vigilância constante por parte dos atores sociais interessados nas técnicas da persuasão, propaganda e guerra psicológica.

Outro fator ainda contribuiu para a popularização dos estudos de recepção: a consolidação de uma cultura peculiar de massa, ao mesmo tempo cosmopolita e regional, o que estimulou a emergência de estudos focados sobre temas da identidade nacional e grupal. Os estudos antropológicos do mexicano Néstor García Canclini, por exemplo, tornaram-se referência, e em especial seu conceito de hibridismo cultural, utilizado para explicar o sincretismo das populações nativas de seu país com as influências de além-fronteira.

Como na Europa, os amplos tratados de economia e ciência política da comunicação, preocupados tradicionalmente com a distribuição do poder político na sociedade, cederam espaço, também na América Latina, ao estudo das fontes do prazer das audiências, que começaram a se deixar cativar ora com as telenovelas, ora com a mídia local e regional.

No exame do contexto em que floresceram os estudos de recepção na região, há que se assinalar, ainda, a forte motivação educacional, teológica e política de atores que desejavam preparar públicos específicos a se relacionarem com a indústria midiática de uma forma – usualmente rotulada – “consciente”. Deriva deste interesse a tradição do hemisfério em promover cursos nos quais se fomentou o hábito de se aprender a fazer – o que se denominou à época – uma “leitura crítica das mensagens e dos veículos”. Visões como as de Paulo Freire, em que se ressalta o encantamento revelador da conversação e do diálogo, e da mítica e profética da Teologia da Libertação, serviram também de referências ao entendimento do fenômeno da leitura das mensagens. Subjacente a isso, surge a denúncia da manipulação que o jornalismo e a indústria cultural exercem sobre as populações, em especial seus segmentos pauperizados, classificados nessa literatura como “massa de manobra” das classes abastadas.

Jesús Martín-Barbero destaca-se nesta abordagem culturalista latino-americana. Em 1987, ele abandona o usual interesse pelas pesquisas sobre tecnologias comunicacionais (que agora retornam, como se verá a seguir) e desloca sua atenção para os fenômenos culturais, a partir da obra *De los medios a las mediaciones – comunicación, cultura y hegemonía*. Depois de publicada, esta obra constituiu-se em referência para uma nova geração de pesquisadores. Sob sua influência, este segmento de comuni-

cólogos abandonou o foco, que também se popularizou em outros centros sobre os fenômenos intrapsíquicos do processo de recepção, passando a ressaltar o contexto e os aspectos sociais circundantes ao fenômeno.

Nilda Jacks (1999), por exemplo, fala do desejo de ampliar “o conhecimento sobre a mediação da cultura no processo de recepção dos conteúdos massivos”. Quer verificar quais os elementos da cultura regional são vivenciados cotidianamente; quais os que proporcionam o auto-reconhecimento; quais as instituições que atuam na construção e consolidação da identidade regional. Refere-se ainda a políticas culturais e às diferenças nas identificações a partir de categorias como sexo, idade etc. Tal agenda de pesquisa é vasta e verdadeiramente distante dos fenômenos da recepção. Enfatiza o contexto, as instituições, e trata a cultura como um fenômeno extra-corpóreo – aquém e além da figura humana que recolhe impressões do mundo e as processa mentalmente. Diz a autora (sem explicar como) que as mediações culturais são responsáveis pelos processos de assimilação, rejeição, negociação e resistência, entre outros.

Como afirmamos, o espírito latino-americano de tratar o visível – o uso social dos meios e o espaço social da recepção – afastou em certa medida o fenômeno não só das tecnologias e das mensagens, mas também do corpo. Fica tal enfoque mais próximo da sociologia e da antropologia existencial do que da cognição humana. Ao afirmar que os usos são inaliáveis da situação sociocultural dos receptores, Nilda Jacks (1999, p. 51), seguindo o espírito dos estudos culturais europeus, diz o trivial sem explicar verdadeiramente como e por quê? Desconsidera que se leva o mundo na mente, e que a recepção circunstancial ecoa nas imagens introjetadas do mundo. Em outras palavras, está mais interessada no que se

interpõe entre emissor e receptor, deslocando a tecnologia e colocando em seu lugar a cultura, sem explicar a recepção como processo humano, corpóreo e biológico.

O mexicano Guillermo Orozco Gomez, outra referência latino-americana no estudo do tema, propõe um enfoque integral da audiência, e aproxima-se do conceito europeu de comunidade interpretativa, apoiando-se, em certa medida, no ativismo psíquico explorado empiricamente por Elihu Katz em sua Teoria dos Usos e Gratificações. Deixando o determinismo cultural de lado, Orozco resalta a dimensão subjetiva da recepção e dá guarida à cognição, evitando a pura e fácil ideologização do tema.

Orozco se vale do que é usual e contemporâneo – os ensinamentos da ciência cognitiva. Faz uso do conceito de roteiros mentais, sem desinteressar-se pelo tema da identidade humana – fatores que intervêm no processamento da informação e pelo contexto que cerca o hábito de ver TV. A recepção deixa de ser assim um conceito que se origina na Teoria da Informação e passa a ser um conceito humano adequado à Teoria da Comunicação.

Recepção e tecnologia

Os primeiros anos do século XXI testemunharam uma situação quase laboratorial. Vivem uma revolução tão profunda em sua esfera tecnológica que provoca nas pessoas perda de sensibilidade, incapacidade para celebrar verdadeiramente a novidade. Tal condição especial, a de se defrontar não só com a televisão, mas também com diferentes tipos de TV; não só com o rádio, mas com diferentes tipos de rádio; com o cinema, permeado de efeitos especiais; e com a internet, além de dezenas de outros aparatos, fez com que a reflexão sobre tecnologia voltasse revigorada à tona, depois de ser desprestigiada no exame do processo comunicacional em geral e da recepção em particular.

O gosto europeu pelo jogo do poder e a denúncia da manipulação – bem como a ansiedade latino-americana em reviver a cultura popular e insuflar ânimo crítico à resistência política – não só deslocaram o olhar do observador da tecnologia comunicacional, mas também suscitaram uma recusa ao tema da inovação. Neste clima, tratou-se de revitalizar a oralidade e a democracia participativa, opondo-se ao determinismo tecnológico e à subserviência humana em relação à máquina. A tecnologia não é, sob este olhar culturalista, verdadeiramente, o motor da história. Não é fator autônomo que determine a economia, a sociabilidade e os negócios. Nesta visão, ao contrário, a máquina é fator dependente dos vetores culturais e sociais.

A densa literatura reativa que reflete sobre o tema da tecnologia, especialmente a produzida em ambientes mais disponíveis e fascinados com a cultura da inovação, como é o caso dos Estados Unidos (mas também do Japão e de outros países), desconsidera a proposição de se estudar recepção, sem se estudar o canal e sua natureza. Pessimistas críticos e tecnófilos têm concordado pelo menos neste particular: trata-se de uma marca do tempo da qual não se pode fugir. Sem desconsiderar as mediações em geral – a econômica, a social, a cultural e a religiosa, entre outras –, há que se incluir esta também. A recepção, como um fenômeno orgânico, depende também da extensão dos sentidos, das virtudes e limitações inerentes à estrutura de tais aparatos, de sua habilidade e limitação ora em excitar, ora em inibir a percepção, enquadrando-a desta e não daquela forma.

O historiador canadense Harold Innis denominou tal condição de *bias* – termo em inglês que remete à predisposição tecnológica em estimular os seres humanos por um certo e específico fator inerente à estrutura íntima do veículo, deixando outros sentidos humanos

potenciais em estado latente à espera de tecnologias a elas vocacionadas.¹² No seu encaixe caminhou Marshall McLuhan com seu ditame “O meio é a mensagem”. Ao contrário do que se pensa, ambos foram críticos deste condicionamento tecnológico moderno do ser humano. As transformações de largo espectro produzidas pela predominância de tecnologias comunicacionais específicas, ou ainda de estruturas multimídia complexas, num certo tempo e em certos espaços, têm sido o tema de uma vasta obra intelectual. O próprio Innis, com seu estilo avassalador, quase indecifrável, reflete sobre tal efeito sistêmico. A vida humana em geral reage em cadeia à introdução de um ou mais aparatos comunicacionais.

Vista como tecnologia natural, a língua também tem sido referida como condicionante da mente. De forma trivial e metafórica, pode-se dizer que roda em nosso cérebro um programa, a língua. Vemos o mundo de acordo com a difundida e polêmica teoria de Whorf e Sapir, limitados por tal condicionante. Embora sejamos parecidos organicamente, ao dispormos dos mesmos atributos de *hardware*, temos sensibilidades distintas – fruto, entre outras coisas, deste *software* que se constitui em elemento central da identidade do ser. Ou seja, a percepção e a recepção são processos condicionados também por estruturas cognitivas naturais predispostas, arquivadas em nossa memória, e outras artificiais, tecnológicas, igualmente relevantes e cada vez mais centrais em face de seu poderio mediador e seu impacto sensorio.

O embate epistemológico

Como se percebe, há forte embate entre várias correntes, em especial os defensores da autoria e poder persuasivos, dos consumidores-leitores e suas leituras aberrantes; os adeptos da mediação tecnológica e seu decisivo impacto na interface entre as pessoas e o mundo; e os

cognitivistas orgânicos, que realçam o processamento da informação.

Os defensores do texto desejam revelar o jogo do poder. Entre os temas privilegiados nesta crítica social destacam-se a propriedade e o controle dos meios de comunicação de massa, além do impacto psicossocial que eles exercem sobre o público. Interessa, em especial, o contexto social histórico no qual o texto circula, assim como a produção e a estruturação semiótica geral do discurso e seu sistema lingüístico. Para isso se valem de estudos críticos de discursos, escolhidos por sua relevância estética e ideológica. Nesta abordagem, fala-se à vontade de audiências e, com mal-estar indisfarçável, de receptores.

Ou seja, se o interesse dos críticos é o poder do emissor e do texto, o interesse dos estudos de recepção é o prazer e a resistência. Buscam, tais antropólogos do cotidiano, desvendar a fonte do desfrute de bens culturais massivos e repetitivos (romances e telenovelas, por exemplo), assim como a natureza da resistência à manipulação dos autores/produtores.

Os estudos de recepção ocupam, por isso, um lugar próprio, distantes dos tratados de economia política que avaliam o tema da circulação da informação sem considerar seus efeitos nos indivíduos, situando-os no contexto das relações de poder entre atores sociais variados – em especial entre o Estado, as corporações e as classes sociais.

Há que se distinguir, em decorrência, a audiência da recepção. A primeira é, nesta abordagem, uma forma de mercadoria, e o foco se concentra em dados quantitativos, que medem a atenção conquistada, embalada e vendida por publicitários a anunciantes – o tempo de exposição à mensagem é a unidade referencial. A segunda faz uso de métodos de investigação variados, mas em especial da etnografia, predominante no estudo do tema a partir dos anos 80. Ou seja, dá-se atenção crescente aos relatos da experiência interacional do observador

com grupos humanos selecionados. O objetivo, neste caso, é descrever a dinâmica social dos sujeitos em observação no uso e na gratificação que obtêm da programação televisiva, assim como de outros bens simbólicos similares.

A fase seguinte dos estudos etnográficos caracteriza-se pela busca das vozes sociais esquecidas da sociedade, sendo esses estudos influenciados, também, pela fenomenologia e pelo feminismo. Suas técnicas são variadas, entre as quais estão as entrevistas abertas e semi-estruturadas. Depois, vêm as abordagens, hoje clássicas, do interacionismo simbólico, da semiótica, do estruturalismo e dos estudos étnicos. Entre as metodologias adotadas, destacavam-se os estudos de caso e históricos, abordagens etnográficas e pesquisas clínicas de casos, além de observação sistemática, métodos de estudo documental/visual e relatos de experiência de campo.

Conclusão e discussão

O longo embate teórico sobre o processo comunicacional tem levado, com freqüência, ao tema da significação. São os emissores capazes de enquadrar as mensagens num campo semântico premeditado – o da leitura preferencial – ou há, enfim, livre-arbítrio e o leitor reina solitário, produzindo, por que não, leituras aberrantes?

Este parece ser o nó górdio do dilema. Na sua solução, Oliver Boyd Barret parece fazer o papel mediador. Diz ele: “O processo de ‘leitura’, em outras palavras, é influenciado por uma variedade de fatores, entre eles a estrutura do próprio texto, o contexto social no qual é lido, as afinidades culturais dos leitores e as formas nas quais os fatores culturais influenciam competências de leituras, predisposições, oportunidades, gostos e indisposições”. (1995, p.499)

O tópico tem servido, também, para conversas de bastidores. O entorno é referido à exaustão e as mediações de variada natureza exploradas. Os latino-americanos degustam com gosto tal

vizinhança: os condicionamentos culturais, as variáveis econômicas, políticas e tecnológicas. Os europeus acompanham seus passos e falam, com certa insistência, de recepção polissêmica. Os cognitivistas aventuraram-se para dentro do corpo. Recepção, neste aporte, é fenômeno biológico das sensibilidades orgânicas, de processamento mental do mundo. Para eles, a recepção se distancia das mediações, que moldam o espírito e indagam sobre como e por que há, enfim, decodificações dominantes, negociadas e opositoras dos textos.

Como cenário de fundo, aparece disfarçado, mudo e onipresente, o interesse constante pelos efeitos. Há que se dizer, portanto, que nestes estudos sobre recepção há um *continuum* entre os adutores do texto, de um lado, e os celebrantes radicais da audiência, do outro. Pode-se igualmente dividir tal disputa entre os críticos pessimistas, que lamentam a manipulação do mundo por emissores poderosos, e os críticos dos críticos que, com a ironia dos pós-modernos, desconfiam desta descrição do ser humano como marionete.

Por fim, há que se dizer que, do ponto de vista de uma teoria tecnológica da recepção, vivemos agora uma nova era, a da telecomunicação. Desta perspectiva, houve uma era do rádio, sucedida pela era da televisão. As novas tecnologias lhe acompanham o passo e mudam, de forma radical, o mundo do trabalho, do lazer, da sociabilidade e da cognição. A nova era reafirma o que se sabia na origem: entre todos os fatores listados – autores, leitores, contextos e significados – a tecnologia retoma seu lugar de honra. A mediação massiva é tecnológica em essência, e seu papel no processo comunicacional mediado é decisivo.

Notas

¹Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de aparelhos de TV cresceu de 143 milhões em 1985 para 204 milhões em 1997. No Brasil, o país tinha 23

milhões de aparelhos em 1985. Este número cresceu para 30 milhões de aparelhos em 1996. Comparativamente, no Brasil, a estrutura de rádio e teledifusão sofisticou-se a partir dos anos 70. Em 2002, eram 2826 emissoras de rádio, 258 estações de TV geradoras de programação e 3.755 repetidoras e cerca de 80 canais pagos por cabo ou satélite.

² Nos Estados Unidos o tempo de exposição diária aumentou ao longo do tempo: cinco horas e três minutos em 1960; seis horas e 26 minutos em 1980, e sete horas e 24 minutos em 1988. No Brasil, segundo a Marplan, o tempo de exposição média diária em 1999 era de 7 horas por domicílio distribuídos em 45 minutos entre 6 e 12 horas; 2 horas a tarde, 3 horas e 35 minutos entre 18 e 24 horas, e 30 minutos após as 24 horas.

³ Em 1960, os programas de entretenimento constituíam-se na primeira escolha de 83% do público dos Estados Unidos. Em 1980, percebeu-se alguma redução: a preferência por programas de entretenimento continuava em primeiro lugar, mas agora com 68% da preferência. Já o desejo por mais notícias aumentou: foi escolhido como o programa mais ambicionado por 23% da audiência contra 12% em 1960. Dados coletados em Belo Horizonte e em Sapucaia do Sul, no Rio Grande do Sul, revelam que 35% do público buscam na TV informação e 48% lazer. (Gomes, 1992) Entre os cinco maiores índices de audiência da história da TV brasileira não aparece qualquer programa de tonalidade cultural ou jornalística. Mais recentemente, em uma típica semana de dezembro de 2001, as maiores audiências da TV brasileira na região metropolitana do Rio de Janeiro eram de lazer e entretenimento. O mesmo ocorreu na Grande São Paulo. O exame de tais dados revela a modesta participação da programação de caráter cultural na preferência do público.

⁴ Recentemente, em 7/12/2001, a imprensa americana destacou o fato de que o seriado de ficção *The West Wing* (NBC) atraiu mais audiência (15,6 milhões) do que o programa da ABC, *20/20* (10,4 milhões) no qual Barbara Walters entrevistou o presidente Bush e sua mulher Laura antes deles saírem em passeio pela Casa Branca.

⁵ Na semana de 30 de julho a 5 de agosto de 2001, os programas jornalísticos *Dateline*(NBC) e *60 Minutes* (CBS) ocuparam a quarta e quinta posição. Os três primeiros eram de lazer e entretenimento. Outros programas jornalísticos viriam a seguir na 17ª posição (48 Hours) e 19ª (*20/20*). Dados da Nielsen Media Research.

⁶ O caso brasileiro ilustra esta afirmativa. Na semana de 7 a 13 de maio de 2001, estes eram os índices de audiência de programas educativos na Grande São Paulo: *Castelo Rá Tim Bum* (3%, ou 127 mil residências); *Viola Minha Viola* (3%, no domingo e 2% no sábado); *Planeta Terra* (2%), todos da TV Cultura. Na mesma semana, no Rio de Janeiro, a TVE Brasil conseguiu 3% com *Documentário*; 3% com *Nossa Língua Portuguesa*; 3% com *Sem Censura* e 2% nos programas *DOC Brasil* e *Revista do Cinema Brasileiro*.

⁷ Por exemplo, o Canal Universitário de São Paulo (CNU), que reúne nove instituições de ensino superior, conseguiu, em oito meses de operação, um público de 30 mil telespectadores, reproduzindo assim o fenômeno norte-americano que consegue atrair para as emissoras públicas, muitas delas ligadas a universidades, um público pequeno, mas fiel.

⁸ No que se refere ao alcance médio dos canais, a Globo News estava em novembro de 2001 em segundo lugar (12,48%), seguida pelo Discovery (11,665). O GNT ocupava a 11ª posição com (8,83%). O canal da National Geographic tinha 6,48% de penetração e o Futura estava em último, com 4,70%.

⁹ São eles: Bacalhau com Todos; Senhora Sinistra e Loja do Camilo.

¹⁰ Ver Meyrowitz, Joshua. "As múltiplas alfabetizações midiáticas". *Revista Famecos*, agosto de 2001, Porto Alegre: PUC-RS.

¹¹ Outro fato concomitante que referenda o argumento da interveniência subjetiva do leitor é o fracasso do satélite trans-europeu que desejava e não conseguiu uma audiência européia de massa a seus programas. A causa assinalada é a da autonomia do fenômeno da recepção que têm raízes profundas no ambiente lingüístico e cultural de cada nação européia.

¹² Ver *The bias of Communication*, 1951.

Bibliografia

- BARWISE, Patrick; EHRENBERG, Andrew. *Television and its audience*. London: Sage, 1988.
- BOGART, L.. *The age of television*. New York: Frederick Ungar, 1972.
- BOYD-BARRET, Oliver; NEWBOLD, Chris. *Approaches to media - a reader*. London: Arnold, 1995.
- CURRAN, James. The new revisionism in mass communication research: a reappraisal. In: BLUMLER, J.G. et alii. *European Journal of Communication*. London: Sage, v. 5, n. 2, p. 145-51, 1990.
- DAHLGREN, Peter. Critique: elusive audiences. In: DICKSON, Roger et al (eds). *Approaches to audiences - a reader*. London: Arnold, p. 298-310, s/d.
- DICKSON, Roger et alii (eds). *Approaches to audiences - a reader*. London: Arnold, s/d.
- ECO, U. *The role of the reader: explorations in the semiotics of texts*. Bloomington: University of Indiana Press, 1979.
- EHRENBERG, A.S.C.; GOODHARDT, G.J. *The viewing of different programme types*. London Business School: CmaC Working Paper, 1988.
- EHRENBERG, A.S.C.; GOODHARDT, G.J.; COLLINS, M.A. *The television audience: patterns of viewing*. England: Saxon House, 1978.
- FISKE, J. Television: polisemy and popularity. *Critical studies in mass communication*. v.3, p.391 - 408, 1986.
- FRANK, Ronald E.; GREENBERG, Marshall G. *Audiences for public TV*. London, Sage, 1982.
- GOMES, Pedro Gilberto (org.) *Televisão e audiência*. São Leopoldo: Unisinos, 1996.
- _____. *Reflexões em torno do problema da recepção*, 1994.
- HALL, S. Encoding/decoding in television discourse. In: HALL et alii. *Culture, media, language*. London: Hutchinson, 1973.
- JACKS, Nilda. *Querência. Cultura regional como mediação simbólica - um estudo de recepção*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1999.

LEWIS, J. *The ideological octopus: na exploration of television and its audience*. London: Routledge, 1991.

LIVINGSTONE, Sonia. *Making sense of television*. London: Routledge, 1990.

MARC, David. Begining to begin again. In: NEWCOMB, Horace. *Television - the critical view*. Oxford University Press: 1987.

MORLEY, D. *Television, audiences and cultural studies*. London: Routledge, 1992.

_____. *The nationwide audience*. London: British Film Institute, 1980.

MURDOCK, Graham. Mass communication and the construction of meaning. In: ARMISTEAD, N. *Reconstructing social psychology*. Harmondsworth: Penguin, 1974, p. 205-20.

OROZCO, Guillermo. Hacia uma dialética de la recepción televisiva. In: *Comunicação e política na América Latina*, ano XIII, n.23, 25. São Paulo: Cebela, 1993.

_____. *Hablan los televidentes: estudios de recepción em varios países*. México: Universidade Iberoamericana, 1992.

PARKIN, F. *Class inequality and political order*. London: Paladin, 1971.

POWER, Robert T. *The changing TV audience in America*. New York: Columbia University Press, 1985.

TULLOCH, John. *Watching television audiences*. London: Arnold, 2000

TONDATO, Márcia. *Segmentação x popularização: quem é o público?* São Paulo: Umesp, jul. 1999.

*Jacques A. Wainberg é doutor, professor da Pontifícia Universidade Católica - PUCRS e da Universidade Unisinos.

Casos de desinformação: emblemas de uma era

Vitor Iorio*

RESUMO

Este artigo trata da desinformação na chamada “era da informação”. A partir de uma reflexão sobre este paradoxo, o texto sugere a desterritorialização como causa da desinformação trazida pela comunicação global, e propõe a “informação miúda” como instrumento de resistência. São oferecidas, também, pequenas narrativas de casos de desinformação.

Palavras-chave: Desinformação, território, informação miúda, resistência.

SUMMARY

This paper refers to misinformation in the so-called “information era”. A thought on this paradox leads to the suggestion that misinformation is caused by the lack of territory perspective on global communication. The concept of “tiny information” is proposed as an instrument of resistance. Some narratives of misinformation cases are also offered.

Key-words: misinformation, territory, tiny information, resistance.

RESUMEN

Este artículo trata de la desinformación en la llamada “era de la información”. A partir de una reflexión sobre esta paradoja, el artículo sugiere la desterritorialización como causa de la desinformación traída por la comunicación global, y propone la “información menuda” como un instrumento de resistencia son ofrecidas, también, pequeña narrativas de casos de desinformación.

Palabras claves: desinformación, territorio, “información menuda”, resistencia.

A desinformação é o vírus da assim chamada “era da informação”. Rapidamente contagiante e contraditoriamente produzida num contexto de grande e veloz circulação de dados, a desinformação apresenta uma extensa sintomatologia: obscurece a percepção e a compreensão das coisas, impede a tomada de decisões inteligentes, enfraquece o exercício da cidadania, causa dependência cultural, provoca desterritorialização e torna o indivíduo incapaz de defender sua diversidade cultural e de resistir à tendência à uniformização universal. Apesar dos sofisticados aparatos tecnológicos destinados a dar sustentação à tão falada “sociedade de informação”, a desinformação pode ser encontrada em qualquer esquina, na mídia, ou nos discursos mais formais. Ao contrário do que sempre se divulgou, a “doença” não grassa apenas entre iletrados e marginalizados do processo cultural e educacional – contamina igualmente ricos e pobres, analfabetos e universitários, jovens e velhos. Aparentemente, ninguém está imune.

Não é por acaso que a desinformação se impõe como a doença desta virada de século: se a revolução tecnológica fez da comunicação uma valorizadíssima moeda, determinou também, contraditoriamente, o distanciamento desta comunicação do universo do indivíduo que comunica.

Segundo Muniz Sodré, o homem é um ser vinculado à existência, integrado na sua “espacialidade originária”¹. Ela se constitui, então, na sua relação com o espaço, com o território. Merleau-Ponty define o indivíduo como aquele que “é-no-mundo”. Para ele, ter um corpo, que é o veículo do ser-no-mundo, é estar envolvido num contexto definido,

é identificar-se com certos projetos e estar continuamente comprometido com eles: “eu estou consciente do meu corpo via mundo”².

Sodré completa que a simples presença do indivíduo no mundo estabelece o “outro”, que se impõe em oposição a ele. Ou seja, o outro está dado na raiz na existência do eu. Como “ser” constitui o outro, “ser” implica proximidade com o outro. E como a existência se articula no espaço do território, Sodré conclui que é o território que torna o outro mais próximo³. O território, portanto, se impõe como algo mais do que o pano de fundo contra o qual o “eu” e o “outro” manifestam a sua existência: é neste contraste que o “eu” e o “outro” vêm à luz, constroem a sua existência.

Em sua teoria do agir comunicativo, Habermas dedica parte de sua atenção a essa relação intrínseca entre o indivíduo e o território: para ele, este ser que existe habita simultaneamente dois mundos: o “mundo social” e o “mundo da vida”⁴. O mundo social, segundo o autor, se refere àquela existência socialmente integrada no domínio das instituições, às “relações interpessoais legitimamente reguladas” pelas “ordenações da esfera normativa”, de natureza racional universalista, que resultam do “descentramento da compreensão do mundo”⁵. Num sentido inverso, o autor define o mundo da vida como o domínio da ambiência, do “vivido cultural na multiplicidade de horizontes em que o indivíduo é dado desde a origem”⁶, uma existência baseada em atitudes tradicionais, comportamentos originários, “solidariedades dos grupos integrados por intermédio de valores e competências dos indivíduos socializados”⁷.

A saúde do indivíduo socializado se mede pela maneira como ele combina a experiência do horizonte simbólico do mundo da vida com a experiência do horizonte simbólico do mundo social. Segundo Sodré⁸, a velocidade vivida numa sociedade como a deste início de

século, regida por uma comunicação tão tecnologicizada como a chamada era da informação, cria uma desarmonia na convivência entre estes dois mundos: a supremacia da técnica, a derrubada das fronteiras do território pela globalização, e a hipervalorização e o discurso de tolerância das diferenças provocam um recalque do mundo da vida, uma indiferença para com o “vigor do acontecimento originário”, para com a *arkhé* a ritualização da origem e do destino, o “primeiro princípio”⁹. Todo este desequilíbrio amplia os domínios do mundo social e orienta a produção de subjetividade no sentido da técnica, do consumo da técnica – não mais no sentido da estrutura sensível de percepção.

Se é verdade que a proximidade com o outro se dá no território e que é o território que proporciona ao homem a dimensão de sua existência, então a comunicação, que se fundamenta na existência do sujeito, só tem sentido, segundo Sodré¹⁰, se for intrínseca ao modo particular de existência do sujeito. A comunicação, assim, se faz no miúdo, no “relacionamento cosmológico do sujeito com a sua cotidianidade, com o seu território”¹¹.

Quando, por força do impulso globalizante das trocas, a comunicação se afasta do miúdo, do território, do modo particular de existência do sujeito para alçar vôos sem fronteiras, ela deixa de fazer sentido para os sujeitos de cada território – deixa de ser comunicação para ser mero “falatório”, algo como o “das Geredete” de que falava Heidegger¹²: histórico, superficial e descomprometido. Perde a oportunidade de se converter em informação, de ser compreendida, para semear desinformação.

Os inúmeros casos de desinformação colhidos ao longo dos últimos dez anos têm todos a mesma sintomatologia: o ser desinformado apresenta-se atomizado – reage ao mundo e aos questionamentos inteligentes como alguém que não pensa

sobre o que faz, que atua automaticamente segundo lógicas de estreita abrangência, que não se percebe partícipe do processo em que vive. Revela falta de percepção nuclear, de visão do que constitui a sua essência, e falta de visão periférica miúda a partir deste eixo. Invariavelmente, o ser desinformado sabe reproduzir o discurso global da telerrealidade, na superficialidade que lhe é própria, e, nesta partilha coletiva de superficialidades e simulacros, pode até mesmo ser identificado por seus pares como um sujeito informado. Exibe sua coleção de dados colhidos em tantas fontes que já não é capaz de identificar com precisão a origem de nenhum deles. Reproduz os depoimentos de autoridades, políticos e celebridades; aparenta possuir fantástica memória para dados estatísticos; está sempre a anunciar a versão atualizada da notícia de destaque na internet. O mundo que habita é repleto de imagens contundentes e operações de “bilhões de dólares”. No entanto, sua desinformação se revela na esfera do miúdo, da subjetividade, do território: desconhece aquilo que o cerca mais estreitamente, trata com indiferença o que está próximo, justamente aquilo que tende a afetar sua vida mais diretamente.

Um turista que visitava o Museu Imperial, em Petrópolis, perguntou a um funcionário da casa a quem pertencia o museu. Aparentemente confuso, ele respondeu categoricamente: “O museu é público”. Isto o turista já sabia, o que ele esperava com sua pergunta era esclarecer se o órgão pertencia à federação, ao estado ou ao município. Assim, insatisfeito com a resposta, o turista refez a pergunta, deixando claro o que queria saber: “Sim, mas o museu é federal, estadual ou municipal?” “O museu é público”, insistiu o funcionário, entre lacônico e conclusivo. Frustrado, o turista agradeceu e foi embora,

intrigado com o fato de que a dificuldade do empregado do museu em responder à sua pergunta revelava o seu total desconhecimento sobre quem lhe pagava o salário no fim do mês.

Depois de um longo e caloroso debate sobre a sociedade de informação e sobre a dicotomia “quantidade de informação” versus “qualidade de informação”, um professor universitário de uma faculdade católica resolveu submeter a turma, formada por jovens da classe média alta da sociedade carioca, a uma auto-avaliação no mínimo constrangedora: primeiro quis saber quantos alunos liam jornal, quantos liam mais de um jornal, quantos assistiam a TV a cabo, quantos assistiam frequentemente a TV aberta, quantos ouviam rádio, quantos navegavam na internet, e, finalmente, os fez revelar há quantos anos estudavam naquela instituição. A enquête informal mostrou que a maioria estava mais do que bem servida de veículos de comunicação e que cursava o quinto período acadêmico. Deixou para o final a pergunta-chave de sua investigação: quis saber quantos deles sabiam a que ordem religiosa aquela universidade pertencia. Apenas uma aluna soube responder, e mesmo esta confessou que descobrira havia pouco tempo, e casualmente, a informação. Constrangidos com a ignorância, que reforçava a tese do professor de que muita informação não necessariamente produz uma sociedade informada, os alunos ainda demonstraram que sequer sabiam da existência de diferentes ordens religiosas dentro da Igreja Católica. Os ferrenhos defensores do discurso da cidadania e do combate à censura política

e ideológica, como forma de garantir aos indivíduos a auto-gestão de suas vidas, constataram que não sabiam a quem tinham entregado sua formação profissional.

Embora estejam conectados no mundo global, diariamente os indivíduos da chamada “sociedade de informação” tropeçam na sua desinformação do miúdo. O mero fato de estarem conectados, acreditam eles, lhes garante o acesso à informação. Pura ilusão: atomizados, incorporam mecanicamente suas rotinas e adotam os discursos da moda, sem, no entanto, saber do que se tratam. “É público”, repete insistentemente o funcionário do Museu Imperial na certeza de que aprendera a lição e de que o interlocutor saberia do que ele estava falando.

Em Poços de Caldas, cidade turística de Minas Gerais que oferece como principal atrativo suas fontes de águas termais, um técnico da Companhia de Eletricidade aborda um casal de turistas em frente à Fundação Moreira Salles, importante centro cultural local. De dentro de seu fusca, indaga pela localização de uma rua. Estava rodando já havia muito tempo sem conseguir encontrá-la. O casal, que tinha se servido de um mapa, cortesia do hotel, para chegar à Fundação e a outros pontos turísticos, informa que a rua procurada é precisamente a anterior àquela em que estavam, justamente a rua para onde dava a outra entrada da Fundação. O motorista, agradecido, comenta: “É, vocês, que são de fora, estão sabendo mais do que eu, que moro aqui”.

O mapa, instrumento de informação miúda de comprovada eficácia, publicado e divulgado graças ao patrocínio da indústria do turismo local,

é confeccionado para servir ao turista, guiando-os aos pontos de consumo turístico. O morador local despreza-o – afinal, está em contato com a cidade no seu dia-a-dia. Tal contato, no entanto, não lhe garante o conhecimento da cidade. Para conhecê-la seria preciso experimentar o traçado das ruas como informação e não como roteiro de referências passageiras (“a rua da padaria”, “aquela onde mora minha tia”, “a ladeira do colégio do meu filho”).

Num clube social da Zona Sul carioca, freqüentado por estrangeiros e pela classe média alta local, o sistema de comunicação interna funciona perfeitamente: sócios e funcionários podem ser localizados em qualquer das dependências do clube, quer seja para atender a um chamado telefônico externo ou para pedir o seu comparecimento a determinado local. Encarregada deste serviço, a telefonista capricha na entonação de seu comunicado e na pronúncia, muitas vezes truncada, do nome dos sócios. O formato do chamado é, na maioria das vezes, o mesmo: “senhor fulano de tal, senhor fulano de tal, telefone”. Nome e sobrenome são pronunciados com cuidado; a cautela é justificada pela grande incidência de sócios estrangeiros. O respeitoso tratamento dispensado aos sócios, no entanto, dá lugar a uma preconceituosa versão, quando se trata de chamar um funcionário. Por conta própria, as telefonistas parecem ter chegado a um consenso quanto à adaptação do formado para o caso de “subalternos”: “funcionário fulano, funcionário fulano, telefone”. Abandonaram o pronome de tratamento formal (senhor) e o substituíram pela condição de participação do empregado no clube (funcionário ou, mais especificamente, garçom, electricista,

jardineiro etc). O uso de sua categoria funcional como pronome de tratamento dispensa o uso do sobrenome do funcionário. Desinformadas sobre os fundamentos dos direitos humanos e, conseqüentemente, servis e desprovidas do sentimento corporativista de resistência de classe, estas telefonistas reproduzem comportamentos elitistas que as fazem porta-vozes do preconceito contra elas mesmas. E ainda contribuem para uma segregação social.

Mesmo a mídia, no exercício de suas técnicas de prestação de serviços e informações, sucumbe à desinformação. Muitas vezes chegam a promover o preconceito, ou mesmo o desserviço.

Numa quinta-feira, João Luís chegava da exumação do corpo de sua mãe, realizada naquela manhã, no cemitério do Caju, Rio de Janeiro. Extremamente chocado com a “cerimônia” que acabara de assistir, chegou em casa com a idéia de escolher uma comédia em cartaz no circuito cinematográfico para tentar distrair seu pensamento daquelas cenas dramáticas: ver desenterrar o corpo de sua mãe, falecida havia apenas três anos, já era uma violência, mas dor maior seria vê-lo ser esquartejado e, em seguida, destrinchado para que fosse retirado dos ossos um restante de pele ressecada e em decomposição. Tudo isso executado com desconcertante naturalidade por um coveiro autômato, sem nenhum respeito pelo sentimento dos filhos ali presentes.

Pegou o segundo caderno de um grande jornal diário carioca e escolheu a comédia que iria assistir na última sessão daquela noite: *Cogumelos gostosos de morrer*. Sua esposa, antes de aceitar a sugestão, perguntou se ele havia tido alguma

indicação sobre a referida comédia. Ele respondeu que não e, imediatamente, se reportou às duas estrelas da crítica e ao “tijolinho” cultural do jornal, um pequeno texto que nomeia o gênero do filme, indica os locais de exibição e os horários, fornece os nomes do diretor e dos atores principais e apresenta um rápido resumo da história.

Entre o que sugeriam as poucas linhas do tijolinho (“Uma comédia sobre duas velhinhas que, acidentalmente, têm que viver experiências curiosas”) e o que o casal viu na tela havia uma distância abissal: o filme era de um humor mórbido sobre duas sexagenárias que mostravam requintes de perversidade na ocultação de um cadáver. Em tom de comédia de costumes, *Cogumelos gostosos de morrer* acompanhava o cuidado com que as duas “respeitosas” senhoras se dedicavam a destrinchar em pedaços o corpo de um homem, para depois embalá-los como se fossem peças de carne bovina e estocá-los (ou escondê-los) no freezer como forma de despistar a polícia. Para completar, o filme ainda se dava ao luxo de pregar-lhes uma peça: surpreendia as velhinhas com a constatação de que o banquete que um inquilino lhes preparara tinha como prato principal uma parte suculenta das nádegas do cadáver, devidamente identificada pela tatuagem que aparecia sob o molho.

Nada mais inoportuno para João Luís naquela noite. O casal levantou-se e, junto com outros desavisados, deixou a sala de projeção em direção à alameda do segundo piso do encantador shopping Fashion Mall.

Embora tivesse se dado ao trabalho de basear sua decisão sobre o programa daquela noite nas informações de um

jornal, João Luís foi traído pelo chamado tijolinho cultural. E nada mais lhe restou senão lamentar sua desinformação.

Embora se propague rapidamente, seja altamente contagiante e atinja qualquer um indiscriminadamente, o vírus da desinformação, no entanto, freqüentemente encontra na “informação miúda” sua mais eficaz vacina. A “informação miúda” seria aquela que resulta da experiência de vida do indivíduo no seu território. Sempre depurada individualmente, a “informação miúda” se constitui do saber originado na ambiência e no território do indivíduo, se utiliza de canais de escoamento próprios, paralelos à mídia convencional, e precipita uma aplicação local, pois traz um sentido de utilidade mais estreito. Sem bula pré-fixada e sem contra-indicação, a informação miúda é capaz de, pela aplicação de altas doses de territorialidade, revigorar o indivíduo, elevando-o à condição de cidadão e promovendo nele a consciência de sua capacidade de resistência cultural.

Notas

¹ Sodré, Muniz. 1995.

² Merleau-Ponty, Maurice. 1962, p. 82.

³ Sodré, Muniz. Loc. cit.

⁴ Habermas, Jürgen. 1989, pp. 156 a 172.

⁵ Habermas, op. cit., pp. 156 e 164.

⁶ Sodré sobre Habermas, loc. cit.

⁷ Habermas, op. cit., p. 166.

⁸ Loc. cit.

⁹ Heráclito de Éfeso. In Legrand, Gérard, 1991, p. 77.

¹⁰ Sodré, loc. cit.

¹¹ Loc. cit.

¹² Heidegger, Martin. 1988, p. 229.

Bibliografia:

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*, Parte 1. Petrópolis: Vozes, 1988.

LEGRAND, Gérard. *Os pré-socráticos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phenomenology of perception*. New Jersey: Routledge & Kegan Paul, 1962.

SODRÉ, Muniz. Palestra proferida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.

* Vitor Iorio é doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

Imprensa e sociedade

Cléia Schiavo Weyrauch*

RESUMO

A imprensa tem tido um papel positivo na formação da opinião pública em relação às questões sociais brasileiras. Dentro de uma tradição que vem das lutas republicana e abolicionista, uma parte da imprensa assume o compromisso humanista com a sociedade. Este é o caso das denúncias e dos debates, direta ou indiretamente, por ela promovidos sobre a questão da violência contra menores. Palavras-chave: violência, imprensa, opinião pública.

SUMMARY

The press has a positive role in the formation of the public opinion, in relation to the Brazilian social subjects. Under tradition that comes from the republican and abolitionist fights, a part of the press assumes the humanist commitment with the society. This is the case of the accusations and debates, direct or indirectly, promoted on the subject of the violence against childhood.

Key-words: violence, presses, public opinion.

RESUMEN

La prensa ha tenido un papel positivo en la formación de la opinión pública, en relación con las cuestiones sociales brasileñas. Dentro de una tradición que viene de las luchas republicanas y abolicionistas, una parte de la prensa asume el compromiso humanista con la sociedad. Esto es el caso de las denuncias y de los debates por ella promovidos, de manera directa o indirecta, sobre el problema de la violencia contra los menores. Palabras claves: violencia; prensa; opinión pública.

De um modo geral, a imprensa no Brasil, desde a sua implantação, vem contribuindo decisivamente para a formação da opinião pública, debatendo temas políticos e sociais relevantes para o país. Com o processo de Independência, a imprensa ganhou força política, já que foi através dela que se veiculou o novo ideário democrático, chegado sobretudo da Europa¹, e se denunciou a situação de autoritarismo e má administração ocorridos no período colonial. Durante o período imperial, o debate entre conservadores e liberais dominou a imprensa com temas como: a questão da centralização e da descentralização política, a importância do projeto moderno industrial, o papel da agricultura na economia nacional e a questão da modernidade democrática, com seus desdobramentos referentes aos desacertos da imigração e à injustiça da escravidão negra.

Na passagem do Império para a República, as campanhas abolicionistas e republicanas alimentaram as paixões políticas daqueles que se posicionaram contra ou a favor dessas questões e, nesse sentido, a imprensa serviu de canal de reflexão para os leitores, fornecendo-lhes os argumentos necessários à tomada de decisões políticas. No correr da vida republicana, essa imprensa colaborou para o debate democrático e interferiu no sentido de garantir a estabilidade política do país – por vezes até sendo coadjuvante nos processos de destituição presidencial, como foi, na década de 1990, o caso do *impeachment* do Presidente Fernando Collor. No caso específico da destituição do presidente, alguns jornais, pressionados pela opinião pública, reavaliaram sua postura política anterior e aderiram à campanha do *impeachment*, como

foi o caso do jornal O Globo, após a campanha dos “caras pintadas”.

Deve-se destacar que a expressão política de um jornal depende de muitas variáveis – entre elas, de importância vital, a autonomia financeira da instituição – embora, muitas vezes, o mercado traduzido em opinião pública jogue um papel importante na definição de uma linha editorial.

Do ponto de vista de sua filosofia editorial, que interessa aos estudos sociológicos, a imprensa em geral vem se caracterizando por dois tipos de linha: a de traço humanista – por natureza defensora da intervenção da imprensa nas questões sociais – e a de traço sensacionalista, regida, em geral, pela demanda de uma população amedrontada, cultural e politicamente muito pouco exigente. Além de veicular as notícias e informações reveladoras de incômodas situações sociais, este primeiro tipo de imprensa atua historicamente como canal mediador de resistências sociais. Formadora de opinião, essa imprensa tem participado, na prática, das lutas políticas nacionais, quer defendendo amplas plataformas democráticas, quer se alinhando a favor destas ou daquelas causas. Já a imprensa sensacionalista, ao contrário da primeira, tem se apresentado como retrógrada e perversa, à medida que, reduzindo o acontecimento social à simples divulgação de fotos sensacionais e curtas manchetes, se omite, na prática, de discutir politicamente os fatos que registra. Na realidade, engessa os leitores, tornando-os prisioneiros do medo, estimulando seu lado defensivo – o que os transforma em “cidadãos cativos do medo” e passivos na luta pelo encaminhamento político dos problemas. O que essas manchetes pretendem dizer, ao veicularem notícias sensacionalistas como assaltos, assassinatos e outros crimes, é “cuidado não se mexa cidadão, pois você pode ser o próximo!”. Nesta linha, o que de fato

vigora é uma ficção da informação, quer dizer, uma desinformação intencional que provoca a neutralização do processo de politização.

No caso dos meninos de rua – assunto que aparece com ênfase na década de 90 –, a imprensa sensacionalista esmerou-se na utilização de técnicas que ressaltaram o tratamento sádico com que foram tratadas as crianças, mostrando, com certa regularidade, os requintes de crueldade a elas aplicados pelas próprias famílias, pelas entidades públicas e por grupos paramilitares. Ao adotar essa linha de ação, a imprensa sensacionalista reforçou, no público em geral, uma memória rotineira de violência, levando-o a engrossar o grande exército do medo que povoa a cidade. O mal assim banalizado² transforma esse tipo de notícia em *fait-divers*, o horror estampado nas fotos em fato ordinário e os meninos de rua, em vilões de uma história que não escreveram. Nesse caso, o público amedrontado reage passivamente quanto ao problema da defesa da criança e do adolescente, sem considerar os descompassos políticos que os levaram à rua. Bem diverso é o caso da imprensa de base humanista, que vem clamando, desde a década de 80, contra a violência à criança: seja no interior das casas, no convívio com a família ou, de modo geral, no espaço social. Impregnada pelos ideais dos direitos humanos, ela atua não só como canal de denúncia dessa violência, mas também como agente de mobilização das mais variadas instituições que se empenham na luta contra a exploração e o massacre de crianças.

Assim, as notícias veiculadas, nessa década, sobre espancamentos e maus tratos dos pais contra seus próprios filhos e a violência das instituições públicas e particulares contra as crianças em geral mostram o importante papel da imprensa no encaminhamento político das questões sociais. Além dessas, outras questões têm sido discutidas, tais como o problema da

prostituição de menores, tema constante de denúncia e debate. Grandes reportagens têm sido realizadas, abordando a questão da prostituição infantil nas cidades, nos garimpos e pelo interior do país. A mais grave de todas as denúncias feitas pela imprensa diz respeito ao extermínio de menores, assunto que tem repercutido negativamente em muitos jornais e revistas do exterior. A luta por justiça social, em favor de crianças e adolescentes, levou entidades públicas e privadas a estabelecerem um processo de interlocução, com apoio de uma parte da imprensa humanista. Pesquisas levadas a efeito por grupos como, por exemplo, a Anistia Internacional e a Associação de ex-Alunos da Fundação de Bem-Estar do Menor³ que investigaram os fatos, foram amplamente conferidas. Do ponto de vista político, a divulgação dos dados desses relatórios repercutem sobre a opinião pública, obrigando as autoridades e as entidades nacionais a não só admitirem uma violência que anteriormente pretendiam encobrir, como, também, a tomarem posições contra ela.

É necessário registrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente⁴ foi pensado na década de 80, na esteira do processo de redemocratização do país, amplamente estimulado pela imprensa. Graças à atuação da imprensa democrática, que não deixa a questão cair no vazio, pela articulação direta e indireta que promove em suas reportagens, as denúncias da situação dos meninos de rua chegam à opinião pública. A mobilização política decorrente dos agenciamentos produzidos pela imprensa democrática produziu movimentos que acabaram por inserir, na constituição de 1988, uma nova proposta de ação, agora a partir do pressuposto de que crianças e adolescentes são sujeitos de cidadania plena e não latente, conforme a legislação anterior. Em outras palavras, pode-se dizer que “a última Constituição brasileira (1988) não mais situa a criança e o

adolescente como cidadãos latentes, em vias de realização. São sujeitos de direito e cidadania plena, inclusive o de participação política, conforme determina o capítulo IV, art.53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De fato, é surpreendente o avanço democrático alcançado com relação à legislação de proteção ao ‘menor’, embora essa fartura de normas legais protetoras ainda não encontre uma correspondência no social”. (Weyrauch, p. 77)

Algumas considerações

A partir de 1985, já na fase de redemocratização do país, ganham fôlego os movimentos sociais em prol dos direitos do “menor”, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança. Desses movimentos nasceram as campanhas *Criança Constituinte* e *Criança Prioridade Nacional*.

Em 1994, decorrente da promulgação da Constituição de 1988, foi criado, no Rio de Janeiro, o Departamento de Ações Sócio-educativas (Degase), visando formular políticas públicas voltadas para o atendimento da criança e do adolescente em conflito com a lei. A criação deste departamento expressa uma mudança no tratamento da questão, não só de instância – de federal para estadual –, mas na maneira de encarar o problema. Do ponto de vista teórico, passa-se a combater a política de criminalização do menor e a concebê-lo como ser pleno de investimento humano social.

Os menores não são mais submetidos a uma ação corretiva, como era o caso da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem). Esther Arantes afirma que esse órgão, “durante o período de 1967-1976 chegou a internar em todo o Brasil 900 mil crianças e adolescentes, no auge da política de controle e criminalização da pobreza” (Rizzini; Pilotti,1995)⁵. O Degase tem como pressuposto pensar o menor e o

adolescente como sujeitos de ressocialização a serem inseridos no mundo do trabalho, introduzindo perspectivas de futuro, conforme deve ser um projeto de cidadania.

A imprensa, como o grande canal de enunciação das questões sócio-políticas, se constitui em uma das instituições que têm um papel importante na luta pela ética e pela cidadania. A imprensa humanista, ao suscitar as discussões, cumpre uma das funções que Chomsky concebe para a imprensa, no interior de uma sociedade democrática, “aquela em que o público tem meios de participar de maneira significativa na condução de seus próprios interesses e os meios de comunicação são abertos e livres”. (Chomsky, 2003, p. 9)

Notas

¹ É importante lembrar o efeito político da Independência Americana sobre alguns de nossos políticos. Teófilo Benedito Ottoni foi influenciado pelos Congressos de Filadélfia de 1774 e 1787. No primeiro deles, discutiram-se respectivamente o estatuto clássico da liberdade civil e o direito à revolução e, no segundo, o federalismo como forma de governo.

² O conceito de banalização do mal foi criado por Hannah Arendt no livro *Eichmann em Jerusalém*, ao tratar do problema do holocausto dos judeus.

³ A Lei 4.513, criada durante o regime militar, continha as diretrizes e bases a partir das quais se produziu a política de “bem-estar do menor”. Para operacionalizá-la surgiram a Fenabem e as Febems.

⁴ O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei decorrente do art. 227 da Constituição Federal, expressa a nova visão social decorrente da luta pelo processo de redemocratização do país.

⁵ O artigo chama-se “Rostos de crianças no Brasil”, e faz parte de *A arte de governar crianças*, organizado por Rizzini e Pilotti

Bibliografia

- ARANTES, E.; MOTTA (Orgs.) *A criança e seus direitos*. Rio de Janeiro: PUC/Funabem, 1990.
- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri et al. *Educação e trabalho adolescente: algumas iniciativas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva, 1997.
- CHOMSKY, Noam. *Controle da Mídia*. Os espetáculos feitos da propaganda. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2003;
- DINIZ, A; Cunha, J.R.(Orgs.) *Visualizando a política de atendimento à criança e ao adolescente*. Rio de Janeiro: Litteris/Fundação Bento Rubião, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *A lei da educação: projeto de lei de diretrizes e bases da educação brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1992.
- RIZZINI e PILOTTI, *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Ursula, 1995.
- WEYRAUCH, Cléia Schiavo. Notas para o estudo da inserção democrática da criança e do adolescente. BRITO, Leila Maria Torraca (org.). *Jovens em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

* Cléia Schiavo Weirauch é doutora, pesquisadora, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ. É coordenadora da Linha de Pesquisa Memória, Espaço Urbano e Cultura, do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais.

Avaliação ergonômica de produção de curta-metragem

Júlio Carlos de Souza van der Linden* e
Flávia Seligman**

RESUMO

Este artigo aborda a produção de um curta-metragem de ficção, em uma disciplina de graduação em Publicidade e Propaganda, do curso de Comunicação Social, levando em consideração aspectos ergonômicos. As etapas mais importantes dessa experiência foram avaliadas sob o enfoque participativo e macroergonômico. A abordagem ergonômica pode contribuir para o planejamento da produção cinematográfica. Palavras-chave: produção audiovisual; ergonomia; ensino de comunicação.

SUMMARY

This article focuses an ergonomic evaluation of a fiction short-movie production, developed on Social Communication undergraduate course. The most important stages were evaluated under participatory and macroergonomics approaches. It was recognized that ergonomics point of view would contribute to process improvements and could have an important place in movies production planning.

Key-words: Audiovisual Production; Ergonomics, Social Communication Course

RESUMEN

Este artículo aborda la producción de un cortometraje de ficción en una disciplina de gradación en Publicidad y Propaganda del curso de Comunicación Social, llevando en consideración aspectos ergonómicos. Las etapas más importantes de esta experiencia fueron evaluadas bajo el enfoque participativo y macroergonómico. El abordaje ergonómico puede contribuir para el planeamiento de la producción cinematográfica. Palabras claves: producción audiovisual; ergonomía; enseñanza de comunicación.

Este artigo pretende contribuir, a partir de uma ótica interdisciplinar, para uma revisão do processo de ensino de produção audiovisual em disciplinas dos cursos de graduação em Comunicação Social. Com base na experiência de produção de um curta-metragem, por alunos de uma disciplina de graduação, foi realizada uma avaliação do processo – sob o enfoque ergonômico¹ –, com o objetivo de identificar fatores que afetaram o desempenho dos alunos e a qualidade do produto final.

A produção do curta-metragem digital *O Apostador* é um projeto pioneiro do Departamento de Comunicação – habilitação em Publicidade e Propaganda – da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Faz parte do programa da disciplina Direção, Produção e Edição de Imagem, do 7º período. Com o objetivo de aproximar os alunos da prática de produção de um trabalho audiovisual, foi proposta uma atividade similar à atividade profissional de realização de um curta-metragem. Foi realizado em vídeo o curta-metragem *O Apostador*, com a participação de todos os alunos da turma que compuseram a equipe de produção. Consideram-se, no projeto, todas as etapas de um processo de produção real, envolvendo, inclusive, a obtenção de recursos externos e apoios.

A idéia de realizar esta avaliação, ao final do trabalho, já com a maioria das etapas cumpridas, nasceu do grande número de reclamações feitas pelos alunos – muito similares às dos profissionais da área do audiovisual – sobre o estresse provocado por esta atividade. Um ofício como este requer

grande concentração e dedicação, o que acaba fazendo com que os profissionais envolvidos tenham, durante todo o processo, um alto nível de estresse. Partimos, portanto, para a avaliação da prática de ensino-aprendizagem, com a intenção de auxiliar, futuramente, na elaboração de um método de trabalho baseado na compreensão do processo de produção audiovisual. Entendemos que a experiência com o trabalho em ficção poderá ser útil também para os demais trabalhos na área do audiovisual – como, por exemplo, as disciplinas de telejornalismo, projetos experimentais em vídeo e cinema – auxiliando os futuros profissionais nas suas realizações, otimizando verbas e reduzindo custos humanos.

Processo de produção audiovisual

Uma produção audiovisual – independente da bitola e do formato a que se proponha (curta, média ou longa-metragem, televisão, vídeo ou cinema) – sempre é dividida em etapas do processo de realização.

A primeira etapa é a da criação, quando se elabora o argumento e se desenvolve o roteiro. Na primeira fase do processo de realização, o filme ou vídeo ainda é um projeto e este projeto tem que ser desenvolvido em sua forma literária. O primeiro passo é ter uma idéia e, a partir dela, passar por todas as etapas, até o filme estar pronto para ser exibido.

Após a criação e elaboração do roteiro, dá-se início à fase de pré-produção, ou seja, de organização e planejamento da gravação ou filmagem, dependendo do suporte que será utilizado. No caso estudado, foi utilizada uma câmera Mini-DV, suporte digital. A esta etapa chamaremos “gravação”. A segunda etapa é a de pré-produção, a fase de maior concentração de esforços, já que tudo deve ser resolvido antes de começarem as gravações. A maior parte dos

problemas se concentra nesta fase – escolha, locação ou empréstimo de equipamentos; escolha e contato com elenco e equipe técnica; escolha e liberação das locações; concepção e confecção de cenários e figurinos e organização da infra-estrutura.

À medida que todos os recursos estão disponíveis, parte-se para a gravação. Com todas as imagens captadas, inicia-se a fase de pós-produção, edição e finalização de imagem e som.

A realização do curta-metragem

O Apostador

Pensando nesta proposta para a turma de 2001/02, foi definido um programa, a ser seguido em aula, que contemplasse uma parte teórica sobre o processo de produção de uma peça audiovisual e todas as etapas necessárias para realização de um curta-metragem.

Na verdade, este programa não foi seguido à risca. À medida que foram sendo detectadas demandas específicas desta turma – como, por exemplo, a necessidade de estudar mais a questão da narrativa –, o projeto inicial foi sendo modificado. Foi feita uma opção por iniciar os estudos com jogos dramáticos que privilegiassem contar uma história, ou seja, formar uma estrutura narrativa que configurasse uma história de ficção. Esses jogos têm grande importância no processo, não apenas pelas questões de técnicas dramáticas, como também pelo efeito indireto da formação de um sentido de equipe – importante para a realização de um projeto de audiovisual.

Jogos dramáticos – Para preparação dos alunos, foram utilizadas técnicas de jogos teatrais. O primeiro jogo foi o “jogo da cidade”. Solicitou-se que os alunos se sentassem em círculo no chão e, um de cada vez – incluindo a professora –, fosse colocando, em qualquer

lugar do círculo, um objeto. Foram feitas três rodadas até formar o que se chamou de uma cidade. Num segundo momento, os alunos foram divididos em três grupos, e cada grupo teve mais ou menos meia hora para contar uma história com aquele cenário e aqueles personagens. A história poderia ser narrada ou dramatizada. Dois dos três grupos foram bastante criativos, utilizando quase todos os elementos dispostos no cenário e criando narrativas com início, meio e fim. Após a realização do exercício, houve uma avaliação e uma conversa sobre a necessidade de contar uma história com coerência, além de dispor e situar um conflito, organizando sua solução. Falou-se também sobre os diversos formatos e suas características narrativas: curta, longa-metragem, novela, minissérie e seriado.

O segundo jogo proposto foi o “jogo da bola”. Os alunos foram convidados para o pátio da faculdade e dispostos em um círculo. Uma bola de plástico era jogada de um para outro, no círculo, com a seguinte determinação: o primeiro a jogar começaria uma história e cada um que recebia a bola deveria dar continuidade, apresentando os personagens, elaborando um conflito, resolvendo-o e encaminhando para o final. A primeira história começou com a seguinte indicação: chove, uma mulher de vermelho está entrando num trem, quando um homem chega à estação. Esta primeira história funcionou. A segunda história foi iniciada, mas parou no meio, pois os alunos não conseguiram desenvolver um conflito que permitisse continuidade. Após o jogo, foi feita uma avaliação sobre a necessidade de uma continuidade narrativa no contar de uma história.

Foi planejada a realização de mais um jogo, que acabou não sendo feito – o “jogo do eu sou” –, onde os alunos, dispostos pela sala, devem se descrever, cronologicamente, por meio

de dez objetos. Esse jogo começa sempre com “eu sou” e depois, em círculo, cada um vai relatando sua lista. O objetivo é desinibir os alunos e promover uma maior integração da turma. O último jogo fez falta ao processo, pois serviria para integrar mais a turma, de modo que a futura equipe se conhecesse melhor, evitando alguns problemas de relacionamento que acabaram por acontecer.

Criação: a preparação do roteiro – A segunda etapa, depois dos jogos dramáticos, foi a preparação do roteiro. Sugeriu-se que os alunos procurassem crônicas e contos – de preferência de autores gaúchos – que pudessem ser adaptados para a linguagem audiovisual. Enquanto os alunos se preocupavam em escolher o conto ou a crônica que seria adaptado, foi proposto um estudo de roteiro. Para tanto, foi analisado em aula o roteiro do curta-metragem *A Estrada*, do cineasta gaúcho Jorge Furtado. O roteiro foi lido e estudado por todos em casa e, na aula seguinte, foi analisado em conjunto com o filme homônimo. A questão proposta foi analisar a adaptação da peça literária (roteiro) para a peça filmica (curta-metragem). O exercício foi aprovado por todos.

Nesta mesma aula, a turma escolheu a crônica *O Apostador*, do jornalista e escritor porto-alegrense David Coimbra, para realizar a adaptação para o roteiro. O roteiro foi escrito por uma equipe de quatro alunos e, por duas vezes, foi lido em grande círculo em sala de aula (num intervalo de 15 dias), para que a turma toda pudesse participar da discussão. Neste período, também foram definidas as funções a serem cumpridas durante o filme. Cada aluno escolheu o que queria fazer e a distribuição das funções da equipe ficou definida, conforme o quadro 1. Alguns alunos assumiram mais de uma função, como é comum neste tipo de produção.

Função	Número de alunos
Roteiro	4
Storyboard	1
Direção	1
Assistente de direção	2
Diretor de produção	1
Assistente de produção	1
Diretor de fotografia	2
Diretor de arte (cenário e figurino)	1
Assistente de arte	1
Produtor de elenco	1
Produtor de alimentação	1
Som direto	1
Assistente de som	1
Produtor de set	1
Fotografia de <i>still</i>	1

Quadro 1 - Distribuição de alunos por função

A decupagem do roteiro – ou seja, a adaptação da linguagem literária para a linguagem filmica, com a divisão final em cenas e a escolha dos planos – deveria ter seguido o mesmo esquema, mas não foi feito assim. O diretor, responsável por esta atividade, acabou fazendo a decupagem sozinho e não compartilhando com seus colegas, o que provocou o primeiro desgaste na produção: planos demais para pouco tempo de gravação (estabelecido em dois dias) e desconhecimento dos demais sobre o que deveria ser filmado.

A preparação da produção – Foi feita uma parceria com o Laboratório Eletrônico de Arte & Design (LEAD), também da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, o que permitiu que o vídeo fosse feito com equipamento digital e, posteriormente, editado também em digital.

Os testes de elenco foram realizados no estúdio de vídeo da Faculdade. Depois foram

feitos dois ensaios na casa de um dos alunos. Os produtores de figurino aproveitaram os ensaios para escolher e experimentar as roupas de cada personagem.

A gravação – Todas as cenas internas foram gravadas entre os dias 23 e 24 de março. No sábado, 23, a gravação começou às 9h e foi até às 12h, concluindo as duas cenas que se passavam em um escritório. Neste mesmo dia, o trabalho foi reiniciado às 18h, com as cenas que se passavam na casa da personagem Dias. A gravação na casa foi até às 7h30 do dia seguinte. No domingo, 24, as gravações recomeçaram às 17h, com a cena que se passava em um bar, em um jogo de sinuca, e foram até à 0h. As cenas externas foram feitas uma semana depois, durante o dia, na Praça da Alfândega, em um bingo e no Jockey Club de Porto Alegre.

Considerações sobre a gravação – O fato da decupagem do vídeo – ou seja, a escolha e a definição de planos – ter sido realizada por uma só pessoa, sem levar em conta o tempo e a locação disponíveis para a gravação, ocasionou que as cenas fossem feitas de uma maneira muito rápida, sem respeitar o tempo necessário para a encenação de cada uma delas. Os cuidados com o cenário, figurino e com a fotografia também foram postos de lado, uma vez que a falta de tempo era o fator mais importante.

O cansaço dos alunos, no primeiro dia de gravação – já que estavam há quase 24 horas trabalhando –, também teve efeito negativo, prejudicando principalmente a fotografia. Alguns planos ficaram mal iluminados e outros ficaram até mesmo fora de foco.

Uma das primeiras conclusões a que se chega com esta experiência se refere à necessidade de elaborar uma metodologia de pré-produção, cuidando rigorosamente da decupagem

e da sua adequação para as condições de trabalho (número de planos para o tempo disponível em cada locação). Os alunos que pretendem seguir a área do audiovisual muitas vezes enxergam este tipo de trabalho como *opera prima* e acabam decidindo pela utilização de uma decupagem inadequada, não dando importância para as questões de produção (o aluno que assume a função de diretor muitas vezes considera a produção uma atividade menor, não dando a ela a devida importância).

Avaliação ergonômica

Este estudo foi desenvolvido segundo a Análise Macroergonômica do Trabalho (AMT), proposta por Guimarães (2000), que se caracteriza como um método participativo. A primeira etapa, neste método, é a do levantamento ou apreciação ergonômica, que visa à identificação da demanda ergonômica dos usuários, no caso, os alunos. Por meio de entrevistas, que permitem obter a declaração espontânea, são gerados descritores que são, posteriormente, estruturados como itens de demanda ergonômica. Para priorização da demanda ergonômica, são utilizados questionários, formulados a partir das entrevistas e aplicados à população em foco.

Identificação da demanda dos alunos –

Foi aplicado um questionário aberto aos alunos, no dia 6 de abril de 2002. Os alunos foram solicitados a responder quais os fatores que afetaram a produção do vídeo, considerando as etapas de pré-produção e gravação. Para evitar a possibilidade de identificação do respondente, cada aluno recebeu, no início do processo de discussão, uma folha de papel em branco e um lápis. Após o recolhimento, as respostas foram lidas por um dos pesquisadores, que anotava as idéias centrais no quadro.

Os fatores listados pelos alunos para a pré-produção (quadro 2) incluem questões espe-

cíficas de uma produção realizada em ambiente acadêmico, em que a cobrança se dá de forma diferenciada de um ambiente profissional. A isto se deve somar o fato de que nem sempre se tem uma turma de alunos com os mesmos objetivos. Outras questões têm relação com métodos e técnicas para a produção, sendo, portanto, mais abrangentes.

Comprometimento da equipe – falta de participação de outros integrantes.
Compromissos pessoais paralelos.
Falta de organização – a metodologia para o desenvolvimento do trabalho não foi tão eficiente como deveria.
Ausência de estrutura e conseqüente agilidade na busca de equipamentos e locações, ou seja, infra-estrutura para as gravações.
Problemas de comunicação entre as equipes de trabalho: roteiro, direção e produção.
Reuniões sem a participação de pessoas-chave.
Ausência de um planejamento geral a ser cumprido.

Quadro 2 - Fatores que afetaram a pré-produção, listados pelo grupo

Para a etapa de gravação, a lista apresenta maior peso de questões relacionadas ao método, refletindo problemas de planejamento na etapa de pré-produção, como pode ser visto no quadro 3.

Problemas ou atrasos nas gravações, decorrentes das falhas de comunicação entre direção e produção.
Conflitos internos, em função do longo período de permanência em um único local, desenvolvendo a mesma tarefa.
Locações que não dispunham de espaço físico adequado para o número de pessoas da produção, direção e integrantes em geral.
Dificuldade em confirmar algumas locações e falta de disponibilidade de terceiros em ceder locais para as gravações.
Estresse em função de muitas horas sem sono, em um ambiente quente (refletores estavam ligados), desenvolvendo atividade que requer forte atenção a detalhes. A estas condições acrescentam-se os já mencionados conflitos entre integrantes do grupo, ainda que de pequenas proporções.
Ausência de locais adequados de descanso para a equipe durante as gravações.

Quadro 3 - Fatores que afetaram a gravação, listados pelo grupo

Aplicação de questionário para avaliação do processo de produção do vídeo *O Apostador* – Posteriormente, foi procedida a transcrição de todos os questionários abertos, com o objetivo de formular um questionário fechado, destinado a avaliar a importância atribuída pelos alunos aos fatores que podem afetar a produção de um audiovisual. As mesmas questões foram utilizadas em outro questionário para avaliar o grau de satisfação dos alunos com relação ao processo de produção do vídeo.

As questões foram listadas em três grupos: questões gerais, pré-produção e gravação. As questões gerais referem-se aos aspectos que afetam todo o processo de produção, não podendo ser relacionadas a uma ou outra etapa. Foram listadas as seguintes:

- Metodologia de prática de produção cinematográfica;
- Planejamento das atividades e responsabilidades de cada membro da equipe;
- Comunicação entre as áreas da equipe durante todo o processo;
- Comprometimento dos integrantes da equipe durante todo o processo;
- Disponibilidade de estrutura na universidade.

As questões ligadas à pré-produção têm um caráter específico e devem ser consideradas no planejamento da disciplina, a fim de estabelecer mecanismos que permitam a superação das dificuldades no momento da prática de produção. Com base nos questionários, foram formuladas as seguintes questões:

- Frequência de encontros (número de aulas por semana);
- Método de elaboração de roteiro;
- Assessoria do professor na organização da pré-produção;
- Colaboração de toda a equipe na concepção;
- Colaboração de toda a equipe na decupagem;
- Comunicação entre as áreas da equipe durante a fase de pré-produção.

Para a gravação, foram identificadas questões relacionadas, principalmente, com o planejamento, demonstrando a importância da etapa anterior. Foram listadas as seguintes questões:

- Assessoria do professor;
- Adequação do roteiro à locação;
- Flexibilidade para adaptação do roteiro;
- Planejamento dos planos filmicos em função dos recursos disponíveis (tempo, equipamentos, atores etc.);

LOGOS

- Estrutura de apoio durante a gravação (banheiros, local para descansar, etc.).

Os dois questionários foram aplicados a um grupo de 13 alunos, presentes na sala de aula. Inicialmente, os alunos avaliaram a importância dos fatores listados. Após o preenchimento, receberam o questionário para avaliar a

experiência da disciplina, com base na sua satisfação em relação às mesmas questões.

Os dois questionários utilizaram a mesma escala variando de 0 (nada importante ou nada satisfeito) a 5 (muito importante ou muito satisfeito). A tabulação dos questionários foi feita por meio do cálculo das médias para cada questão. As médias estão apresentadas na tabela 1.

Importância	Satisfação	Questões gerais
- Metodologia de prática de produção cinematográfica	4,15	2,38
- Planejamento das atividades e responsabilidades de cada membro da equipe	4,85	2,85
- Comunicação entre as áreas da equipe durante todo o processo	4,38	2,85
- Comprometimento dos integrantes da equipe durante todo o processo	4,77	3,62
- Disponibilidade de estrutura na universidade	2,92	1,31
Pré-produção		
- Frequência de encontros (número de aulas por semana)	3,54	3,62
- Método de elaboração de roteiro	3,62	2,46
- Assessoria do professor na organização de pré-produção	4,15	3,46
- Colaboração de toda a equipe na concepção	3,46	3,08
- Colaboração de toda a equipe na decupagem	2,15	2,08
- Comunicação entre as áreas da equipe durante a fase de pré-produção	4,08	2,85
Gravação		
- Assessoria do professor	3,46	3,23
- Adequação do roteiro à locação	4,00	3,46
- Flexibilidade para adaptação do roteiro	3,54	3,46
- Planejamento dos planos em função dos recursos disponíveis (tempo, equipamentos, atores etc.)	4,31	2,00
- Estrutura de apoio durante a gravação (banheiros, local para descansar etc.)	3,85	3,69

Tabela 1 - Médias das respostas para os questionários de avaliação de importância e satisfação, em relação aos fatores que afetaram a produção

Com base na relação entre a importância e a satisfação – demonstrada pelos resultados dos dois questionários na tabela 1 –, pode-se observar os fatores que merecem maior atenção. Para as questões gerais, a metodologia, o planejamento e a comunicação são reconhecidos como importantes e foram avaliados como pontos fracos na prática vivenciada. Para a pré-produção, o método (roteiro) e a comunicação também são considerados importantes e se apresentam como pontos insatisfatórios. Para a gravação, o planejamento dos planos filmicos destacou-se como importante e insatisfatório.

Considerações finais

A principal questão encontrada nesta avaliação foi a falta de uma metodologia de produção audiovisual, cuja necessidade fica evidenciada. Os alunos, futuros profissionais, trabalham de uma forma empírica, pulando etapas e desconsiderando itens que farão falta mais tarde. Ao longo do processo de realização, sentem-se perdidos pela falta de informação e pelo desconhecimento da importância de cada etapa, que, por vezes, só compreendem quando surge uma consequência indesejada.

Se alguma etapa é esquecida ou menosprezada, isto certamente irá causar algum dano mais tarde. No caso de *O Apostador*, o exemplo foi a questão da decupagem. Esta deve ser feita pelo diretor do filme (que é responsável pela criação artística), mas sempre com a colaboração do assistente de direção (que se dedica à normatização da filmagem ou gravação), do diretor de fotografia (que entende das condições técnicas para a execução de cada plano) e do diretor de produção (que irá preocupar-se com a viabilidade desta gravação). Se alguma destas funções não estiver presente, a decupagem do roteiro poderá ser prejudicada e não atender a algum item básico, acabando por prejudicar também a etapa de gravação.

A Ergonomia contribui, com a sua abordagem antropocêntrica, para melhorar o processo de produção cinematográfica. A Engenharia de Produção pode introduzir técnicas que reduzam a incerteza e melhorem o desempenho do processo de produção audiovisual. A experiência apresentada neste artigo ainda está em sua fase inicial. Os seus desdobramentos envolverão, ainda, a

ampliação da pesquisa a partir da incorporação de experiências de profissionais na avaliação, de modo a construir uma base sólida para a proposição de um modelo de ensino da produção audiovisual.

Nota

¹A ergonomia visa à adequação do trabalho às capacidades e habilidades do ser humano. Ver MORAES, A., MONT'ALVÃO, C. *Ergonomia: conceitos e aplicações*. Rio: 2AB, 1998.

Bibliografia

- COIMBRA, David. *A mulher do centroavante e outras histórias*. Porto Alegre: Sérgio Lüdtke, 1999.
- GUIMARÃES, L. B. M. *Ergonomia de Processo 2*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- MORAES, A., Mont'Alvão, C. *Ergonomia: conceitos e aplicações*. Rio: 2AB, 1998.
- MOURÃO, Maria Dora Genis. As novas tecnologias e o ensino do cinema. Dossiê do Cinema Brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 19, set./nov. 1993.

* Júlio Carlos de Souza van der Linden é mestre em Engenharia do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/UFRGS

** Flávia Seligman é doutora em Comunicação e professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/UFRGS

O paradigma da notícia como construção social

Carlos Alexandre de Carvalho Moreno*

RESUMO

No contexto da Teoria do Jornalismo, este trabalho procura mapear duas perspectivas que adotam o paradigma da notícia como construção social: a estruturalista e a “etnoconstrucionista”. A partir do estudo do campo jornalístico em termos funcionais e ideológicos, o que se pretende é evidenciar a responsabilidade social do profissional da informação.

Palavras-chave: jornalismo; Teoria do Jornalismo; meios de comunicação de massa.

SUMMARY

In the context of the theory of journalism, this work tries to map two perspectives that adopt the paradigm of the news as social construction: the structuralism and the “etnoconstrucionista”. Starting from the study of the journalistic field in functional and ideological terms, which we intend to show the social responsibility of the information’s professional.

Key-words: journalism; journalism theory; broadcastings.

RESUMEN

En el contexto de la teoría del periodismo, este trabajo busca identificar las dos perspectivas que adoptan el paradigma de la noticia como construcción social: la estructuralista y la etnoconstrucionista. A partir del estudio del campo periodístico en términos funcionales y ideológicos, lo que se busca es evidenciar la responsabilidad social del profesional de la información.

Palabras claves: periodismo; teoría del Periodismo; medios de comunicación de masas.

Uma teoria, à semelhança de um microscópio, permite um aumento da percepção, a possibilidade de que sejam notadas coisas que são invisíveis “a olho nu”. O campo jornalístico, mesmo nos livros didáticos, é geralmente abordado em termos técnicos. Mas uma teoria do jornalismo pode redimensionar a compreensão que profissionais, professores e estudantes têm do ofício que exercem ou para o qual se preparam. Neste texto, o objetivo é mapear um dentre os vários setores da pesquisa científica do jornalismo – cuja função é, certamente, enriquecer a formação universitária dos que trabalham com o processamento e a difusão de conteúdos informativos.

Nelson Traquina, em *Teoria das notícias: o estudo do jornalismo no século XX*, aponta que, no contexto do “surto da investigação acadêmica sobre o jornalismo a partir dos anos 60 e 70”, surgem duas teorias que passam a partilhar um novo paradigma: o da notícia como construção social. Estas teorias – a estruturalista e a etnoconstrucionista –, embora divergentes em alguns pontos importantes são, para Traquina, “sobretudo complementares”. (2001, p. 85) Aqui serão brevemente apresentadas as duas teorias e, em seguida, abordados três pontos de convergência entre elas: a rejeição da chamada teoria do espelho; a noção de notícias como resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais e a importância da cultura jornalística.

A teoria estruturalista

A teoria estruturalista é definida, por Nelson Traquina, como uma teoria macrossociológica que sublinha,

enfaticamente – em grande parte devido à sua herança marxista –, o papel dos meios de comunicação de massa na reprodução da “ideologia dominante”. (2001, p. 88) A corrente estruturalista valoriza uma perspectiva culturalista, ou seja, dá ênfase ao papel da cultura no próprio momento de construção da notícia. (2001, p. 89) Um de seus principais proponentes, Stuart Hall, integra justamente a escola culturalista britânica.

A teoria dos *cultural studies* esboça-se na Inglaterra, em torno do *Center for Contemporary Studies* de Birmingham. Segundo tal teoria, a atenção quanto às estruturas sociais e ao contexto histórico seria fator essencial para a compreensão da ação dos meios de comunicação de massa. (Wolf, 1995, p. 96) Com o objetivo de revelar a especificidade da abordagem da escola culturalista, Hall explica que “cultura não é uma prática nem é simplesmente a descrição dos hábitos e costumes de uma sociedade. Passa por todas as práticas sociais e é a soma das suas inter-relações”. (Wolf, 1995)

Quanto ao jornalismo, os teóricos estruturalistas recusariam a noção de que os meios de comunicação de massa apenas relatam – e de forma transparente – acontecimentos que são, por si só, naturalmente noticiáveis. Ao contrário, as notícias seriam o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção “sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”. (Hall *et alii*, 1993, p. 224)

A teoria estruturalista busca explicitar a adequação entre as idéias dominantes e as ideologias e práticas dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, julga que, nas mais rotineiras estruturas de produção de notícias, os meios de comunicação de massa reproduzem, em última instância, as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista,

ao seu serviço. (Hall *et alii*, 1993, p. 228) Isso é explicado graças à distinção entre definidores primários e secundários: “Os media, então, não se limitam a ‘criar’ as notícias; nem se limitam a transmitir a ideologia da ‘classe dirigente’ num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os media não são freqüentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos media como ‘fontes acreditadas’. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os media colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers*.”

É esta relação estruturada – entre os media e as suas fontes ‘poderosas’ – que começa a esclarecer a questão negligenciada do papel ideológico dos media (...) Os que governam, governam também através das idéias; deste modo, governam com a aprovação das classes subordinadas, e não principalmente através da sua manifesta coerção”. (Hall *et alii*, 1993, p.230)

A teoria etnoconstrucionista

A teoria etnoconstrucionista argumenta, de acordo com Nelson Traquina, que os jornalistas vivem sob a tirania do fator tempo. O trabalho jornalístico é, então, definido como uma atividade prática e cotidiana, orientada para cumprir as horas de fechamento da edição. (2001, p.95)

Assim, as empresas do campo jornalístico são obrigadas, estrategicamente – segundo a socióloga norte-americana Gaye Tuchman –, a impor ordem no espaço e no tempo para lidar com o desafio colocado pela dupla natureza dos acontecimentos, a matéria-prima preponderante do seu trabalho. Eles podem surgir em qualquer parte e a qualquer momento. (Traquina, 2001)

Para impor ordem no espaço, as organizações jornalísticas utilizariam três estratégias: a territorialidade geográfica (divisão do mundo em áreas de responsabilidade), a especialização organizacional (estabelecimento de “sentinelas” nas organizações consideradas mais importantes quanto à “noticiabilidade”) e a especialização em termos de temas (auto-divisão por seções). Essa rede noticiosa, entretanto, pode vir a ter grandes buracos, principalmente no que diz respeito às comunidades periféricas. Estas, em termos nacionais ou internacionais, só costumam receber cobertura noticiosa quando há algum tipo de desordem – natural (por exemplo, enchentes), tecnológica (por exemplo, acidentes), social (por exemplo, distúrbios) ou moral (por exemplo, crimes) – ou quando servem de palco para deslocamentos das autoridades institucionais. (Traquina, 2001, p. 96)

Segundo Traquina, a imposição da ordem no tempo, por parte das empresas jornalísticas, é o que lhes permite levar a cabo seu trabalho diário. Mas, evidentemente, a rede noticiosa estabelecida pelas organizações tem, também, lapsos temporais. Isso ocorreria, principalmente, pela expectativa geral de que os acontecimentos de maior valor quanto à noticiabilidade se concentrem durante as horas normais de trabalho, quando a maioria dos jornalistas da empresa está disponível para a cobertura noticiosa, o que nem sempre corresponde à realidade dos fatos. (Traquina, 2001, p. 97) De qualquer forma, “a empresa jornalística tenta planejar o futuro através do seu serviço de agenda, que elabora a lista de acontecimentos previstos permitindo assim a organização do próprio trabalho com uma certa antecedência”. (Traquina, 2001)

A rejeição da teoria do espelho

O primeiro ponto de convergência entre as perspectivas estruturalista e etnoconstrucionista

é a recusa da chamada teoria do espelho. Antes de mais nada, para que tal objeção possa ser bem compreendida, cabe apresentar a teoria rejeitada.

A teoria do espelho é a mais antiga tentativa de explicar a natureza das notícias. Ela é oferecida pela própria ideologia dominante no campo jornalístico (pelo menos nos países ocidentais), e argumenta que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. A noção central de tal teoria é a de que “o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam de sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer”. (Traquina, 2001, p. 65)

De acordo com o relato de Traquina, surge, em meados do século XIX, em alguns países mais desenvolvidos, o novo paradigma das notícias como informação. E, com isso, o papel do jornalista passa a ser definido como o do “observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais”. (2001, p.66) Essa concepção, aliás, ainda hoje seria o padrão dominante no campo jornalístico ocidental.

O positivismo reinante no século XIX teria feito com que todo esforço intelectual, tanto na ciência como na filosofia, ambicionasse imitar um novo invento – a máquina fotográfica – que “parecia ser o espelho há muito procurado, capaz de reproduzir o mundo real”. (Traquina, 2001) Daí o nome “teoria do espelho”, dado à primeira explicação tida como científica para a natureza das notícias.

Traquina reconhece que, dificilmente, os membros da tribo jornalística aceitam qualquer ataque à teoria do espelho. Afinal, a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estariam baseadas nas seguintes crenças sociais: as notícias refletem a realidade; os jornalistas são imparciais devido ao respeito das normas profissionais e, portanto, simples mediadores que “repro-

duzem” o acontecimento na notícia. Entretanto, o pesquisador argumenta que a compreensão da precariedade da teoria do espelho em nada prejudica o estatuto do jornalista profissional: “(...) a teoria do espelho – intimamente ligada à própria legitimidade do campo jornalístico – é uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo, e, na maioria dos casos, sem qualquer intuito de pôr em causa a integridade dos seus profissionais”. (Traquina, 2001, p. 68)

As teorias estruturalista e etnoconstrucionista, ao rejeitarem a teoria do espelho, criticariam também o empiricismo ingênuo do jornalista, pois, como explica Traquina, elas tomam as notícias como “o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização”. (2001, p. 85)

A formação das notícias e a interação entre agentes sociais

Para os autores da teoria estruturalista, as notícias são um produto social que também resultaria da própria organização burocrática dos meios de comunicação de massa. Os jornais, empenhados na produção regular de notícias, têm de estabelecer uma estrutura de seleção das muitas ocorrências que poderiam ser divulgadas. Tal estrutura estaria justamente ligada à organização de rotina das empresas jornalísticas no que diz respeito a tipos regulares de áreas noticiosas. No momento da seleção da ocorrência a ser transformada em notícia, os jornalistas ficariam pré-direcionados para a escolha de certos acontecimentos e assuntos em função da organização da sua própria força de trabalho (por exemplo, o fato de atuarem em setores especializados de cobertura, estabelecendo contatos habituais com determinadas fontes institucionais) e a estrutura dos jornais, que

distribuem as matérias por seções previamente estabelecidas – como internacional, política, esporte etc. (Hall *et alii*, 1993, p. 224)

Para melhor situar o processo de produção das notícias em tipos específicos ou categorias, devido à organização burocrática dos meios de comunicação de massa, é certamente relevante abordar, de acordo com Adriano Duarte Rodrigues, a própria constituição do acontecimento jornalístico: “É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for sua realização (...), quanto menos previsível for, mais probabilidade tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico. É por isso que se diz, gracejando, que um cão que morde um homem não é um fato jornalístico, mas se um homem morder um cão, então, estamos perante um fato susceptível de se tornar notícia. O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. Neste sentido, faz parte de um conjunto relativamente restrito que pertence a um universo muito vasto. Todos os fatos regidos por causalidades facilmente determináveis ficam fora do seu alcance, ao passo que o acontecimento jornalístico irrompe sem nexo aparente nem causa conhecida e é, por isso, notável, digno de ser registrado na memória”. (Rodrigues, 1993, p. 29)

A configuração do acontecimento jornalístico é fundamental, também, para o esforço da teoria etnoconstrucionista em compreender o processo

de produção das notícias. Este, como explica Traquina, supõe, nesse campo teórico, a interação de diversos agentes sociais, que exercem papel ativo numa negociação constante. (2001, p.99) Citando os pesquisadores Molotch e Lester, ele faz referência a um dinâmico e complexo jogo noticioso, em que alguns dos participantes são caracterizados justamente por sua ligação com o acontecimento. A organização do trabalho jornalístico, portanto, permitira a identificação de três categorias de jogadores: os promotores de notícia, os *news assemblers* (os jornalistas) e os consumidores de notícias.

É para o primeiro grupo de participantes do jogo noticioso – os promotores de notícia (*promoters*) – que a relação com o acontecimento seria definidora. Haveria, então, dois tipos de *promoters*: os executores e os informadores. O executor seria aquele que faz ou participa do acontecimento. Já o informador seria quem, embora não tendo participado do acontecimento, assume o papel de informar os meios noticiosos sobre a sua existência.

Assim como Adriano Duarte Rodrigues, Molotch e Lester também marcam a diferença entre a mera ocorrência e o acontecimento propriamente dito. Este é definido como “ocorrências que são criativamente utilizadas na demarcação do tempo”. (Molotch; Lester, 1993, p. 35) Sobre a importância do parecer dos pesquisadores etnoconstrucionistas – de que nem todas as ocorrências são acontecimentos –, Traquina comenta o seguinte: “A distinção é vital porque sublinha o papel estratégico do campo jornalístico no funcionamento das sociedades modernas e na comunicação política. A constituição de um acontecimento, ou de uma questão em notícia, significa dar existência pública a esse acontecimento ou a essa questão, de constituí-los como recursos de discussão”. (2001, p. 100)

Ainda de acordo com tal distinção, os teóricos etnoconstrucionistas apontam que as

diferentes utilizações para as ocorrências revelam a existência de diferentes necessidades de acontecimentos (*event needs*) por parte dos vários agentes sociais. Assim, nas sociedades caracterizadas pelos meios de comunicação de massa, o campo jornalístico constituiria um alvo prioritário para a ação de diversos agentes sociais, sobretudo dos profissionais da área política, cujo objetivo principal seria fazer convergir as suas necessidades de acontecimentos com as dos jornalistas. (Traquina, 2001, p. 101)

Segundo Molotch e Lester, a construção do acontecimento como notícia dependeria, também, do acesso que os promotores têm aos meios noticiosos. Os teóricos mencionam três tipos de acessibilidade: “a) aqueles em que os promotores dos acontecimento têm acesso habitual aos *news assemblers*; b) aqueles em que os promotores do acontecimento procuram perturbar o acesso de rotina dos outros aos *news assemblers* com o intuito de criarem acontecimentos próprios; e c) aqueles em que o acesso é conseguido pelo fato de os promotores e os *news assemblers* serem os mesmos”. (1993, p. 43)

O primeiro tipo é chamado de acesso habitual porque ocorreria quando um indivíduo ou grupo está tão próximo dos meios noticiosos que as suas próprias necessidades de acontecimentos normalmente coincidem com as atividades dos profissionais do campo jornalístico. Por exemplo, parte-se do princípio de que o Presidente da República sempre diz coisas importantes, daí o uso constante de suas declarações nos jornais e revistas. O segundo tipo é chamado, por Molotch e Lester, de acesso disruptivo: “Aqueles que necessitam de acesso habitual à produção de acontecimentos e que querem contribuir para a experiência pública contam geralmente com a disrupção. Eles têm de ‘fazer notícias’, entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de

produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de ‘agitação’. Assim, os pouco poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos. Em casos extremos, reúnem-se multidões num local inapropriado para intervir no plano diário de ocorrências e acontecimentos. Essas atividades constituem, de certa forma, acontecimentos ‘anti-rotina’. Esta óbvia disrupção da atividade normal e a sua ameaça ao mundo social estimula a cobertura dos meios de comunicação social de massa. (Molotch; Lester, 1993, p. 45)

O terceiro tipo de acesso seria o direto. A idéia é que algumas matérias sejam geradas pelos próprios jornalistas. Eles tomam a iniciativa de investir em determinadas investigações, a partir da percepção de que certo aspecto de uma ocorrência qualquer pode vir a ser transformado em notícia. Um exemplo estaria na identificação de um modismo a partir do comportamento de um determinado grupo social. Isso motivaria uma sondagem, cujo resultado seria uma matéria. Nesse caso, o próprio jornalista cria a ocorrência ao identificar o tal modismo, sendo ao mesmo tempo promotor do acontecimento e *news assembler*.

De acordo com os teóricos etnoconstrucionistas, a reflexão sobre o acesso dos promotores aos meios de comunicação de massa levaria à conclusão de que a produção de notícias só pode ser entendida no contexto da economia política da sociedade dentro da qual ela ocorre. (Traquina, 2001, p. 112) Ou seja, se o presidente de uma nação tem enorme acesso ao campo jornalístico, outros agentes sociais, como indica Traquina, são tratados de modo bem diferente pelos meios de comunicação social: “Os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver os seus acontecimentos transformados em notícia. Se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional

aos modos das organizações estabelecidas”. (Traquina, 2001)

As diferenças de acessibilidade aos meios de comunicação de massa constituem, portanto, um bom indicador de que as notícias são resultado de um complexo processo de interação social. Até aqui, foi destacada, nesse processo, a relação entre promotores de acontecimentos e o campo jornalístico. Agora chega a hora de explorar a interação que se estabelece dentro da própria tribo dos profissionais da notícia. Afinal, é a troca de saberes e experiências entre os jornalistas que tantas vezes passa a representar o elemento decisivo na construção da notícia. Dentro do campo jornalístico, costuma ocorrer uma avaliação – ainda que informal – da produção noticiosa, quando os veículos concorrentes são consultados ou, numa experiência mais recente, no caso brasileiro, pelo trabalho analítico do *ombudsman*.

A importância da cultura jornalística

Os componentes do campo jornalístico possuem, evidentemente, uma cultura profissional própria. Segundo Traquina, o jornalista, por atuar em organizações que funcionam dentro de um ciclo estruturado em função de marcos temporais, reconhece que o verdadeiro teste de sua competência profissional reside na capacidade “de deixar de ser vitimado pela cadência frenética imposta pelas horas de fecho e passar a controlar o tempo”. (Traquina, 2001) Ainda a respeito do trabalho do jornalista, Traquina esclarece: “À sua maneira de viver o tempo ilustra um dos elementos mais distintivos da comunidade jornalística. Outra expressão crucial da cultura jornalística é a sua maneira própria de ver o mundo. Devido ao papel dos valores-notícia, isto é, os critérios de noticiabilidade que orientam o processo de produção das notícias, gera-se um *group think*, a partilha de ‘hábitos mentais’ que criam fenômenos bem documentados de jornalismo de matilha (*pack journalism*). A existência de um modo de ver (a estética jornalística)

e de um modo de falar (o jornalês) e de um modo de agir (a epistemologia jornalística) estabelece um elo de ligação bastante forte entre os membros da tribo jornalística”. (2001, p. 121)

O papel dos valores-notícia, para os teóricos estruturalistas, é fornecer critérios nas práticas de rotina do jornalismo. A organização e o pessoal de um jornal o direcionariam para certas categorias e itens, dentre os quais ainda existiria o problema de selecionar aqueles que supostamente seriam de interesse para o leitor: “É aqui que a ideologia profissional do que constitui ‘boas notícias’ – o sentido de valor-notícia do jornalista – começa a estruturar o processo”. (Hall *et alii*, 1993, p. 224) Em nível mais geral, isso envolveria uma orientação para itens que são “fora do comum”, para o que de certo modo vai contra as expectativas consideradas normais acerca da vida social – como um terremoto, por exemplo. Essa singularidade seria o valor-notícia primário ou fundamental. Mas haveria outros elementos a serem levados em consideração como valor-notícia: “acontecimentos que se referem a pessoas ou países de elite; acontecimentos que são dramáticos; acontecimentos que podem ser personalizados para essencialmente evidenciar as características de humor humanas, como tristeza, sentimentalismo etc.; acontecimentos que têm conseqüências negativas e acontecimentos que são parte ou podem fazer parte de um assunto noticiável existente”. (Hall *et alii*, 1993) Segundo Stuart Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts, os valores-notícia tendem a funcionar como uma estrutura, já que “embora não estejam escritos em parte alguma, formalmente transmitidos ou codificados, os valores-notícia podem ser largamente partilhados entre os diferentes meios de comunicação e constituem um elemento essencial na socialização profissional, prática e ideologia dos jornalistas”. (1993, p. 225)

Tal como a escola culturalista britânica defende, Gaye Tuchman, representante da perspectiva

etnoconstrucionista, salienta, segundo Traquina, que a “noticiabilidade” é produto de múltiplas negociações e legitima o *status quo* (2001, p. 113) Os grupos sociais que atuam fora do consenso seriam vistos como marginais. E a sua marginalidade seria tanto maior quanto mais se afastassem do social legitimado, “através da afirmação e da demonstração de atos de violência”. Ou seja, “(...) tal como a teoria estruturalista, a teoria construcionista defende que as notícias são um aliado das instituições legitimadas. Devido à necessidade de impor ordem no espaço e no tempo, a estória do jornalismo, no seu funcionamento diário, é descrita como sendo essencialmente estória da interação de jornalistas e fontes oficiais. As fontes provêm sobretudo da estrutura do poder estabelecido e, por isso, as notícias tendem a apoiar o *status quo*”. (Traquina, 2001)

Na cultura jornalística, o cultivo das fontes é considerado um aspecto fundamental. Como lembra Traquina, tal relacionamento é tão importante que, em determinadas sociedades, chega a ser protegido por lei. (2001, p.104) O desenvolvimento da relação com a fonte, “uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações”, é descrito “como um processo habilmente orientado com paciência e capacidade de conversação sobre interesses comuns até formar um clima de confiança. (Traquina, 2001) Entretanto, como as fontes são geralmente interessadas, é preciso estabelecer critérios para avaliar a confiabilidade da informação por elas fornecidas. Nelson Traquina menciona três: a autoridade, a produtividade e a credibilidade. (2001, p.105)

O critério de autoridade é justamente o que faz com que o jornalista prefira se referir a fontes oficiais ou que ocupem posições institucionais. Quanto “mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo”, maior será a confiança nas informações fornecidas. Esse raciocínio hierár-

quico leva Traquina a comentar que “o jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que é do que pelo que sabe”. (2001)

O segundo critério, a produtividade, também resultaria num privilégio dado às fontes institucionais, que, supostamente, forneceriam material suficiente para que a notícia fosse feita, “permitindo que os jornalistas não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obter os dados ou elementos necessários”. (2001, p. 106)

O fator da credibilidade estaria ligado a observações anteriores do jornalista. Ou seja, as pessoas que, em outras ocasiões, forneceram informações que se mostraram verdadeiras tendem a continuar sendo consultadas e acabam se tornando fontes regulares. Mais uma vez, o oficialismo entra em cena: “Devido a esses critérios é fácil compreender que as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras a necessidades organizativas das redações. As fontes oficiais acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e com a rotina. Se a credibilidade da ‘estória’ não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade”. (Traquina, 2001)

A cultura jornalística é também marcada por uma certa noção de profissionalismo. Este corresponderia primeiramente ao conhecimento, pelos repórteres, das formas rotineiras que a empresa jornalística estabelece no sentido de processar diferentes tipos de matérias noticiosas, com o objetivo de tornar o trabalho mais eficaz: “o profissionalismo, visto como método de controle do trabalho, consiste em dominar as técnicas da escrita, mas também no domínio de saber quem contactar e que perguntas fazer, ou seja, possuir o saber de procedimento”. (Traquina, 2001, p. 107)

Além disso, a capacidade profissional implicaria a mobilização do saber de procedimento em tempo útil. Não só ser um conquistador do tempo, mas

também alguém capaz de um certo tipo de sentimento, eis o que corresponderia a ser profissional no campo jornalístico. Diz o sociólogo britânico Philip Schlesinger:

“Ser profissional desta forma não é simplesmente uma questão de preencher certos critérios partilhados de competência. É mais uma questão de sentir certas coisas, de ‘pôr a velha adrenalina a correr’. Os jornalistas têm uma interpretação cultural específica do verdadeiro significado do seu trabalho, na base do qual estão a excitação e o perigo que advêm do fato de depararem com apertados *deadlines*. Tornar-se um controlador, transcendendo por isso o caráter caprichoso, sacrificador, da notícia, eis o que faz o trabalho noticioso tão excitante.

No entanto, a retórica empregada pelos jornalistas na descrição das suas atividades diverge da realidade observada. De um modo geral, a situação de produção está longe de ser caótica, senão a um nível superficial. A sua base racional aponta para o controle e para a previsão, enquanto aqueles que nela trabalham louvam a contingência”. (1993, p. 189)

De qualquer forma, ser “obcecado pelo tempo é ser profissional de uma forma que os jornalistas consideram ser especialmente sua”, sintetiza Traquina. (2001, p.120) O conhecimento que o jornalista profissional deve mobilizar, no tempo adequado, pode ser chamado de vocabulário de precedentes (2001, p. 118), que comportaria a aquisição de três saberes: o de reconhecimento, o já mencionado saber de procedimento e o de narração. O primeiro saber corresponderia à capacidade de reconhecer os acontecimentos que têm valor como notícia. Colocando de outra forma o que foi abordado antes, o saber de procedimento, por sua vez, implicaria “os conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia”. (Traquina, 2001) Já o saber de narração implicaria duas capacidades:

1) a de compilar todas as informações coletadas e “*empacotá-las* numa narrativa noticiosa em tempo útil e de forma interessante”; 2) a de mobilizar a linguagem jornalística, com suas regras estilísticas. (Traquina, 2001, p. 119)

Conclusão

Neste texto, foram recapitulados vários aspectos da convergência entre as teorias que adotam o paradigma da notícia como construção social. Para finalizar esta retomada conceitual, é certamente válido ressaltar as principais divergências entre as perspectivas estruturalista e etnoconstrucionista, até mesmo para permitir uma compreensão mais precisa de seus pontos de contato.

De acordo com Nelson Traquina, para a teoria estruturalista, diferentemente da abordagem etnoconstrucionista, as fontes oficiais seriam encaradas como um bloco uniforme e praticamente não haveria como conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas na relação com elas, no que diz respeito às definições principais. Dessa forma, o campo jornalístico seria visto, sobretudo, como um espaço de reprodução da ideologia dominante. Já a teoria etnoconstrucionista apenas aceitaria que as fontes oficiais detêm vantagens estratégicas e não um papel dominante automático. Assim, seria reconhecido um grau de autonomia maior por parte dos jornalistas.

A segunda grande divergência entre as perspectivas aqui estudadas está ligada à importância dada aos valores-notícia dos membros do campo jornalístico. Para a teoria estruturalista, tais valores teriam papel privilegiado, exercendo justamente função central na reprodução da ideologia dominante, pois apontariam para “noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade que ajudam a marcar as fronteiras entre normal e desvio, entre legítimo e ilegítimo”. (Traquina, 2001, p. 116) A teoria etnoconstrucionista, por sua vez, em lugar de privilegiar a função ideológica dos valores-notícia, destacaria “o papel das práticas profissionais e as rotinas criadas para levar a cabo o processo de produção das notícias”. (Traquina, 2001)

Para além das divergências, contudo, as teorias que adotam o paradigma da notícia como construção social indicam o estatuto do exercício profissional responsável no campo jornalístico contemporâneo. Torna-se cada

vez mais visível o papel ativo que os jornalistas exercem na construção da realidade social. E compreender esse poder resulta certamente na estratégia mais eficaz para prestar um serviço de informação de qualidade superior em termos de utilidade pública.

Bibliografia

- HALL, Stuart, CHRITCHER, Chas, JEFFERSON, Tony *et alii*. A produção social das notícias: o “mugging” nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- MOLOTCH, Harvey, LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2001.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Ed. Presença, 1995.

* Carlos Alexandre de Carvalho Moreno é doutor em Semiologia (UFRJ), professor adjunto do Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientação editorial

1. Considerações Iniciais

Logos: Comunicação & Universidade é uma publicação semestral do Programa de Memória em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. A cada número há uma temática central, focalizada para servir de escopo aos artigos, organizados por seções.

2. Orientação Editorial

2.1. Os textos serão revisados e poderão sofrer pequenas correções ou cortes em função das necessidades editoriais, respeitado o conteúdo.

2.2. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

2.3. É permitida a reprodução total ou parcial das matérias desta revista, desde que citada a fonte.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1. Os trabalhos devem ser apresentados impressos em duas vias, acompanhados do disquete, gravados em editor de texto Word for Windows 6.0 ou 7.0 (ou compatível para conversão), em espaço duplo, fonte Times New Roman tamanho 12, não excedendo a 15 laudas (incluindo a folha de referências bibliográficas e notas).

3.2. Uma breve referência profissional do autor com até cinco linhas deve acompanhar o texto.

3.3. Os artigos devem ser antecipados por um resumo de no máximo cinco linhas e três palavras-chave. É desejável que o resumo tenha duas versões, uma em inglês e outra em espanhol.

3.4. As citações devem vir entre aspas, sem se destacarem do corpo do texto, devendo acompanhá-las imediatamente as referências bibliográficas: sobrenome do autor, ano da obra e página correspondente, entre parênteses.

3.5. As notas devem ser numeradas no corpo do texto. É desejável que sejam em número reduzido. Devem ser organizadas em seguida à conclusão do trabalho e antes da bibliografia.

3.6. As ilustrações, gráficos e tabelas devem ser apresentados em folha separada, no original, gravados no mesmo disquete, como um apêndice ao artigo, com as respectivas legendas e indicação de localização apropriada no texto.

3.7. A bibliografia, organizada na folha final, não deverá exceder a dez obras, obedecendo às normas da ABNT (Ex.: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. *Título da obra*. Cidade: Editora, ano.) Os títulos de artigos de revistas devem seguir o mesmo padrão, sendo que o nome da publicação deve vir em itálico (Ex.: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Artigo. Cidade: *Revista/Periódico*, n.X, mês, ano, página.).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Reitora

NILCÉA FREIRE

Vice-reitor

CELSO PEREIRA DE SÁ

Sub-reitor de Graduação

ISAC JOÃO DE VASCONCELLOS

Sub-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

MARIA ANDRÉA RIOS LOYOLA

Sub-reitor de Extensão e Cultura

ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO

Diretor do Centro de Educação e Humanidades

LINCOLN TAVARES SILVA

Faculdade de Comunicação Social

Diretor: PAULO SÉRGIO MAGALHÃES MACHADO

Vice-diretor: RONALDO HELAL

Chefe do Departamento de Jornalismo

JOÃO PEDRO DIAS VIEIRA

Chefe do Departamento de Relações Públicas

MANOEL MARCONDES MACHADO NETO

Chefe do Departamento de Teoria da Comunicação

ERICK FELINTO DE OLIVEIRA

LOGOS 16

Editora: Hérís Arnt

Sub-editor: Luciane Lucas

Conselhos Editorial e Científico: Ricardo Ferreira Freitas (Presidente do Conselho Editorial), Luiz Felipe Baêta Neves (Presidente do Conselho Científico), Bernardo Issler (Fundação Cásper Líbero), Danielle Rocha Pitta (UFPE), Denise Oliveira (UERJ), Fátima Quintas (pesquisadora da Fundação Gilberto Freyre), Henri Pierre Jeudi (pesquisador do CNRS-França), Ismar de Oliveira Soares (USP), João Maia (UERJ), Luis Custódio da Silva (UFPB), Michel Maffesoli (Paris V-Sorbonne), Nelly de Camargo (Unicamp), Nízia Villaça (UFRJ), Patrick Tacussel (Univ. Montpellier), Patrick Wattier (Univ. Strasbourg), Paulo Pinheiro (UniRio), Pedro Gilberto Gomes (Unisinos), Robert Shields (Carleton University/Canadá), Ronaldo Helal (UERJ) e Rosa Lucila de Freitas (UFL)

Projeto Gráfico: Fabiana Antonini e Sonia Souza

Capa: Adriana Melo

Diagramação: Fabiana Antonini e Rita Alcantara

Tradução de Espanhol: Marly Sobral de Miranda

Tradução de Inglês: Equipe LED

Redação: João Pedro Dias Vieira e Luciane Lucas

Revisão: Giuliano Rocha, Guilherme Kenji, Luciana Lorensone e Marcella Vieira

Apoio Administrativo: Franklin Nelson Loureiro

Endereço para correspondência:

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
REVISTA LOGOS/LED/FCS/UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524/10º andar/Bloco A - Maracanã
20550-013 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.fax: (21) 2587-7645 - E-mail: led@uerj.br